

**Prospecto Definitivo da 1ª Emissão de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e de Cotas Mezanino II do
SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL**
CNPJ nº 09.257.784/0001-02 (**Fundo*)



SUL INVEST FIDC

no montante de

até R\$17.500.000,00

em relação às cotas seniores da 4ª série (**Cotas Seniores da 4ª Série*)

Registro CVM Cotas Seniores da 4ª Série CVM/SRE/RFD/2012/001, concedido em 19 de janeiro de 2012

Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 4ª Série: Standard & Poor's brAA (sf) - **Código ISIN Cotas Seniores da 4ª Série:** BRSULICTF032
Valor Unitário das Cotas Seniores da 4ª Série: R\$100.000,00 (cem mil reais) - **Quantidade máxima de Cotas Seniores da 4ª Série:** 175 (cento e setenta e cinco)

até R\$17.500.000,00

em relação às cotas seniores da 5ª série (**Cotas Seniores da 5ª Série*)

Registro CVM Cotas Seniores da 5ª Série CVM/SRE/RFD/2012/002, concedido em 19 de janeiro de 2012

Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 5ª Série: Standard & Poor's brAA (sf) - **Código ISIN Cotas Seniores da 5ª Série:** BRSULICTF040
Valor Unitário das Cotas Seniores da 5ª Série: R\$100.000,00 (cem mil reais) - **Quantidade máxima de Cotas Seniores da 5ª Série:** 175 (cento e setenta e cinco)

até R\$10.000.000,00

em relação às cotas mezanino II (**Cotas Mezanino II*)

Registro CVM Cotas Mezanino II CVM/SRE/RFD/2012/003, concedido em 19 de janeiro de 2012

Classificação Preliminar de Risco das Cotas Mezanino II: Standard & Poor's brB (sf) - **Código ISIN Cotas Mezanino II:** BRSULICTF057
Valor Unitário das Cotas Mezanino II: R\$100.000,00 (cem mil reais) - **Quantidade máxima de Cotas Mezanino II:** 100 (cem)

Classificação ANBIMA: FIDC Fomento Mercantil

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo, preponderantemente, na aquisição de direitos de crédito originados de operações nos segmentos industrial, comercial, imobiliário e de prestação de serviços, representados por duplicatas, cédulas de crédito bancário, cheques, cédulas hipotecárias, contratos de arrendamento mercantil e notas promissórias, nos termos legislação aplicável e do regulamento do Fundo (**Regulamento*).

As Cotas Seniores da 4ª Série e da 5ª Série e as Cotas Mezanino II serão objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão organizado, por meio da CETIP S.A. - Mercados Organizados (**CETIP*) (**Oferta*), que será conduzida pela **Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 33.918.160/0001-73, na qualidade de instituição líder da Oferta (**Instituição Líder*). A **SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 3º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 62.285.390/0001-40, e a **Um Investimento S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, 12º andar, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.968.066/0001-29, foram contratadas para auxiliar a Instituição Líder na Oferta (**Distribuidores Contratados*).

As Cotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário na CETIP. Desde que o patrimônio líquido do Fundo assim permita: (a) a meta de rentabilidade das Cotas Seniores da 4ª Série será apurada, diariamente, a partir da data da primeira subscrição de Cotas Seniores da 4ª Série, por 130% da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP (**Taxa DI*); (b) a meta de rentabilidade das Cotas Seniores da 5ª Série será apurada, diariamente, a partir da data da primeira subscrição de Cotas Seniores da 5ª Série, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acrescida de taxa de juros equivalente a 8% ao ano; e (c) a meta de rentabilidade das Cotas Mezanino II será apurada, diariamente, a partir da data da primeira subscrição de Cotas Mezanino II, por 150% da variação acumulada da Taxa DI.

O Fundo é administrado pela **Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 33.918.160/0001-73 (**Administradora*).

A constituição do Fundo e o inteiro teor do seu Regulamento foram aprovados por ato único da Administradora, datado de 7 de dezembro de 2007, sendo o Regulamento registrado no 2º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 7 de dezembro de 2007, sob o nº 3.337.742. O Regulamento foi posteriormente alterado por deliberação da assembleia geral de cotistas do Fundo em 28 de outubro de 2009, em 9 de abril de 2010, em 26 de maio de 2010, em 10 de setembro de 2010, em 28 de outubro de 2010 e em 28 de outubro de 2011 e por deliberação da Administradora em 7 de março de 2012, e registrado no 2º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob os nºs 3.415.361, 3.427.539, 3.431.441, 3.439.787, 3.443.874, 3.475.099 e 3.485.776, respectivamente. A emissão das Cotas Seniores da 4ª Série e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II foi deliberada pela Administradora em 19 de dezembro de 2011. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alteradas, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A quantidade de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e de Cotas Mezanino II inicialmente ofertada poderá ser acrescida de lote suplementar de até 26 Cotas Seniores da 4ª Série, 26 Cotas Seniores da 5ª Série e 15 Cotas Mezanino II, equivalente a até 15% do total das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II inicialmente ofertadas (**Cotas do Lote Suplementar*), sem considerar as Cotas do Lote Adicional, conforme abaixo definidas, com a finalidade exclusiva de atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. A opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar foi outorgada pelo Fundo à Instituição Líder, nos termos do artigo 24, caput, da Instrução CVM nº 400/03, e poderá ser exercida pela Instituição Líder a seu exclusivo critério.

Sem prejuízo da opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar, a quantidade total de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e de Cotas Mezanino II inicialmente ofertada poderá ser, a critério da Administradora, acrescida em até 35 Cotas Seniores da 4ª Série, 35 Cotas Seniores da 5ª Série e 20 Cotas Mezanino II, equivalentes a até 20% das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Suplementar, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03 (**Cotas do Lote Adicional*).

O investimento no Fundo representa riscos para o investidor. Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais os descritos na seção "Fatores de Risco" deste prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita na seção "Política de Investimento" deste prospecto, são monitorados por área de gerenciamento de risco. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia da Administradora, da consultora ou do custodiante, abaixo identificados, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.


As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da carteira. Para avaliação dos riscos associados ao Fundo e à Oferta, os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 27 a 32 deste prospecto.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo, a Oferta e este prospecto poderão ser obtidas junto à Administradora e Instituição Líder e aos Distribuidores Contratados.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as cotas a serem distribuídas."

Somente Investidores Qualificados, conforme definidos no Regulamento e neste prospecto, podem adquirir cotas do Fundo.

LEIA O PROSPECTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA. VEJA OUTROS AVISOS IMPORTANTES NA PÁGINA SEGUINTE À CAPA DESTES PROSPECTOS.

 Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas do Fundo não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, da Administradora ou das demais instituições prestadoras de serviços."

Administradora e Instituição Líder



Consultora



SUL INVEST SERVIÇOS FINANCEIROS

Custodiante



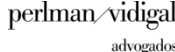
Agência de Classificação de Risco



Distribuidores Contratados



Consultor Legal



Empresa de Auditoria



A data deste prospecto é 2 de abril de 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVISOS ADICIONAIS

“Este Fundo pode investir em carteira de Direitos de Crédito diversificada, com natureza e características distintas. Desta forma, o desempenho da carteira pode apresentar comportamento distinto ao longo da existência do Fundo.”

“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da Cota se comparada a de fundos similares com prazo inferior.”

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”

“Considerações sobre estimativas e declarações futuras: quaisquer expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos de Crédito adquiridos, previsões e estimativas aqui contidas são previsões e se baseiam em certas premissas que a Administradora considera razoáveis. Expectativas são, por natureza, especulativas e é possível que algumas ou todas as premissas em que se baseiam as expectativas não se concretizem ou difiram substancialmente dos resultados efetivos. Nesse sentido, as expectativas são apenas estimativas. Resultados efetivos podem diferir das expectativas, e tais diferenças podem acarretar prejuízo para o Fundo e para seus cotistas.”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	7
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER E ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS ENVOLVIDOS NA OFERTA.....	13
Correio eletrônico: donizeti@bancopaulista.com.br	13
DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER E ADMINISTRADORA	15
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS	16
Informações relativas ao Fundo	19
Fluxograma da Securitização	20
Público Alvo	20
CONDIÇÕES DA OFERTA	21
Oferta	21
Autorização da Emissão e da Oferta.....	21
Registro da Oferta	21
Quantidade de Cotas Seniores da 4ª Série	21
Quantidade de Cotas Seniores da 5ª Série	21
Quantidade de Cotas Mezanino II.....	21
Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores da 4ª Série.....	21
Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores da 5ª Série.....	22
Valor Unitário de Emissão das Cotas Mezanino II.....	22
Procedimento de Distribuição das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II	22
Cronograma de Etapas da Oferta	23
Melhores Esforços	23
Início e encerramento da distribuição	23
Divulgação de anúncios relacionados à Oferta.....	24
Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação.....	24
Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta.....	24
Devolução e reembolso aos investidores	25
Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II	25
Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores da 4ª Série.....	26
Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores da 5ª Série.....	26
Meta de Rentabilidade das Cotas Mezanino II.....	27
Negociação das Cotas	27
Acréscimo, Remoção ou Substituição dos Direitos de Crédito.....	27
Demonstrativo do Custo da Oferta	28
FATORES DE RISCO	29
Efeitos da Política Econômica do Governo Federal.....	29
Risco de Liquidez – Investimento de Baixa Liquidez	30
Inexistência de Garantia de Rentabilidade	30
Amortização Programada e Resgate das Cotas	30
Risco de Descontinuidade – Liquidação do Fundo e Resgate Antecipado de Cotas	30
Risco de Pagamento Antecipado dos Direitos de Créditos Representados por Cédulas de Crédito Bancário	31
Risco de Atraso no Pagamento de Direitos de Crédito ou de Ativos Financeiros Integrantes da Carteira do Fundo.....	31
Risco Operacional – Guarda dos Documentos Comprobatórios.....	31

Risco Operacional – Cobrança dos Direitos de Crédito.....	31
Necessidade de Realizar Aporte de Recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido Negativo	31
Risco de Mercado.....	32
Risco de Crédito	32
Risco de Liquidez – Liquidez Restrita dos Principais Ativos do Fundo.....	32
Risco de Originação – Regularidade dos Direitos de Crédito.....	32
Risco Decorrente da Precificação dos Ativos.....	32
Risco de Concentração	32
Risco Operacional – Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo.....	33
Risco de Originação – Não Originação dos Direitos de Crédito	33
Risco Decorrente dos Critérios Adotados pelo Cedente para a Concessão do Crédito.....	33
Risco de Questionamento da Validade e Eficácia da Cessão.....	33
Risco de Fungibilidade – Intervenção ou Liquidação da Instituição Financeira na qual é mantida a Conta do Fundo e a Conta de Arrecadação	33
Alteração do Regulamento.....	33
Risco de Mercado – Descasamento de Taxas.....	34
Risco de Governança – Emissão de Novas Cotas.....	34
Riscos Relacionados à Necessidade de Aprovação dos Titulares de Cotas Subordinadas nas Deliberações da Assembleia Geral e ao Quórum de Instalação da Assembleia Geral em Segunda Convocação	34
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	35
BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBIMA	37
OBJETO.....	37
FORMA DE CONSTITUIÇÃO	37
PRAZO DE DURAÇÃO	37
OBJETIVO DE INVESTIMENTO	37
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	37
Política de Investimento e Composição da Carteira do Fundo.....	37
Operações em Mercados de Derivativos.....	39
Limites de Concentração	39
Critérios de Elegibilidade.....	40
Condições de Aquisição.....	40
Direitos Creditórios Elegíveis.....	41
Demais Informações sobre a Política de Investimento.....	41
TAXA MÍNIMA DE CESSÃO	42
GERENCIAMENTO DE RISCOS	42
ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	42
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO	43
COTAS DO FUNDO	44
Características Gerais.....	44
Razão de Garantia e Relação Mínima	44
Distribuições Anteriores	44
Novas Distribuições.....	45
Negociação das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II.....	45
Classificação de Risco da Cotas Seniores da 4ª Série.....	45

Classificação de Risco da Cotas Seniores da 5ª Série.....	45
Classificação de Risco da Cotas Mezanino II	46
Atualização do Valor das Cotas	46
AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA	47
Amortização Programada e Resgate das Cotas Seniores da 4ª Série.....	47
Amortização Programada e Resgate das Cotas Seniores da 5ª Série.....	48
Amortização Programada e Resgate das Cotas Mezanino II.....	48
RESERVAS E ÍNDICES	49
Reserva de Amortização	49
Reserva de Liquidez	50
Índice de Liquidez.....	50
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE ..50	
Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios e demais Ativos	50
ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	51
Competência.....	51
Procedimento de Convocação	51
Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações	52
Deliberações Especiais.....	52
Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembleia Geral	53
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	53
Eventos de Avaliação.....	53
Eventos de Liquidação	54
Procedimentos de Liquidação	54
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	55
Despesas e Encargos do Fundo	55
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	56
Informações Obrigatórias e Periódicas	56
Comunicações e Publicações.....	56
Atendimento aos Cotistas	57
DIREITOS CREDITÓRIOS	59
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	61
Direitos de Crédito.....	61
Histórico da Carteira de Direitos de Crédito do Fundo.....	61
Originação e Formalização dos Direitos de Crédito	61
Cessão dos Direitos de Crédito.....	62
Política de Crédito.....	62
Cedentes e Sacados.....	62
Titularidade dos Direitos de Crédito.....	63
Formalização da Entrega dos Direitos de Crédito.....	63
Taxa Mínima de Cessão	63
Inadimplementos, Perdas e Pré-pagamento.....	63
Renegociação e Recompra dos Direitos de Crédito	65
Níveis de Concentração dos Direitos de Crédito.....	65
Política de Cobrança.....	66
Contratos do Fundo	66

PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	67
ADMINISTRADORA	69
Histórico e Atividades	69
Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Administradora.....	69
Remuneração da Administradora.....	73
Substituição e Renúncia da Administradora	73
CONSULTORA.....	74
Histórico e Atividades	74
Remuneração da Consultora.....	74
Responsabilidades.....	75
Substituição da Consultora.....	75
CUSTODIANTE.....	75
Histórico e Atividades	75
Remuneração do Custodiante.....	75
Responsabilidades.....	76
Substituição do Custodiante	78
INSTITUIÇÃO LÍDER.....	78
DISTRIBUIDORES CONTRATADOS	78
SOCOPA – Corretora Paulista S.A.....	78
Um Investimentos S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	79
EMPRESA DE AUDITORIA.....	79
Histórico	79
Remuneração da Empresa de Auditoria	79
Responsabilidades.....	79
Substituição da Empresa de Auditoria	79
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	80
Histórico	80
Remuneração da Agência de Classificação de Risco.....	80
Responsabilidades.....	80
Substituição da Agência de Classificação de Risco	80
TAXAS	80
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES	81
CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO.....	83
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	83
TERMO DE ADESÃO AO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO.....	84
CONTRATO DE CUSTÓDIA	84
CONTRATO DE CONSULTORIA	84
CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	85
CONTRATO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	85
CONFLITOS DE INTERESSE E RELAÇÕES SOCIETÁRIAS E CONTRATUAIS ENTRE AS PARTES ..	85
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....	87
OBJETIVO DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	89

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO	89
IOF/Títulos	89
Imposto de Renda.....	89
Outras Incidências.....	89
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO	89
IOF/Títulos	89
Imposto de Renda.....	90
Cotistas Residentes no Brasil:	90
Cotistas Residentes no Exterior	91
IOF/Câmbio.....	91
Exceções e Outras Incidências.....	91
ANEXOS	
ANEXO I - Regulamento Consolidado do Fundo e Suplementos.....	95
ANEXO II - Modelo do Contrato de Cessão	163
ANEXO III - Demonstrações Financeiras do Fundo Relativas a 31 de Dezembro de 2010 e 2009	179
ANEXO IV - Relatório da Agência Classificadora de Risco	201
ANEXO V - Deliberações da Administradora de 19 de dezembro de 2011	
 e de 7 de março de 2012	207
ANEXO VI - Declarações da Instituição Líder e da Administradora.....	289

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GLOSSÁRIO

Para os fins deste prospecto adotam-se as seguintes definições, sem prejuízo daquelas que forem estabelecidas no corpo do presente documento:

Administradora:	é a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 33.918.160/0001-73;
Agência de Classificação de Risco:	é a Standard & Poor's Rating Services, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
Amortização Programada:	é a amortização das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto nos respectivos Suplementos;
Assembleia Geral:	é a assembleia geral de Cotistas, ordinária ou extraordinária, realizada nos termos do Regulamento;
Ativos Financeiros:	são bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
Bancos Cobradores:	são o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A. e o Itaú Unibanco S.A., instituições financeiras responsáveis pela cobrança dos recebíveis do Fundo;
Base de Dados:	é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos de Crédito e aos Sacados, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
Cedentes:	são todas as pessoas jurídicas que cedem Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão;
CETIP:	é a CETIP S.A. – Mercados Organizados;
Condições de Aquisição:	são as condições de aquisição que os Direitos de Crédito devem atender e que são verificadas pela Consultora, previamente à sua aquisição pelo Fundo, conforme disposto no capítulo “Condições de Aquisição” deste Prospecto e no artigo 28, §3º, do Regulamento;
Consultora:	é a Sul Invest Serviços Financeiros Ltda., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, nº 869, 1º andar, sala 101, Centro, CEP 80060-010, inscrita no CNPJ sob o nº 11.181.400/0001-67;
Conta de Arrecadação:	é a conta corrente aberta em nome do Fundo e por ele mantida em instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Consultora, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito;
Conta do Fundo:	é a conta corrente aberta em nome do Fundo e por ele mantida em instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Consultora, que será utilizada para as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;

Contrato de Cessão:	é cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e o respectivo Cedente;
Contrato de Consultoria:	é o “Contrato de Consultoria Especializada para Análise e Seleção de Direitos Creditórios” celebrado entre a Consultora e a Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Custódia:	é o “Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Outras Avenças” celebrado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo, com interveniência da Consultora;
Contrato de Distribuição:	é o “Contrato de Distribuição Pública, sob o Regime de Melhores Esforços, de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino da 1ª Emissão do Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial” celebrado entre a Instituição Líder e o Fundo, representado pela Administradora;
Contrato de Serviços de Auditoria Independente:	é a proposta para prestação de serviços apresentada pela Empresa de Auditoria e aceita pela Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Serviços de Classificação de Risco:	é o contrato celebrado entre a Agência de Classificação de Risco e a Administradora, em nome do Fundo, para a contratação dos serviços de classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino;
Cotas:	são as Cotas Seniores, as Cotas Mezanino e as Cotas Subordinadas;
Cotas Mezanino:	são as Cotas subordinadas mezanino, emitidas pelo Fundo em uma ou mais classes;
Cotas Mezanino I:	são as Cotas Mezanino da classe I da 1ª emissão do Fundo, objeto de distribuição anterior com melhores esforços, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, as quais, para fins de amortização e resgate, se subordinam às Cotas Mezanino II e não se subordinam às Cotas Subordinadas;
Cotas Mezanino II:	são as Cotas Mezanino da classe II da 1ª emissão do Fundo;
Cotas Seniores:	são as Cotas de classe senior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
Cotas Seniores da 4ª Série:	são as Cotas Seniores da 4ª série da 1ª emissão do Fundo;
Cotas Seniores da 5ª Série:	são as Cotas Seniores da 5ª série da 1ª emissão do Fundo;
Cotas Subordinadas:	são as Cotas subordinadas junior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais classes;
Cotistas:	são os titulares das Cotas;
Critérios de Elegibilidade:	são os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, verificados pelo Custodiante previamente a cada cessão, conforme disposto no capítulo “Critérios de Elegibilidade” deste Prospecto e no artigo 28 do Regulamento;
Custodiante:	é o Banco Paulista S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 61.820.817/0001-09, ou seu sucessor, a qualquer título;
CVM:	é a Comissão de Valores Mobiliários;
Data de Amortização:	é a data em que ocorrer a Amortização Programada prevista em cada Suplemento;

Data de Aquisição e Pagamento:	é a data (a) de verificação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade pelo Custodiante; ou (b) do pagamento do Preço de Aquisição, o que ocorrer por último;
Data de Emissão de Cotas:	é a data em que os recursos decorrentes da primeira integralização de Cotas de cada série ou classe forem colocados à disposição do Fundo pelos Investidores Qualificados e que deverá ser necessariamente um dia útil;
Data de Resgate:	é a data em que ocorrer o resgate integral de cada série de Cotas Seniores ou de cada classe de Cotas Mezanino, conforme indicada nos respectivos Suplementos;
Direitos de Crédito:	são todos os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas no Regulamento;
Diretor Designado:	é o Sr. Frederico José Braga de Goes, diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
Distribuidores Contratados:	são a SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 3º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 62.285.390/0001-40, e a Um Investimento S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, 12º andar, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 33.968.066/0001-29;
Documentos Comprobatórios:	são os documentos que comprovam a efetiva conclusão do negócio originador dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
Documentos da Operação:	são os seguintes documentos e eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento, este Prospecto, Contrato de Custódia, Contrato de Serviços de Classificação de Risco e Contrato de Serviços de Auditoria Independente;
Empresa de Auditoria:	é a KPMG Auditores Independentes ou sua sucessora, a qualquer título;
Encargos do Fundo:	são as despesas e encargos do Fundo, incluindo a Taxa de Administração, conforme disposto no capítulo “Despesas e Encargos do Fundo” deste Prospecto e no artigo 33 do Regulamento;
Eventos de Avaliação:	são os eventos cuja ocorrência enseja a convocação de Assembleia Geral para decidir (a) pela não liquidação do Fundo; ou (b) que tal evento constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para liquidação do Fundo, conforme disposto no capítulo “Eventos de Avaliação” deste Prospecto e no artigo 64 do Regulamento;
Eventos de Liquidação:	são os eventos cuja ocorrência enseja o início dos procedimentos de liquidação do Fundo, conforme disposto no capítulo “Eventos de Liquidação” deste Prospecto e no artigo 66 do Regulamento;
Excesso de Cobertura:	excedente de Cotas Subordinadas, verificado caso a relação entre o número de Cotas Subordinadas e a soma das Cotas Subordinadas e das Cotas Mezanino em circulação seja superior a 60% (sessenta por cento), que permite a amortização não programada das Cotas Subordinadas, conforme disposto no capítulo “Amortização Programada” deste Prospecto e no artigo 53 do Regulamento;

Fundo:	é o Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial, inscrito no CNPJ sob o nº 09.257.784/0001-02;
Grupo Econômico:	em relação a qualquer pessoa jurídica, seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas relacionadas aos seus controladores com grau de parentesco até o segundo grau;
Índice de Liquidez:	é a razão entre (a) a soma dos recursos em caixa, os Ativos Financeiros e os Direitos de Crédito, relativos a Sacados adimplentes, a vencer em até 30 (trinta) dias da data de cálculo; e (b) o somatório das Amortizações Programadas e dos Encargos do Fundo previstos para até 30 (trinta) dias da data de cálculo, que deve ser sempre igual ou maior que 1 (um);
Instituições Autorizadas:	são as instituições financeiras nacionais que tenham classificação de risco equivalente ou superior à de qualquer série de Cotas Seniores em circulação;
Instituição Líder:	é a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 33.918.160/0001-73;
Instrução CVM nº 356/01:	é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
Instrução CVM nº 400/03:	é a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
Investidores Qualificados:	são os investidores qualificados, definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e os demais investidores autorizados pela regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
IPCA/IBGE:	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
Obrigações do Fundo:	são todas as obrigações do Fundo previstas nos Documentos da Operação, incluindo, sem se limitar, o pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração, da Amortização Programada e do resgate das Cotas;
Oferta:	é a presente oferta de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª série e de Cotas Mezanino II;
Patrimônio Líquido:	é o patrimônio líquido do Fundo, calculado de acordo com o capítulo XXIII do Regulamento;
Percentual de Provisão:	é o percentual de provisionamento relacionado aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, a ser aplicado sobre o valor do Direito de Crédito adquirido pelo Fundo antes da dedução de qualquer Valor Provisionado, nos termos do artigo 61 do Regulamento;
Plano Contábil:	é o plano contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular do BACEN nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

Política de Cobrança:	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos Sacados que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, conforme previsto no anexo III ao Regulamento;
Preço de Aquisição:	é o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
Prospecto:	é este prospecto definitivo da Oferta;
Razão de Garantia:	é a razão entre o Patrimônio Líquido e o valor total das Cotas Seniores em circulação;
Regulamento:	Regulamento consolidado do Fundo, datado de 28 de outubro de 2011, que consta no anexo I a este Prospecto;
Relação Mínima:	é a relação mínima admitida entre o valor das Cotas Seniores e a soma das Cotas Subordinadas e das Cotas Mezanino, que deverá ser igual a 60% (sessenta por cento);
Reserva de Amortização:	é a reserva financeira constituída pelo Custodiante para assegurar a Amortização Programada e o resgate das Cotas Seniores;
Reserva de Liquidez:	é a reserva constituída pela Administradora para garantir o pagamento dos Encargos do Fundo;
Resolução CMN nº 2.907/01:	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada;
Sacado:	é o devedor dos Direitos de Crédito;
SELIC:	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
Suplemento:	é o documento elaborado na forma do anexo II ao Regulamento contendo pelo menos as seguintes informações relativas a cada série de Cotas Seniores ou a cada classe de Cotas Mezanino: quantidade de Cotas, Data de Emissão de Cotas, Amortização Programada (se for o caso), Data de Resgate e meta de remuneração prioritária;
Taxa de Administração:	é a remuneração mensal devida à Administradora pela administração e gestão do Fundo, calculada nos termos do capítulo “Remuneração da Administradora” deste Prospecto e do artigo 32 do Regulamento, que compõe os Encargos do Fundo;
Taxa DI:	Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP;
Taxa Mínima de Cessão:	é a taxa aplicável ao valor de cada Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo, para determinar o preço de cessão máximo que poderá ser pago pelo Fundo em cada Termo de Cessão celebrado com os Cedentes, calculada nos termos do capítulo “Taxa Mínima de Cessão” deste Prospecto e do artigo 29 do Regulamento;
Terceiro Relacionado:	é qualquer (a) pessoa jurídica direta ou indiretamente controlada, controladora ou que esteja sob controle comum da Consultora; (b) pessoa física que tenha participação societária superior a 10% (dez por cento) na Consultora e/ou em quaisquer das pessoas indicadas no item “a” acima; ou (c) fundo de investimento que tenha como titular da totalidade de cotas por ele emitidas a Consultora e/ou quaisquer das pessoas indicadas nos itens “a” ou “b” acima;

Termo de Adesão ao Contrato de Distribuição:	é o “Termo de Adesão ao Contrato de Distribuição Pública, sob o Regime de Melhores Esforços, de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino da 1ª Emissão do Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial” celebrado entre cada Distribuidor Contratado, a Instituição Líder e o Fundo, representado pela Administradora;
Termo de Adesão ao Regulamento:	é o termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, que deve ser assinado pelo Cotista quando de seu ingresso no Fundo;
Termo de Cessão:	é o documento pelo qual o Fundo adquire os Direitos de Crédito dos Cedentes, nos termos de cada Contrato de Cessão;
Valor Provisionado:	referente a cada Direito de Crédito adquirido pelo Fundo, é o valor do Direito de Crédito multiplicado pelo Percentual de Provisão; e
Valor Unitário de Emissão:	é o valor unitário da Cota na Data de Emissão de Cotas de cada série de Cotas Seniores ou de cada classe de Cotas Subordinadas ou de Cotas Mezanino.

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER E ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS ENVOLVIDOS NA OFERTA

Instituição Líder e Administradora	<p>GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. Avenida Juscelino Kubitschek, nº 50, 6º e 7º andares 04543-000 – São Paulo – SP At.: Sr. Frederico José Braga de Goes Telefone: (11) 3372-8300 Fax: (11) 3372-8302 www.gradualinvestimentos.com.br Correio eletrônico: fgoes@gradualinvestimentos.com.br</p>
Distribuidores Contratados	<p>SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 3º andar São Paulo – SP At.: Sr. Daniel Doll Lemos Telefone: (11) 3299-2000 Fax: (11) 3299-2184 www.socopa.com.br Correio eletrônico: daniel@socopa.com.br</p> <p>UM INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Praça XV de Novembro, nº 20, 12º andar, Centro Rio de Janeiro – RJ e Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco A, 4º andar 04551-065 – São Paulo – SP At.: Sergio Motta Telefone: (21) 3526-2628 www.uminvestimentos.com.br Correio eletrônico: sergio.motta@uminvestimentos.com.br</p>
Consultora	<p>SUL INVEST SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. Rua Marechal Deodoro, nº 869, 1º andar, sala 101, Centro 80060-010 – Curitiba – PR At.: Sra. Ana Paula Silveira Franciosi Telefone: (41) 3013-2992 Fax: (41) 3021-2974 www.sulinvestmulti.com.br Correio eletrônico: anapaula@sulinvestmulti.com.br</p>
Custodiante	<p>BANCO PAULISTA S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar São Paulo – SP At.: Sr. Francisco Donizeti Telefone: (11) 3299-2000 Fax: (11) 3299-2184 www.bancopaulista.com.br Correio eletrônico: donizeti@bancopaulista.com.br</p>

Consultor Legal	PERLMAN VIDIGAL ADVOGADOS Rua Bela Cintra, nº 904, 2º andar 01415-000 – São Paulo - SP At.: Sr. Rubens Vidigal Neto Telefone: (11) 3093-8333 Fax: (11) 3093-8330 www.perlmandivigal.com.br Correio eletrônico: rubens@perlmanvidigal.com.br
Empresa de Auditoria	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar 04530-904 – São Paulo - SP At.: Sr. Ricardo Anhesini Souza Telefone: (11) 2183-3000 Fax: (11) 2183-3001 www.kpmg.com.br Correio eletrônico: fcelso@kpmg.com.br
Entidade Reguladora	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares, Centro Rio de Janeiro – RJ Telefone e Fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br
Mercado de Negociação Primária e/ou Secundária	CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar São Paulo – SP Telefones: (11) 3111-1400 / 2138-1400 Fax: (11) 3111-1563 www.cetip.com.br

DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO LÍDER E ADMINISTRADORA

A Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., por meio de seu diretor responsável, Sr. Frederico José Braga de Goes, na qualidade de Instituição Líder e Administradora, declara, nos termos do artigo 56, §1º e §5º, da Instrução CVM nº 400/03, que:

- a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das Cotas, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o presente Prospecto, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e*
- b) este Prospecto (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) contém as informações necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Cotas ofertadas, do Fundo, suas atividades e sua situação econômico-financeira, e dos riscos inerentes e quaisquer outras informações relevantes para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.*

Versão assinada das declarações acima pode ser encontrada no anexo VI a este Prospecto.

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS

O presente capítulo contém informações sobre a colocação pública das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II pela Instituição Líder e pelos Distribuidores Contratados. Para informações adicionais e mais completas, veja o capítulo “Características do Fundo” abaixo.

Emissor das Cotas	Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial
Forma de Constituição	Condomínio fechado
Instituição Líder	Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Distribuidores Contratados	SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. e Um Investimentos S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Consultora	Sul Invest Serviços Financeiros Ltda.
Regime de Distribuição	Instrução CVM nº 400/03, com melhores esforços
Direitos de Crédito	Direitos de crédito originados de operações nos segmentos industrial, comercial, imobiliário e de prestação de serviços, representados por duplicatas, cédulas de crédito bancário, cheques, cédulas hipotecárias, contratos de arrendamento mercantil e notas promissórias
Volume de Emissão e Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores da 4ª Série	Emissão de no máximo 175 (cento e setenta e cinco) Cotas Seniores da 4ª Série no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) cada, perfazendo o volume total de emissão de no máximo R\$17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais)
Volume de Emissão e Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores da 5ª Série	Emissão de no máximo 175 (cento e setenta e cinco) Cotas Seniores da 5ª Série no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) cada, perfazendo o volume total de emissão de no máximo R\$17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais)
Volume de Emissão e Valor Unitário de Emissão das Cotas Mezanino II	Emissão de no máximo 100 (cem) Cotas Mezanino II no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) cada, perfazendo o volume total de emissão de no máximo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais)
Valor Mínimo de Aplicação nas Cotas por Investidor	R\$100.000,00 (cem mil reais)
Cotas do Lote Adicional	A quantidade total de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e de Cotas Mezanino II inicialmente ofertada poderá ser, a critério da Administradora, acrescida em até 35 (trinta e cinco) Cotas Seniores da 4ª Série, 35 (trinta e cinco) Cotas Seniores da 5ª Série e 20 (vinte) Cotas Mezanino II, equivalentes a até 20% (vinte por cento) das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Suplementar, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400/03

Cotas do Lote Suplementar	A quantidade de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e de Cotas Mezanino II inicialmente ofertada poderá ser acrescida de lote suplementar de até 26 (vinte e seis) Cotas Seniores da 4ª Série, 26 (vinte e seis) Cotas Seniores da 5ª Série e 15 (quinze) Cotas Mezanino II, equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II inicialmente ofertadas, sem considerar as Cotas do Lote Adicional, com a finalidade exclusiva de atender a eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. A opção de distribuição de Cotas do Lote Suplementar foi outorgada pelo Fundo à Instituição Líder, nos termos do artigo 24, <i>caput</i> , da Instrução CVM nº 400/03, e poderá ser exercida pela Instituição Líder a seu exclusivo critério
Remuneração Alvo das Cotas Seniores da 4ª Série	Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 4ª Série serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 4ª Série, por 130% (cento e trinta por cento) da variação acumulada da Taxa DI
Remuneração Alvo das Cotas Seniores da 5ª Série	Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 5ª Série serão corrigidas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 5ª Série, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de taxa de juros equivalente a 8% (oito por cento) ao ano
Remuneração Alvo das Cotas Mezanino II	Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Mezanino II serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas das Cotas Mezanino II, por 150% (cento e cinquenta por cento) da variação acumulada da Taxa DI
Amortização Programada das Cotas Seniores da 4ª Série	<p>Nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono) e 25º (vigésimo quinto) meses, contados a partir do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 4ª Série, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) do respectivo mês, as Cotas Seniores da 4ª Série serão amortizadas em valor equivalente ao da remuneração alvo apurada, observada a fórmula prevista no item “Amortização Programada e Resgate das Cotas Seniores da 4ª Série” na página 44 deste Prospecto</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 4ª Série, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, as Cotas Seniores da 4ª Série serão amortizadas nas condições especificadas no item “Amortização Programada e Resgate das Cotas Seniores da 4ª Série” na página 44 deste Prospecto</p>
Amortização Programada das Cotas Seniores da 5ª Série	A partir do 55º (quingentésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 5ª Série, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, as Cotas Seniores da 5ª Série serão amortizadas nas condições especificadas no item “Amortização Programada e Resgate das Cotas Seniores da 5ª Série” na página 45 deste Prospecto
Amortização Programada das Cotas Mezanino II	<p>Nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono), 25º (vigésimo quinto), 31º (trigésimo primeiro) e 37º (trigésimo sétimo) meses, contados a partir do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Mezanino II, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) do respectivo mês, as Cotas Mezanino II serão amortizadas em valor equivalente ao da remuneração alvo apurada, observada a fórmula prevista no item “Amortização Programada e Resgate das Cotas Mezanino II” na página 45 deste Prospecto</p> <p>Sem prejuízo do disposto acima, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Mezanino II, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, as Cotas Mezanino II serão amortizadas nas condições especificadas no item “Amortização Programada e Resgate das Cotas Mezanino II” na página 45 deste Prospecto</p>

Prazo de Duração do Fundo	O Fundo terá prazo de duração indeterminado, a partir da primeira Data de Emissão de Cotas do Fundo, que ocorreu em 19 de fevereiro de 2008
Resgate das Cotas Seniores da 4ª Série	As Cotas Seniores da 4ª Série serão resgatadas ao término do prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 4ª Série, ou seja, na última Data de Amortização, ou em virtude da liquidação do Fundo
Resgate das Cotas Seniores da 5ª Série	As Cotas Seniores da 5ª Série serão resgatadas ao término do prazo de 60 (sessenta) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 5ª Série, ou seja, na última Data de Amortização, ou em virtude da liquidação do Fundo
Resgate das Cotas Mezanino II	As Cotas Mezanino II serão resgatadas ao término do prazo de 48 (quarenta e oito) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Mezanino II, ou seja, na última Data de Amortização, ou em virtude da liquidação do Fundo
Publicações	Todas as publicações mencionadas neste Prospecto e no Regulamento serão realizadas no jornal “Valor Econômico”, publicado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo
Destinação dos Recursos	Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II serão destinados preponderantemente à aquisição de Direitos de Crédito. Em conformidade com a política de investimento e os requisitos de composição e de diversificação da carteira do Fundo, o Fundo deve aplicar o remanescente do Patrimônio Líquido em (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; (b) operações compromissadas, cujo lastro seja exclusivamente composto por títulos públicos indicados no item “a” acima; (c) certificados de recibo de depósito bancário emitidos por Instituições Autorizadas, com prazo máximo de 30 (trinta) dias; (d) cotas de fundos de investimento administrados por Instituições Autorizadas, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos ativos referidos nos itens “a” e “c” acima e/ou pelas operações compromissadas indicadas no item “b” acima; e (e) valores mobiliários e ativos de renda fixa, exceto cotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que tenham classificação de risco equivalente ou superior a qualquer série de Cotas Seniores em circulação
Mercado onde as Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e as Cotas Mezanino II serão negociadas	As Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e as Cotas Mezanino II serão negociadas na CETIP
Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 4ª Série	brAA (sf)
Classificação Preliminar de Risco das Cotas Seniores da 5ª Série	brAA (sf)
Classificação Preliminar de Risco das Cotas Mezanino II	brB (sf)
Custodiante	Banco Paulista S.A.

Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes
Público Alvo	Investidores Qualificados, conforme definidos neste Prospecto
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's Rating Services

Informações relativas ao Fundo

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para investimento, preponderantemente, na aquisição de Direitos de Crédito, observada a política de investimento e os requisitos de composição e de diversificação da carteira do Fundo, visando à valorização das Cotas, nos termos deste Prospecto e do Regulamento.

O Fundo deve aplicar o remanescente do Patrimônio Líquido em (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; (b) operações compromissadas, cujo lastro seja exclusivamente composto por títulos públicos indicados no item “a” acima; (c) certificados de recibo de depósito bancário emitidos por Instituições Autorizadas, com prazo máximo de 30 (trinta) dias; (d) cotas de fundos de investimento administrados por Instituições Autorizadas, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos ativos referidos nos itens “a” e “c” acima e/ou pelas operações compromissadas indicadas no item “b” acima; e (e) valores mobiliários e ativos de renda fixa, exceto cotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que tenham classificação de risco equivalente ou superior a qualquer série de Cotas Seniores em circulação.

O Fundo pode manter até R\$20.000,00 (vinte mil reais) do Patrimônio Líquido em moeda corrente nacional.

O Fundo não pode realizar operações em mercados de derivativos e de liquidação futura ou a termo, em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, ficando vedada inclusive a realização de operações para fins de proteção da carteira (*hedge*).

O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série ou Cotas Mezanino II, deve ler cuidadosamente o capítulo “Política de Investimento”, na página 34 deste Prospecto.

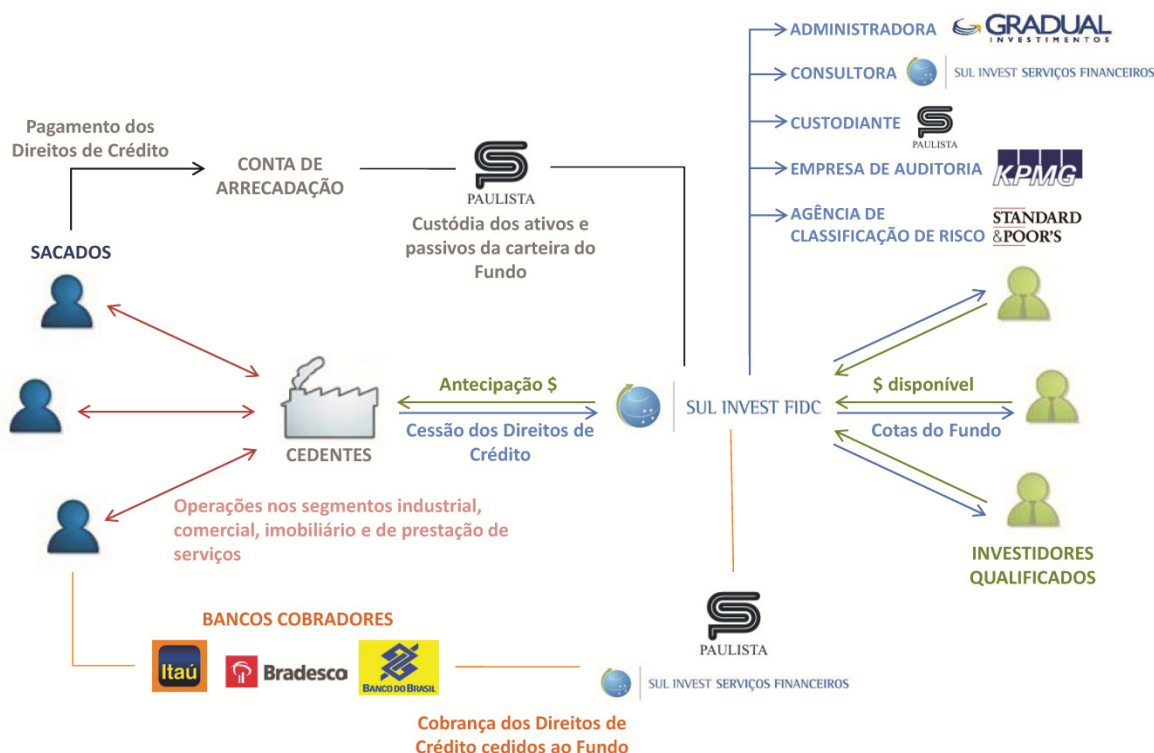
O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas nas Datas de Resgate, conforme os respectivos Suplementos, ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a Amortização Programada, de acordo com o disposto no capítulo “Amortização Programada” na página 44 deste Prospecto.

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, a partir da primeira Data de Emissão de Cotas do Fundo, que ocorreu em 19 de fevereiro de 2008, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral.

O Fundo conta com diversos mecanismos para análise e manutenção de sua performance ao longo de seu prazo de duração, tais como reservas e índices. Maiores informações sobre tais mecanismos podem ser obtidas no capítulo “Reservas e Índices” na página 46 deste Prospecto.

A carteira do Fundo e, por consequência, o Patrimônio Líquido estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de Risco” na página 27 deste Prospecto, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.

Fluxograma da Securitização



1. Os Direitos de Crédito são originados de operações realizadas nos segmentos industrial, comercial, imobiliário e de prestação de serviços, entre os Cedentes e os Sacados.
2. O Fundo capta recursos por meio da emissão de Cotas, que são subscritas e integralizadas por investidores. As Cotas Seniores e as Cotas Mezanino são destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, sendo colocadas publicamente pela Instituição Líder e pelos Distribuidores Contratados.
3. O Fundo adquire, em caráter definitivo, Direitos de Crédito, por meio da antecipação de crédito aos respectivos Cedentes, e Ativos Financeiros, utilizando-se dos recursos obtidos nos termos do item 2 acima. O Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito é definido quando da negociação e celebração de cada Contrato de Cessão, conforme descrito na seção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Cessão Padrão” deste Prospecto.
4. A Consultora, observada a Política de Cobrança, realizará a cobrança dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, em conjunto com os Bancos Cobradores contratados.
5. Os Direitos de Crédito serão pagos pelos Sacados ao Fundo, diretamente na Conta de Arrecadação.

Público Alvo

Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e as Cotas Mezanino II. Para fins deste Prospecto, são considerados Investidores Qualificados os investidores qualificados assim definidos na regulamentação pertinente, atualmente o artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, que considera como investidores qualificados:

- a) instituições financeiras;
- b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;

- d) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- e) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- f) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

São também considerados Investidores Qualificados outros investidores eventualmente autorizados pela regulamentação aplicável a adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

O Fundo visa a atingir Investidores Qualificados, quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que tenham por objetivo retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas, bem como prazo de maturação de investimento. O investimento em Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e em Cotas Mezanino II é inadequado para investidores que não tenham os objetivos acima descritos.

CONDIÇÕES DA OFERTA

Oferta

As Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e as Cotas Mezanino II serão objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400/03. A Oferta será conduzida pela Instituição Líder, com auxílio dos Distribuidores Contratados.

Autorização da Emissão e da Oferta

A 1ª emissão das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Séries e das Cotas Mezanino II e a presente Oferta foram aprovadas por deliberação da Administradora datada de 19 de dezembro de 2011, observadas as condições previstas nos artigos 34 e 36 do Regulamento, retificada em 7 de março de 2012.

Registro da Oferta

A oferta das Cotas Seniores da 4ª Série foi registrada na CVM em 19 de janeiro de 2012, sob o nº CVM/SRE/RFD/2012/001, a oferta das Cotas Seniores da 5ª Série foi registrada na CVM em 19 de janeiro de 2012, sob o nº CVM/SRE/RFD/2012/002 e a oferta das Cotas Mezanino II foi registrada na CVM em 19 de janeiro de 2012, sob o nº CVM/SRE/RFD/2012/003, nos termos da Instrução CVM nº 356/01 e da Instrução CVM nº 400/03.

Quantidade de Cotas Seniores da 4ª Série

A Oferta compreende o total de no máximo 175 (cento e setenta e cinco) Cotas Seniores da 4ª Série.

Quantidade de Cotas Seniores da 5ª Série

A Oferta compreende o total de no máximo 175 (cento e setenta e cinco) Cotas Seniores da 5ª Série.

Quantidade de Cotas Mezanino II

A Oferta compreende o total de no máximo 100 (cem) Cotas Mezanino II.

Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores da 4ª Série

O Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores da 4ª Série foi fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 4ª Série, totalizando o montante de no máximo R\$17.500.000,00 (dezesete milhões e quinhentos mil reais). Os procedimentos para subscrição das Cotas Seniores da 4ª Série estão descritos no item “Condições da Oferta – Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II” abaixo.

Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores da 5ª Série

O Valor Unitário de Emissão das Cotas Seniores da 5ª Série foi fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 5ª Série, totalizando o montante de no máximo R\$17.500.000,00 (dezesete milhões e quinhentos mil reais). Os procedimentos para subscrição das Cotas Seniores da 5ª Série estão descritos no item “Condições da Oferta – Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II” abaixo.

Valor Unitário de Emissão das Cotas Mezanino II

O Valor Unitário de Emissão das Cotas Mezanino II foi fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão de Cotas das Cotas Mezanino II, totalizando o montante de no máximo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). Os procedimentos para subscrição das Cotas Mezanino II estão descritos no item “Condições da Oferta – Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II” abaixo.

Procedimento de Distribuição das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II

A Instituição Líder e os Distribuidores Contratados colocarão publicamente junto aos Investidores Qualificados, exclusivamente no mercado brasileiro, sob o regime de melhores esforços (a) até 175 (cento e setenta e cinco) Cotas Seniores da 4ª Série, no valor total de até R\$17.500.000,00 (dezesete milhões e quinhentos mil reais), na Data de Emissão de Cotas das Cotas da 4ª Série; (b) até 175 (cento e setenta e cinco) Cotas Seniores da 5ª Série, no valor total de até R\$17.500.000,00 (dezesete milhões e quinhentos mil reais), na Data de Emissão de Cotas das Cotas da 5ª Série; e (c) até 100 (cem) Cotas Mezanino II, no valor total de até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), na Data de Emissão de Cotas das Cotas Mezanino II.

A Oferta será realizada na forma e condições seguintes:

- a) a colocação e a subscrição das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II somente terão início após (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a disponibilização deste Prospecto ao público; e (iii) a publicação do anúncio de início da distribuição;
- b) iniciada a Oferta, os investidores interessados poderão manifestar a sua intenção de adquirir Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e/ou Cotas Mezanino II no âmbito da Oferta, à Instituição Líder e/ou aos Distribuidores Contratados, a qualquer momento durante o prazo de colocação; a subscrição das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II será formalizada por meio da assinatura dos respectivos boletins de subscrição;
- c) a colocação será pública, realizada em mercado brasileiro de balcão organizado, por meio da CETIP, não havendo recebimento de reservas antecipadas e devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da Oferta;
- d) a colocação visará exclusivamente a Investidores Qualificados;
- e) a integralização das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II deverá ser em moeda corrente nacional, observado o disposto no boletim de subscrição;

- f) o prazo de colocação pública das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II será de até 180 (cento e oitenta) dias a contar do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data da publicação do anúncio de início de distribuição, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, mediante autorização da CVM;
- g) não serão constituídos fundos de liquidez, nem celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e para as Cotas Mezanino II; e
- h) o resultado da Oferta será divulgado ao seu término, por meio da publicação do anúncio de encerramento da distribuição.

O Fundo autorizou a Instituição Líder e os Distribuidores Contratados a organizar plano de distribuição, que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo a Instituição Líder e os Distribuidores Contratados assegurar que o tratamento aos destinatários e aceitantes da Oferta seja justo e equitativo e a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes.

Cronograma de Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma tentativo das etapas da distribuição das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II, informando seus principais eventos a partir do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM:

Nº	EVENTO	DATA*
1	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	22/12/2011
2	Disponibilização deste Prospecto na página da rede mundial de computadores da Administradora e Instituição Líder e dos Distribuidores Contratados	22/12/2011
3	Obtenção do registro da Oferta na CVM	19/01/2012
4	Publicação do anúncio de início da distribuição	24/01/2012
5	Data máxima para publicação do anúncio de encerramento da distribuição	24/07/2012

**Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Instituição Líder.*

Melhores Esforços

A Oferta será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação, sem garantia firme, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

Início e encerramento da distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II somente terão início após:

- a) o registro da Oferta na CVM;
- b) a publicação do anúncio de início da distribuição; e
- c) a divulgação deste Prospecto aos investidores.

A colocação das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II deverá ser efetuada inicialmente no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação do anúncio de início da distribuição, podendo referido prazo ser prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, mediante autorização da CVM.

A Oferta será encerrada ao término do prazo de colocação, incluindo eventual prorrogação, ou com a colocação da totalidade das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II.

A Oferta poderá ser encerrada, ainda que não haja a distribuição integral das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II, com o cancelamento do eventual saldo não colocado. Na hipótese da distribuição parcial das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II prevista acima, não haverá captação de recursos por meio de fontes alternativas.

Após o encerramento da Oferta deverá ser publicado anúncio de encerramento da distribuição.

Frise-se que a Instituição Líder deverá suspender a Oferta a qualquer momento na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento e justifique a suspensão ou o cancelamento do registro.

Divulgação de anúncios relacionados à Oferta

Todos os avisos, atos e decisões decorrentes desta Oferta que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores serão publicados no jornal “Valor Econômico”, publicado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação

A aceitação da Oferta se dá com a assinatura do boletim de subscrição pelo investidor. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução CVM nº 400/03 e deverá se dar mediante carta protocolada na sede da Instituição Líder até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento de comunicação sobre a modificação ou suspensão da Oferta, presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta

A presente Oferta poderá ter seus termos modificados ou ser revogada, conforme previsto pela Instrução CVM nº 400/03, em seus artigos 25 a 28. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Qualquer modificação da presente Oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso no mesmo jornal utilizado para a publicação do anúncio de início da distribuição. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, porém, deverão ser diretamente comunicados pela Instituição Líder a respeito da modificação efetuada, para confirmarem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida sua manutenção em caso de silêncio. Adicionalmente, a Instituição Líder e os Distribuidores Contratados deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro. A Oferta poderá, ainda, ser cancelada em outras situações, incluindo, mas não se limitando, em caso de rescisão do contrato de distribuição celebrado entre o Fundo e a Instituição Líder. Neste caso, o Fundo deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta mediante carta com aviso de recebimento, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da carta. Não obstante, a divulgação ao mercado acerca da suspensão ou cancelamento da Oferta deverá ser efetuada por meio de publicação de aviso.

Devolução e reembolso aos investidores

Terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e às Cotas Mezanino II subscritas (a) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (b) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta.

Para as restituições referidas acima, serão utilizados os procedimentos adotados pela CETIP. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação aos investidores ou da publicação do aviso ao mercado informando sobre a modificação, suspensão ou cancelamento da Oferta, conforme o caso, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a Oferta não seja finalizada por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e às Cotas Mezanino II deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária, deduzidos os encargos e tributos devidos.

Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e/ou Cotas Mezanino II devem contatar a Instituição Líder e/ou os Distribuidores Contratados e tomar as providências por eles definidas.

As Cotas da 4ª e da 5ª Série e as Cotas Mezanino II serão subscritas e integralizadas pelo valor da respectiva Cota em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Fundo.

No ato de subscrição, o investidor (a) assinará o boletim individual de subscrição, (i) que será autenticado pela Instituição Líder; e (ii) no qual constará a opção do investidor prevista no artigo 31 da Instrução CVM nº 400/03, aplicável na hipótese de distribuição parcial das Cotas; (b) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento, estar ciente (i) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (ii) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Prospecto e no Regulamento; e (c) indicará, conforme o caso, o nome e o endereço de correio eletrônico de um representante responsável para recebimento das comunicações enviadas pela Administradora nos termos deste Prospecto e do Regulamento.

As Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e as Cotas Mezanino II serão integralizadas em moeda corrente nacional, observado o disposto no boletim de subscrição, por meio e de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, cabendo à Instituição Líder e aos Distribuidores Contratados assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II.

Para o cálculo do número de Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e/ou Cotas Mezanino II a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue quaisquer taxas ou despesas.

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$100.000,00 (cem mil reais) por investidor.

A totalidade das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II será colocada publicamente pela Instituição Líder e pelos Distribuidores Contratados, sob o regime de melhores esforços.

A colocação das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II será realizada exclusivamente pela Instituição Líder e pelos Distribuidores Contratados.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e de todas as Cotas Mezanino II, não havendo, portanto, requisitos de dispersão.

Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores da 4ª Série

Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 4ª Série serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 4ª Série, por 130% (cento e trinta por cento) da variação acumulada da Taxa DI, conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCS_t = valor da Cota Senior da 4ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCS_{t-1} = valor da Cota Senior da 4ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

AMT_{t-1} = valor da Amortização Programada, por Cota Senior da 4ª Série, na data $t - 1$, se houver;

$FatorCap_t$ = fator correspondente à Taxa DI na data t , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{S}{100} \right\}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI do dia útil imediatamente anterior à na data t ; e

S = sobretaxa, sendo igual a 130 (cento e trinta).

Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores da 5ª Série

Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 5ª Série serão corrigidas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 5ª Série, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, acrescida de taxa de juros equivalente a 8% (oito por cento) ao ano, conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - AMT_{t-1}) \times \left[(1 + IPCA)^{\frac{1}{dum}} \times (1 + TAXA)^{\frac{1}{252}} \right]$$

Sendo:

VCS_t = valor da Cota Senior da 5ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCS_{t-1} = valor da Cota Senior da 5ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

AMT_{t-1} = valor da Amortização Programada, por Cota Senior da 5ª Série, na data $t - 1$, se houver;

$IPCA$ = variação percentual mensal do IPCA/IBGE referente ao mês vigente; no caso de indisponibilidade do IPCA/IBGE para o mês vigente, será utilizada a última projeção do IPCA/IBGE divulgada pela ANBIMA, na respectiva data de cálculo, não obstante a eventual necessidade de ajuste futuro em decorrência da divulgação, pelo IBGE, do respectivo índice oficial;

dum = número de dias úteis do mês vigente; e

$TAXA$ = taxa de juros equivalente a 8% (oito por cento) ao ano.

Meta de Rentabilidade das Cotas Mezanino II

Desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Mezanino II serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas das Cotas Mezanino II, por 150% (cento e cinquenta por cento) da variação acumulada da Taxa DI, conforme a fórmula abaixo:

$$VCM_t = (VCM_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCM_t = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCM_{t-1} = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

AMT_{t-1} = valor da Amortização Programada, por Cota Mezanino II, na data $t - 1$, se houver;

$FatorCap_t$ = fator correspondente à Taxa DI na data t , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right\} \times \frac{S}{100}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI do dia útil imediatamente anterior à na data t ; e

S = sobretaxa, sendo igual a 150 (cento e cinquenta)

Negociação das Cotas

As Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e as Cotas Mezanino II serão registradas para negociação em mercado de balcão organizado, no Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Cotas de sua titularidade.

Na hipótese de negociação das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II em operações no mercado secundário, o agente intermediário da respectiva negociação será responsável por comprovar a qualificação de Investidor Qualificado do investidor que estiver adquirindo tais Cotas e que o mesmo teve acesso ao Regulamento e assinou o Termo de Adesão ao Regulamento. Somente após essa comprovação a transferência da titularidade das Cotas para a conta de depósito aberta em nome do novo Cotista e a integralização das Cotas serão processadas pela Administradora.

Acréscimo, Remoção ou Substituição dos Direitos de Crédito

Nos termos da regulamentação aplicável, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não serão acrescidos, removidos ou substituídos.

Contudo, sujeita às regras estabelecidas na Política de Cobrança e visando a possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito inadimplidos, a Consultora poderá renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado, incluindo, sem se limitar, o prazo de pagamento. A Consultora poderá, ainda, adotar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (a) a substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por Direitos de Crédito a vencer; ou (b) a recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos.

Adicionalmente, o pagamento de Direitos de Crédito com atraso, após o seu vencimento, pode levar à incidência de juros de mora e multas pactuadas na operação em que foram originados. É possível, por conta disso, que o Fundo venha a receber, por determinado Direito de Crédito, valor maior que o contabilizado. Essa é a única hipótese de acréscimo aos valores originalmente devidos. O atraso no recebimento de recursos poderá afetar negativamente a liquidez do Fundo, podendo, inclusive, dificultar o pagamento das Obrigações do Fundo ou mesmo das Amortizações Programadas. Por outro lado, o recebimento de referidos acréscimos poderá elevar a rentabilidade do Fundo.

Demonstrativo do Custo da Oferta

Segue abaixo tabela com o custo máximo aproximado da distribuição das Cotas Seniores da 4ª Série:

CUSTOS	MONTANTE	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Comissões de coordenação e colocação	R\$525.000,00	3,0000%
Despesas de registro na CVM	R\$82.870,00	0,4735%
Agência de Classificação de Risco	R\$14.782,40	0,0844%
Assessores legais	R\$20.000,00	0,1142%
CETIP	R\$2.100,74	0,0120%
ANBIMA	R\$800,00	0,0045%
Impressões, publicações e material publicitário	R\$17.896,00	0,1022%
Outros custos	R\$10.000,00	0,0571%
Total	R\$673.449,14	3,8482%

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da Oferta	R\$673.449,14
Número máximo de Cotas Seniores da 4ª Série	175
Custo da Oferta por Cota Senior da 4ª Série	R\$3.848,28
Custo percentual unitário de Cota Senior da 4ª Série	3,8482%

Segue abaixo tabela com o custo máximo aproximado da distribuição das Cotas Seniores da 5ª Série:

CUSTOS	MONTANTE	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Comissões de coordenação e colocação	R\$525.000,00	3,0000%
Despesas de registro na CVM	R\$82.870,00	0,4735%
Agência de Classificação de Risco	R\$14.782,40	0,0844%
Assessores legais	R\$20.000,00	0,1142%
CETIP	R\$2.100,74	0,0120%
ANBIMA	R\$800,00	0,0045%
Impressões, publicações e material publicitário	R\$17.896,00	0,1022%
Outros custos	R\$10.000,00	0,0571%
Total	R\$673.449,14	3,8482%

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da Oferta	R\$673.449,14
Número máximo de Cotas Seniores da 5ª Série	175
Custo da Oferta por Cota Senior da 5ª Série	R\$3.848,28
Custo percentual unitário de Cota Senior da 5ª Série	3,8482%

Segue abaixo tabela com o custo máximo aproximado da distribuição das Cotas Mezanino II:

CUSTOS	MONTANTE	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Comissões de coordenação e colocação	R\$300.000,00	3,0000%
Despesas de registro na CVM	R\$64.000,00	0,6400%
Agência de Classificação de Risco	R\$7.391,20	0,0739%
Assessores legais	R\$20.000,00	0,2000%
CETIP	R\$2.100,74	0,0210%
ANBIMA	R\$800,00	0,0080%
Impressões, publicações e material publicitário	R\$17.896,00	0,1000%
Outros custos	R\$10.000,00	0,1000%
Total	R\$422.187,94	4,2218%

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da Oferta	R\$422.187,94
Número máximo de Cotas Mezanino II	100
Custo da Oferta por Cota Mezanino II	R\$4.221,87
Custo percentual unitário de Cota Mezanino II	4,2218%

FATORES DE RISCO

O Fundo pode realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seus ativos. A carteira do Fundo e, por consequência, o Patrimônio Líquido estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo.

O Fundo não conta com garantia da Administradora, da Consultora, do Custodiante ou dos seus Grupos Econômicos, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

O investidor, antes de adquirir Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e Cotas Mezanino II, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se integralmente pelo seu investimento.

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal

O Fundo, seus ativos, quaisquer Cedentes e Sacados estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial e, consequentemente, na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, bem como a origem e o pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por (a) flutuações das taxas de câmbio; (b) alterações na inflação; (c) alterações nas taxas de juros; (d) alterações na política fiscal; e (e) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Sacados e eventuais garantidores. O eventual não pagamento dos Direitos de Crédito nas respectivas datas de vencimento, por qualquer dos motivos descritos acima, pode acarretar perdas patrimoniais ao Fundo, dificultando a Amortização Programada e/ou o resgate das Cotas, em prejuízo dos Cotistas.

Risco de Liquidez – Investimento de Baixa Liquidez

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita de pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimento mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o mercado de fundos de investimento em direitos creditórios.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate das Cotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Cotistas para negociar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Cotas pode implicar a impossibilidade de venda das Cotas ou a venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Cotistas.

Inexistência de Garantia de Rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade das Cotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, observada a ordem de preferência entre elas, a rentabilidade das Cotas será inferior à meta indicada nos respectivos Suplementos. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado ou ao próprio Fundo não representam garantia de rentabilidade futura.

Amortização Programada e Resgate das Cotas

As fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da Amortização Programada e/ou do resgate das Cotas é a liquidação (a) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Sacados; e (b) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial ou judicial dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a Amortização Programada e/ou o resgate das Cotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da Amortização Programada e/ou do resgate das Cotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as Amortizações Programadas e/ou os resgates das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nessa hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Consultora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade.

Risco de Descontinuidade – Liquidação do Fundo e Resgate Antecipado de Cotas

O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado. Ocorrendo a liquidação do Fundo, o mesmo pode não dispor de recursos suficientes para pagamento aos Cotistas.

Excepcionalmente na hipótese prevista no Artigo 68 do Regulamento, caso o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, poderá ser constituído pelos titulares das Cotas em circulação um condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito.

Não obstante o disposto acima, os Cotistas poderão (a) perceber valores no resgate de suas Cotas que não atendam à rentabilidade objetivada com o investimento no Fundo; ou (b) até mesmo, sofrer prejuízo na sua aplicação, não conseguindo recuperar o capital investido nas Cotas. Além disso, ainda que recebam o capital investido, os Cotistas poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração prevista para as Cotas. Nesses casos, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante e a Consultora, qualquer multa ou penalidade.

Risco de Pagamento Antecipado dos Direitos de Créditos Representados por Cédulas de Crédito Bancário

Os Sacados dos Direitos de Crédito representados por cédulas de crédito bancário que sejam pessoas físicas, microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, têm assegurada a faculdade de liquidar antecipadamente os montantes devidos sob os mencionados títulos, nos termos do artigo 52, §2º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e na Resolução CMN nº 3.516, de 6 de dezembro de 2007. Adicionalmente, a possibilidade de pagamento antecipado de cédulas de crédito bancário é geralmente assegurada, de acordo com as práticas usuais de mercado, a Sacados que não se enquadram nas categorias acima, mediante pagamento de um prêmio. Na hipótese de pagamento antecipado, o saldo devedor da cédula de crédito bancário deve ser trazido a valor presente, descontando-se a remuneração que incidiria até a data de vencimento. O pagamento dos Direitos de Crédito cedidos representados por cédulas de crédito bancário antes de seu vencimento pode impactar o Fundo de forma adversa, na medida em que (a) o valor efetivamente pré-pago pelo Sacado pode não corresponder ao montante originalmente esperado, mesmo na hipótese de pagamento do prêmio acima mencionado; e (b) não há garantia de que o Fundo conseguirá reinvestir os recursos obtidos em ativos com a mesma rentabilidade prevista para os Direitos de Crédito pagos antecipadamente.

Risco de Atraso no Pagamento de Direitos de Crédito ou de Ativos Financeiros Integrantes da Carteira do Fundo

O atraso no recebimento de recursos provenientes do pagamento de Direitos de Crédito ou de Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, por qualquer motivo, inclusive aqueles descritos nesta seção “Fatores de Risco” do Prospecto, pode afetar negativamente a liquidez do Fundo, dificultando o pagamento das Obrigações do Fundo, inclusive, das Amortizações Programadas, em prejuízo dos Cotistas.

Risco Operacional – Guarda dos Documentos Comprobatórios

A Consultora será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Consultoria. Embora o Custodiante e o Fundo tenham direito ao acesso irrestrito a referidos Documentos Comprobatórios, a sua guarda pela Consultora pode dificultar a correta verificação acerca da devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e a realização da cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Risco Operacional – Cobrança dos Direitos de Crédito

No caso de os Sacados não cumprirem suas obrigações de pagamento dos Direitos de Crédito cedidos, poderá haver cobrança judicial ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

Além disso, os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Cotas Subordinadas, observado sempre o que for deliberado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, na forma do capítulo XXI do Regulamento. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Cotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do capítulo XX do Regulamento.

Necessidade de Realizar Aporte de Recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido Negativo

O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua política de investimentos, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da carteira do Fundo e da falta de novos aportes por parte dos titulares das Cotas Subordinadas, as Cotas poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero. Em decorrência das Obrigações do Fundo, os Cotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos de forma a arcar com as mesmas.

Risco de Mercado

O desempenho dos Ativos Financeiros e dos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. Referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e, conseqüentemente, a rentabilidade das Cotas.

Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e emissores dos ativos integrantes da carteira do Fundo e das contrapartes nas operações em que o Fundo é parte de honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores ou devedores dos referidos ativos ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez de tais ativos, provocando perdas para o Fundo e para os Cotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores ou devedores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Risco de Liquidez – Liquidez Restrita dos Principais Ativos do Fundo

Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por operações entre os Cedentes e os Sacados e selecionados pela Consultora, os quais não possuem um mercado secundário para negociação desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha que alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não encontre interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Cotistas.

Risco de Originação – Regularidade dos Direitos de Crédito

O Custodiante realizará verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem estatística – ou seja, esta auditoria não compreenderá a revisão dos Documentos Comprobatórios de todos os Direitos de Crédito, mas apenas de alguns selecionados estatisticamente, de forma a verificar sua regularidade. Mesmo com a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.

Além disso, é possível que Direitos de Créditos cedidos ao Fundo deixem, após a cessão, de observar qualquer Critério de Elegibilidade ou Condição de Aquisição. Tal fato não afetará a cessão dos respectivos Direito de Crédito ao Fundo, a qual é realizada de forma irrevogável e irretratável. É possível, portanto, que integrem a carteira do Fundo Direitos de Crédito que não atendam todos os Critérios de Elegibilidade ou as Condições de Aquisição.

Risco Decorrente da Precificação dos Ativos

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação na regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (*mark-to-market*), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, podendo, inclusive, resultar em redução do valor das Cotas.

Risco de Concentração

O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

Além disso, é permitido ao Fundo adquirir e manter em sua carteira Ativos Financeiros que representem até 50% (cinquenta por cento) da sua carteira. Se, por qualquer motivo, os devedores e/ou garantidores, conforme o caso, de referidos Ativos Financeiros não honrarem seus compromissos, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas.

Risco Operacional – Movimentação dos Valores Relativos aos Direitos de Crédito de Titularidade do Fundo

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente na Conta de Arrecadação. Os valores depositados na Conta de Arrecadação serão transferidos diariamente para a Conta do Fundo. Apesar de o Fundo contar com a obrigação da instituição financeira, nas quais referidas contas são mantidas, de realizar diariamente as transferências dos recursos depositados na Conta de Arrecadação para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Cotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, caso haja inadimplemento pela respectiva instituição financeira no cumprimento de sua obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo. Não há qualquer garantia de cumprimento pelo referido banco de suas obrigações acima destacadas.

Risco de Originação – Não Originação dos Direitos de Crédito

A Consultora é a responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, se não for previamente analisado e selecionado pela Consultora. Apesar de o Regulamento prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados à Consultora, caso exista qualquer dificuldade da Consultora em desenvolver suas atividades de análise e seleção de Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados.

Risco Decorrente dos Critérios Adotados pelo Cedente para a Concessão do Crédito

O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Consultora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Consultora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso o Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (a) defeito ou vício do produto; ou (b) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda.

Risco de Questionamento da Validade e Eficácia da Cessão

A cessão dos Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são originados de operações de natureza industrial, comercial, imobiliária e de prestação de serviços entre os Cedentes e os Sacados. Os Documentos Comprobatórios e demais documentos relacionados aos Direitos de Crédito ou sua cobrança podem apresentar vícios questionáveis juridicamente ou, ainda, irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária a cobrança judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Sacados, podendo ser proferida decisão judicial desfavorável aos interesses do Fundo. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência do recebimento de recursos.

Risco de Fungibilidade – Intervenção ou Liquidação da Instituição Financeira na qual é mantida a Conta do Fundo e a Conta de Arrecadação

A Conta do Fundo e a Conta de Arrecadação são mantidas em instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Consultora. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial da referida instituição, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados pelo Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

Alteração do Regulamento

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

Risco de Mercado – Descasamento de Taxas

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Tendo em vista que o valor das diferentes séries de Cotas Seniores e classes de Cotas Mezanino será atualizado de acordo com as metas de rentabilidade prioritária, as quais são atreladas à Taxa DI ou ao IPCA/IBGE, conforme estabelecido nos respectivos Suplementos, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (a) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo; e (b) das Cotas.

Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que os Cedentes, a Administradora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Risco de Governança – Emissão de Novas Cotas

O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas séries ou classes de Cotas. Na hipótese de emissão de novas Cotas, não será assegurado direito de preferência para os Cotistas, o que poderia gerar diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas das classes ou séries que já estejam em circulação na ocasião.

Riscos Relacionados à Necessidade de Aprovação dos Titulares de Cotas Subordinadas nas Deliberações da Assembleia Geral e ao Quórum de Instalação da Assembleia Geral em Segunda Convocação

O artigo 76, §2º, do Regulamento estabelece a necessidade de aprovação pelos titulares da maioria das Cotas Subordinadas para determinadas matérias deliberadas em Assembleia Geral. O direito conferido aos titulares das Cotas Subordinadas torna o quórum de deliberação mais restrito e difícil de ser atingido, podendo gerar atrasos e/ou dificuldades na tomada das decisões em relação a essas matérias. As deliberações tomadas pelos titulares das Cotas Subordinadas, nos termos acima, são existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigam a todos os Cotistas, inclusive os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino. Assim, os titulares das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino devem observar as deliberações dos titulares das Cotas Subordinadas, ainda que não tenham participado de sua discussão e votação ou não concordem com as mesmas.

Ademais, nos termos do artigo 74, §2º, do Regulamento, a Assembleia Geral se instalará, (a) em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Seniores em circulação e 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Mezanino e Subordinadas, em conjunto, em circulação; e (b) em segunda convocação, com Cotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Mezanino e das Cotas Subordinadas, em conjunto, em circulação. As deliberações tomadas em Assembleia Geral, observados os quóruns previstos no Regulamento, são existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigam a todos os Cotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto nela proferido. Na hipótese de instalação da Assembleia Geral, em segunda convocação, sem a presença de nenhum titular de Cotas Seniores, os titulares das Cotas Seniores deverão observar as deliberações tomadas, ainda que não tenham participado de sua discussão e votação ou não concordem com as mesmas.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBIMA

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios regulado pela Resolução CMN nº 2.907/01, e pela Instrução CVM nº 356/01.

O Fundo é classificado pela ANBIMA como FIDC Fomento Mercantil.

OBJETO

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, observada a subseção “Política de Investimento” abaixo.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas nas Datas de Resgate, conforme os respectivos Suplementos, ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a Amortização Programada, de acordo com o disposto na subseção “Amortização Programada” na página 44 deste Prospecto.

PRAZO DE DURAÇÃO

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, a partir da primeira Data de Emissão de Cotas do Fundo, que ocorreu em 19 de fevereiro de 2008, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo, preponderantemente, na aquisição de Direitos de Crédito originados de operações nos segmentos industrial, comercial, imobiliário e de prestação de serviços, representados por duplicatas, cédulas de crédito bancário, cheques, cédulas hipotecárias, contratos de arrendamento mercantil e notas promissórias, nos termos legislação aplicável e do Regulamento.

Desde que o patrimônio do Fundo assim permita, após o pagamento dos Encargos do Fundo, o Fundo terá como meta a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino, observada a ordem de preferência entre as Cotas de diferentes classes, diariamente, tendo como parâmetro a meta de rentabilidade prioritária prevista nos respectivos Suplementos. Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Política de Investimento e Composição da Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo estão sujeitos à política de investimento e aos requisitos de composição e de diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento e na legislação aplicável.

O Fundo deve alocar no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Aquisição.

A Consultora é responsável pela análise e seleção dos Cedentes e Sacados e dos Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, conforme a política de concessão de crédito do Fundo descrita no anexo IV do Regulamento.

Os Direitos de Crédito são cedidos e transferidos ao Fundo, nas Datas de Aquisição e Pagamento, de acordo com os termos e condições previstos nos Contratos de Cessão e nos respectivos Termos de Cessão. A cessão dos Direitos de Crédito engloba todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos seus titulares, sendo cada Cedente responsável pela origem, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo. A Administradora e o Custodiante não respondem pela solvência dos Sacados ou pela origem, existência, liquidez e certeza dos Direitos de Crédito.

As cessões de Direitos de Crédito ao Fundo são realizadas em caráter definitivo, de forma irrevogável e irretratável, e contam com coobrigação dos controladores dos respectivos Cedentes, nos termos da política de concessão de crédito do Fundo descrita no anexo IV do Regulamento.

Os Direitos de Crédito devem contar com os respectivos Documentos Comprobatórios. Para os devidos fins, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito originados por operações de compra e venda a prazo incluem o comprovante da entrega dos produtos e os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito originados por operações de prestação de serviços devem incluir a comprovação da conclusão dos serviços.

O remanescente do Patrimônio Líquido deve ser aplicado exclusivamente nos seguintes Ativos Financeiros, a serem analisados e selecionados pela Consultora nos termos do Regulamento:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN;
- b) operações compromissadas, cujo lastro seja exclusivamente composto por títulos públicos indicados no item “a” acima;
- c) certificados de recibo de depósito bancário emitidos por Instituições Autorizadas, com prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- d) cotas de fundos de investimento administrados por Instituições Autorizadas, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos ativos referidos nos itens “a” e “c” acima e/ou pelas operações compromissadas indicadas no item “b” acima; e
- e) valores mobiliários e ativos de renda fixa, exceto cotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), que tenham classificação de risco equivalente ou superior a qualquer série de Cotas Seniores em circulação.

O Fundo pode manter até R\$20.000,00 (vinte mil reais) do Patrimônio Líquido em moeda corrente nacional.

É vedado ao Fundo adquirir Direitos de Crédito que a Administradora e/ou seu Grupo Econômico sejam Cedentes, Sacados ou coobrigados.

O Fundo também não pode (a) adquirir Direitos de Crédito que a Consultora e/ou seu Grupo Econômico sejam Cedentes ou coobrigados; ou (b) ceder Direitos de Crédito para a Consultora e/ou seu Grupo Econômico.

A Administradora envidará seus melhores esforços para que o Fundo mantenha uma carteira de Ativos Financeiros de prazo médio e em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo, para fins tributários.

O Fundo deverá sempre manter na Reserva de Liquidez, em recursos líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza ou aplicados em Ativos Financeiros, soma equivalente a no mínimo 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido. Tal soma não será considerada para fins de apuração da Reserva de Amortização. Além disso, nos períodos que antecederem a cada Amortização Programada, o Fundo deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito e constituir a Reserva de Amortização. A Reserva de Liquidez e a Reserva de Amortização encontram-se descritas na subseção “Reservas e Índices” abaixo.

Os Direitos Creditórios cedidos e os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, registrados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM.

Operações em Mercados de Derivativos

O Fundo não pode realizar operações em mercados de derivativos e de liquidação futura ou a termo, em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, ficando vedada inclusive a realização de operações para fins de proteção da carteira (*hedge*).

Limites de Concentração

Além dos previstos nas subseções “Critérios de Elegibilidade” e “Condições de Aquisição” abaixo, a composição da carteira do Fundo observará os seguintes requisitos:

- a) a totalidade de Direitos de Crédito cedidos ou com coobrigação de um mesmo Cedente, conforme prevista no respectivo Contrato de Cessão, não pode representar mais de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido;
- b) o somatório dos Direitos de Crédito em aberto dos 5 (cinco) maiores Cedentes não pode ultrapassar 23% (vinte e três por cento) do Patrimônio Líquido;
- c) o montante total devido por cada Sacado não pode ser superior a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido, com exceção do Sacado emissor de cédulas de crédito bancário, que pode representar até 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido;
- d) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo;
- e) o valor total dos Direitos de Crédito representados por cédulas de crédito bancário não pode exceder a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido e devem ser garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios;
- f) o Fundo pode adquirir Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devidos por um mesmo Sacado ou com coobrigação de uma mesma pessoa física ou jurídica, acima dos limites estabelecidos neste Prospecto, no montante de até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido, quando o Sacado ou o coobrigado apresentar classificação de risco igual ou superior à das Cotas Seniores em circulação; e
- g) os Direitos de Crédito devem ser originados de operações realizadas nos segmentos abaixo, observados os seguintes limites mínimos e máximos:

Segmento	Mínimo (% do Patrimônio Líquido)	Máximo (% do Patrimônio Líquido)
Industrial	50	100
Comercial	0	50
Imobiliário	0	30
Prestação de serviços	0	40

Referidos critérios serão observados ainda, inclusive com relação ao Grupo Econômico dos Cedentes e dos Sacados, previamente a cada aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Em caso de desenquadramento da carteira do Fundo aos limites de diversificação e composição, caberá à Consultora selecionar somente Direitos de Crédito cuja aquisição pelo Fundo (a) minimize o desenquadramento verificado; e (b) não resulte no agravamento do desenquadramento já existente e/ou em um novo desenquadramento.

Os percentuais e limites referidos acima serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

Critérios de Elegibilidade

Os Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são, exclusiva e cumulativamente:

- a) os Direitos de Crédito devem ser representados por duplicatas, cédulas de crédito bancário, cheques, cédulas hipotecárias, contratos de arrendamento mercantil e notas promissórias, originados de operações de Cedentes que sejam pessoas jurídicas com sede no país (independentemente de terem sócios, diretos ou indiretos, que sejam pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou sediadas no exterior) e que atuem nos segmentos industrial, comercial, imobiliário ou de prestação de serviços no Brasil;
- b) os Cedentes devem ser pessoas jurídicas devidamente inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- c) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito lastreados em duplicatas ou cheques devem ser de no mínimo de 3 (três) dias e no máximo 180 (cento e oitenta) dias contados da data da formalização das respectivas cessões;
- d) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito lastreados em notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil, cédulas hipotecárias e cédulas de crédito bancário devem ser de no máximo 720 (setecentos e vinte) dias, sendo que o prazo médio não pode ser superior a 390 (trezentos e noventa) dias, conforme apurado na data da formalização das respectivas cessões;
- e) o prazo médio da carteira do Fundo não pode exceder 70 (setenta) dias, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida;
- f) devem ser observados os limites mínimos e máximos de concentração da carteira do Fundo, conforme disposto acima, calculados *pro forma* antes da aquisição pretendida; e
- g) os Direitos de Crédito não podem ser originados de operações entre Cedentes e Sacados pertencentes ao mesmo Grupo Econômico.

O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado e validado pelo Custodiante previamente a cada cessão com base nas informações fornecidas pela Consultora, em formato previamente estabelecido entre o Custodiante e a Consultora.

Condições de Aquisição

Sem prejuízo dos Critérios de Elegibilidade acima, o Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que atendam às seguintes Condições de Aquisição:

- a) os Direitos de Crédito devem ser originados e formalizados de acordo com a política de concessão de crédito do Fundo descrita no anexo IV do Regulamento;
- b) o Cedente deve declarar que os Direitos de Crédito encontram-se livres e desembaraçados de ônus, gravames e restrições de qualquer natureza;

- c) o Sacado não pode apresentar quaisquer apontamentos junto ao Serasa, ao SPC e/ou ao Equifax referentes à verificação de emissão de cheques sem fundos, de execuções judiciais, exceto execuções fiscais, de processo de falência ou de recuperação judicial decretada; excepcionalmente, a Consultora pode recomendar ao Fundo Direitos de Crédito devidos por Sacados que apresentem protestos e/ou execuções judiciais, desde que a soma dos valores relativos a essas pendências não supere a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido;
- d) o Fundo não pode adquirir Direitos de Crédito devidos por Sacados que estejam inadimplentes com relação ao pagamento de Direitos de Crédito já cedidos ao Fundo, há mais de 20 (vinte) dias, inclusive aqueles cujo crédito inadimplido seja devido por seu Grupo Econômico;
- e) o Fundo não pode adquirir Direitos de Crédito de Cedentes cujo índice de Direitos de Crédito liquidados pontualmente seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento), nos últimos 12 (doze) meses, conforme apontamento junto ao Serasa, ao SPC e/ou ao Equifax;
- f) deve ser observada a Taxa Mínima de Cessão;
- g) o Sacado não pode estar em processo de falência ou de recuperação judicial; e
- h) o Cedente deve ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; e (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive ambientais.

A Consultora é responsável por verificar o atendimento às Condições de Aquisição, devendo enviar à Administradora e ao Custodiante relatório contendo a relação dos Direitos de Crédito selecionados, para que o Custodiante proceda à validação dos Critérios de Elegibilidade.

As Condições de Aquisição acima descritas não consubstanciam Critérios de Elegibilidade para fins de verificação pelo Custodiante.

Direitos Creditórios Elegíveis

O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que atendam, exclusiva e cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Aquisição, conforme mencionados acima, na Data de Aquisição e Pagamento.

A inobservância de qualquer Critério de Elegibilidade ou Condição de Aquisição, após a formalização da cessão, não afetará a cessão do Direito de Crédito, a qual é realizada de forma irrevogável e irretratável.

Os Direitos de Crédito devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza.

Demais Informações sobre a Política de Investimento

É vedado ao Fundo realizar operações de (a) *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro; e (b) operações de renda variável.

A Administradora adota política de exercício de direito de voto em assembleias, nos termos do artigo 22 e seguintes do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento. A Administradora exercerá o direito de voto em assembleias gerais, na qualidade de representante do Fundo, no melhor interesse dos Cotistas e de acordo com seus deveres fiduciários, envidando seus melhores esforços para votar favoravelmente às deliberações em entenda sejam benéficas ou agreguem valor para os Cotistas. O inteiro teor da política de exercício do direito de voto da Administradora encontra-se disponível para consulta na sua página na rede mundial de computadores: www.gradualinvestimentos.com.br (“Produtos” – “FIDC” – “Conheça os FIDCs” – “Sul Invest”).

A ADMINISTRADORA ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES E OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DA ADMINISTRADORA EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES OS DIREITOS DE VOTO.

TAXA MÍNIMA DE CESSÃO

A Taxa Mínima de Cessão é a taxa aplicável ao valor de cada Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo, para determinar o preço de cessão máximo que poderá ser pago pelo Fundo em cada Termo de Cessão celebrado com os Cedentes, e será o maior entre os seguintes valores: (a) 165% (cento e sessenta e cinco por cento) da Taxa DI; ou (b) o resultado apurado conforme a fórmula abaixo:

$$TMC = \frac{\sum(QQS_n \times RAQS_n) + (QQM \times RAQM)}{QQS + QQM} + CT + 1\%$$

Sendo:

TMC = Taxa Mínima de Cessão;

QQS = quantidade de Cotas Seniores em circulação;

QQS_n = quantidade de Cotas Seniores da série “n” em circulação;

$RAQS_n$ = meta de rentabilidade prioritária das Cotas Seniores da série “n”;

QQM = quantidade de Cotas Mezanino em circulação;

$RAQM$ = meta de rentabilidade prioritária das Cotas Mezanino; e

CT = custos fixos e Taxa de Administração.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais os descritos na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita na seção “Política de Investimento” deste Prospecto, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* da Administradora separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelos Cotistas. As aplicações nas Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e nas Cotas Mezanino II apresentam riscos para os Cotistas.

Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A partir da Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 1ª série da 1ª emissão do Fundo e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) reenquadramento das contas de Reserva de Liquidez;
- c) amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento e nos respectivos Suplementos;
- d) amortização de Cotas Mezanino, observados os termos e as condições do Regulamento e nos respectivos Suplementos;
- e) reenquadramento das contas de Reserva de Amortização;

- f) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- g) amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Exclusivamente na ocorrência de um Evento de Liquidação e enquanto tal evento permanecer em curso, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo, devidos nos termos deste Prospecto, do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) amortização das Cotas Seniores em circulação, observados os termos e as condições deste Prospecto, do Regulamento e nos respectivos Suplementos;
- c) amortização das Cotas Mezanino em circulação, observados os termos e as condições deste Prospecto, do Regulamento e nos respectivos Suplementos;
- d) provisionamento de recursos para pagamento dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente;
- e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- f) amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

Somente Investidores Qualificados podem adquirir as Cotas. O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$100.000,00 (cem mil reais) por investidor.

A integralização, a Amortização Programada e o resgate de Cotas da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II podem ser efetuados por débito ou crédito em conta corrente mantida no Custodiante, documento de ordem de crédito – DOC, Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN. Excepcionalmente na hipótese de liquidação do Fundo, conforme especificado no capítulo “Procedimentos de Liquidação” deste Prospecto e no artigo 68 do Regulamento, caso o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, será constituído pelos titulares das Cotas em circulação um condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios.

As Cotas da 4ª e da 5ª Série e as Cotas Mezanino II serão subscritas e integralizadas pelo valor da respectiva Cota em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Fundo.

Para efeitos de valorização, Amortização Programada e resgate das Cotas, será utilizado o valor da Cota de abertura do dia da respectiva valorização, Amortização Programada ou resgate, calculado conforme previsto no capítulo “Atualização do Valor das Cotas” abaixo.

O prazo para efetivação de resgate das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino é o mencionado no respectivo Suplemento. Se o resgate for efetivado em dia que não seja útil, os valores correspondentes serão pagos aos Cotistas no primeiro dia útil subsequente, não havendo direito, por parte dos Cotistas, a qualquer acréscimo.

COTAS DO FUNDO

Características Gerais

O Fundo possui Cotas Seniores, Cotas Mezanino e Cotas Subordinadas. As Cotas Seniores são as Cotas que não se subordinam às Cotas Mezanino ou às Cotas Subordinadas para efeito de Amortização Programada, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento. As Cotas Mezanino são as Cotas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de Amortização Programada, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, mas que, para os mesmos efeitos, não se subordinam às Cotas Subordinadas. As Cotas Subordinadas são as Cotas que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

A subordinação entre as diferentes classes de Cotas Mezanino, para fins de amortização e/ou resgate, observará o disposto nos respectivos Suplementos. Nos termos do anexo I a este Prospecto, as Cotas Mezanino II terão prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Cotas Mezanino I, inclusive em caso de liquidação do Fundo.

Todas as Cotas de mesma classe terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

As Cotas correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido e somente serão resgatadas em virtude da liquidação do Fundo ou do término dos respectivos prazos, conforme previstos nos Suplementos.

As Cotas são escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e as Cotas Mezanino II serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA da CETIP e para negociação no mercado secundário em mercado de balcão organizado, no Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

Razão de Garantia e Relação Mínima

A Razão de Garantia admitida é equivalente ou superior a 159% (cento e cinquenta e nove por cento). A Razão de Garantia deve ser apurada pela Administradora no primeiro dia útil de cada mês.

A Razão de Garantia não pode ser reduzida antes do resgate integral das Cotas Seniores da 2ª e da 3ª série da 1ª emissão do Fundo. Após o resgate das Cotas Seniores da 2ª e da 3ª série da 1ª emissão do Fundo, em 23 de outubro de 2013, a Razão de Garantia poderá ser de no mínimo 140% (cento e quarenta por cento).

A Relação Mínima admitida é de 60% (sessenta por cento).

Na hipótese de desenquadramento da Relação Mínima, os titulares das Cotas Subordinadas em circulação serão imediatamente informados de tal fato pela Administradora. Os titulares das Cotas Subordinadas deverão responder o aviso de desenquadramento, em até 30 (trinta) dias contados do seu recebimento, informando por escrito se desejam, a seu exclusivo critério, integralizar ou não novas Cotas Subordinadas.

Cabe à Administradora comunicar a Agência de Classificação de Risco acerca do desenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Relação Mínima, sem prejuízo da verificação do Evento de Avaliação conforme o capítulo “Eventos de Avaliação” deste Prospecto e o artigo 64, alínea “b”, do Regulamento.

Distribuições Anteriores

As Cotas Seniores da 1ª série da 1ª emissão do Fundo foram objeto de oferta pública, com dispensa de registro, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Instrução CVM nº 400/03, conforme comunicado por meio do Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº2442/2007, datado de 26 de dezembro de 2007.

As Cotas Seniores da 2ª e da 3ª série da 1ª emissão do Fundo e as Cotas Mezanino I foram distribuídas com melhores esforços, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

As Cotas Subordinadas foram objeto de colocação privada.

Novas Distribuições

O Fundo pode emitir uma ou mais séries de Cotas Seniores, desde que:

- a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido e nenhum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do artigo 1º, §2º, do Regulamento;
- c) haja solicitação expressa e por escrito da Consultora para a emissão de Cotas Seniores;
- d) o Fundo não esteja em desacordo com (a) a Razão de Garantia; (b) a alocação mínima de 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito; e (c) o Índice de Liquidez;
- e) não resulte no desenquadramento da Razão de Garantia e da Relação Mínima; e
- f) não afete negativamente a classificação de risco das Cotas em circulação.

O Fundo pode emitir uma ou mais classes de Cotas Mezanino, desde que:

- a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido e nenhum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do artigo 1º, §2º, do Regulamento; e
- c) após a 1ª emissão de Cotas Mezanino I, a Administradora obtenha manifestação favorável dos Cotistas titulares da totalidade das Cotas Subordinadas em circulação.

O Fundo pode emitir Cotas Subordinadas em número indeterminado para serem colocadas em uma ou mais distribuições.

Observadas as condições previstas acima, fica a critério da Administradora a deliberação relativa a novas distribuições de Cotas, incluindo os aspectos referentes à quantidade, prazo e classe de Cotas.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão para investimento nas Cotas.

Negociação das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II

As Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e as Cotas Mezanino II serão registradas para negociação em mercado de balcão organizado, no Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Classificação de Risco da Cotas Seniores da 4ª Série

As Cotas Seniores da 4ª Série obtiveram a classificação preliminar de risco brAA (sf) na Escala Nacional Brasil, conferida pela Agência de Classificação de Risco.

Nessa escala, a classificação de risco brAA (sf) significa que, na opinião da Agência de Classificação de Risco, a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito e a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo fornecem proteção muito forte contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Classificação de Risco da Cotas Seniores da 5ª Série

As Cotas Seniores da 5ª Série obtiveram a classificação preliminar de risco brAA (sf) na Escala Nacional Brasil, conferida pela Agência de Classificação de Risco.

Nessa escala, a classificação de risco brAA (sf) significa que, na opinião da Agência de Classificação de Risco, a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito e a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo fornecem proteção muito forte contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Classificação de Risco da Cotas Mezanino II

As Cotas Mezanino II obtiveram a classificação preliminar de risco brB (sf) na Escala Nacional Brasil, conferida pela Agência de Classificação de Risco.

Nessa escala, a classificação de risco brB (sf) significa, na opinião da Agência de Classificação de Risco, que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito e a qualidade dos ativos que compõem a carteira do Fundo são mais vulneráveis contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

Atualização do Valor das Cotas

As Cotas, independentemente da classe ou série, serão valorizadas todo dia útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita e desde que o Patrimônio Líquido assim permita. A primeira distribuição ocorrerá no primeiro dia útil seguinte à Data de Emissão de Cotas de cada classe ou série.

Todo dia útil, após o pagamento dos Encargos do Fundo e reenquadramento das contas de Reserva de Liquidez, o valor da Cota Senior de cada série corresponderá ao menor dos seguintes valores:

- a) divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores em circulação na data de cálculo; ou, na hipótese de existir mais de uma série de Cotas Seniores em circulação, o valor unitário das Cotas Seniores de cada série deverá ser obtido pela (i) aplicação da fórmula indicada no respectivo Suplemento, considerando-se eventuais Amortizações Programadas, de forma a se definir a proporção do valor de cada Cota em relação a 1 (um) inteiro, na data em que se passar a utilizar metodologia em questão; (ii) multiplicação da proporção definida para cada uma das séries, nos termos do item “i” acima, pelo valor total do Patrimônio Líquido; e (iii) divisão do resultado da multiplicação referida no item “ii”, acima, pelo número total de Cotas Seniores da respectiva série; ou
- b) o valor apurado para a respectiva série no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento.

Também todo dia útil, após a incorporação dos resultados para cada série de Cotas Seniores acima descrita, o valor das Cotas Mezanino de cada classe, respeitada a preferência entre as diferentes classes de Cotas Mezanino, nos termos dos respectivos Suplementos, corresponderá ao menor dos seguintes valores:

- a) o valor do Patrimônio Líquido deduzido do valor das Cotas Seniores e/ou das Cotas Mezanino de classes prioritárias, se houver, em circulação, na data de cálculo, dividido pelo número de Cotas Mezanino em circulação de referida classe, na mesma data; ou, na hipótese de existir mais de uma classe de Cotas Mezanino em circulação, sem preferência entre elas, o valor unitário das Cotas Mezanino de cada uma dessas classe deverá ser obtido pela (i) aplicação da fórmula indicada no respectivo Suplemento para cada uma dessas classes em circulação, considerando-se eventuais Amortizações Programadas, de forma a se definir a proporção do valor de cada Cota em relação a 1 (um) inteiro, na data em que se passar a utilizar metodologia em questão; (ii) multiplicação da proporção definida para cada uma das classes, nos termos do item “i” acima, pelo valor total do patrimônio das Cotas Mezanino em circulação dessas classes, o qual será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido deduzido do valor das Cotas Seniores e/ou das Cotas Mezanino de classes prioritárias, se houver; e (iii) divisão do resultado da multiplicação referida no item “ii” acima pelo número total de Cotas Mezanino da respectiva classe; ou
- b) o valor unitário da Cota Mezanino de referida classe no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a emissão no respectivo Suplemento.

Ainda todo dia útil, após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Mezanino, o eventual excedente será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Subordinadas, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao dia útil imediatamente anterior.

A metodologia acima descrita não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo entre os Cotistas das diferentes classes e séries existentes. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem. Recomenda-se a leitura atenta do capítulo “Fatores de Risco” deste Prospecto.

AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

O previsto neste item não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão da Amortização Programada e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Excepcionalmente, caso a relação entre o número de Cotas Subordinadas e a soma das Cotas Subordinadas e das Cotas Mezanino em circulação seja superior a 60% (sessenta por cento), configurando Excesso de Cobertura, a Administradora poderá realizar a amortização não programada das Cotas Subordinadas até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos Cotistas e desde que referida amortização não provoque o desenquadramento da Razão de Garantia. A amortização não programada ocorrerá somente se (a) for verificado o enquadramento ao Índice de Liquidez, à Reserva de Amortização, à Reserva de Liquidez e à alocação mínima dos Direitos de Crédito; (b) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação estiver em curso; e (c) o Fundo permanecer conforme “a” e “b” acima após a amortização prevista. O Excesso de Cobertura não amortizado pelos titulares das Cotas Subordinadas deverá integrar o Patrimônio Líquido.

Amortização Programada e Resgate das Cotas Seniores da 4ª Série

Nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono) e 25º (vigésimo quinto) meses, contados a partir do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 4ª Série, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) do respectivo mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Seniores da 4ª Série serão amortizadas em valor equivalente ao da remuneração apurada nos termos previstos no presente Prospecto, observada a seguinte fórmula:

$$AMT = VCS_t - VCS_e$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono) e 25º (vigésimo quinto) meses, por Cota Senior da 4ª Série, na Data de Amortização;

VCS_t = valor da Cota Senior da 4ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ; e

VCS_e = valor da Cota Senior da 4ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 4ª Série.

Sem prejuízo do disposto acima, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 4ª Série, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Seniores da 4ª Série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSerie} - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, por Cota Senior da 4ª Série, na Data de Amortização;

VCS_t = conforme definido acima;

PrazoSerie = 36 (trinta e seis); e

M = número do mês, contado a partir da Data de Emissão de Cotas, da ordem da parcela de Amortização Programada a ser calculada.

Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as Amortizações Programadas que vierem a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva Cota Senior da 4ª Série. Nesse sentido, somente após a Amortização Programada integral de montante correspondente ao valor do principal da Cota Senior da 4ª Série é que o valor referente à valorização da Cota Senior da 4ª Série passará a ser amortizado.

As Cotas Seniores da 4ª Série serão resgatadas ao término do prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 4ª Série, na última Data de Amortização, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo.

Amortização Programada e Resgate das Cotas Seniores da 5ª Série

A partir do 55º (quinquagésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 5ª Série, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Seniores da 5ª Série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{PrazoSerie - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, por Cota Senior da 5ª Série, na Data de Amortização;

VCS_t = valor da Cota Senior da 5ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

$PrazoSerie$ = 60 (sessenta); e

M = número do mês, contado a partir da Data de Emissão de Cotas, da ordem da parcela de Amortização Programada a ser calculada.

Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as Amortizações Programadas que vierem a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva Cota Senior da 5ª Série. Nesse sentido, somente após a Amortização Programada integral de montante correspondente ao valor do principal da Cota Senior da 5ª Série é que o valor referente à valorização da Cota Senior da 5ª Série passará a ser amortizado.

As Cotas Seniores da 5ª Série serão resgatadas ao término do prazo de 60 (sessenta) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Seniores da 5ª Série, na última Data de Amortização, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo.

Amortização Programada e Resgate das Cotas Mezanino II

Nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono), 25º (vigésimo quinto), 31º (trigésimo primeiro) e 37º (trigésimo sétimo) meses, contados a partir do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Mezanino II, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) do respectivo mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Mezanino II serão amortizadas em valor equivalente ao da remuneração apurada nos termos previstos no presente Prospecto, observada a seguinte fórmula:

$$AMT = VCM_t - VCM_e$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono), 25º (vigésimo quinto), 31º (trigésimo primeiro) e 37º (trigésimo sétimo) meses, por Cota Mezanino II, na Data de Amortização;

$VC M_t$ = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ; e

$VC M_e$ = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Emissão de Cotas das Cotas Mezanino II.

Sem prejuízo do disposto acima, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Mezanino II, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Mezanino II serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSerie} - (M - 1)} \right) \times VC M_t$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, por Cota Mezanino II, na Data de Amortização;

$VC M_t$ = conforme definido acima;

PrazoSerie = 48 (quarenta e oito); e

M = número do mês, contado a partir da Data de Emissão de Cotas, da ordem da parcela de Amortização Programada a ser calculada.

Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as Amortizações Programadas que vierem a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva Cota Mezanino II. Nesse sentido, somente após a Amortização Programada integral de montante correspondente ao valor do principal da Cota Mezanino II é que o valor referente à valorização da Cota Mezanino II passará a ser amortizado.

As Cotas Mezanino II serão resgatadas ao término do prazo de 48 (quarenta e oito) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas das Cotas Mezanino II, na última Data de Amortização, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo.

RESERVAS E ÍNDICES

Reserva de Amortização

A Administradora deve constituir reserva para pagamento das Amortizações Programadas das Cotas Seniores, adicionalmente à Reserva de Liquidez. Para tanto, a Administradora deve condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) a partir de 30 (trinta) dias corridos antes de cada Data de Amortização e até a data da efetiva Amortização Programada, o Fundo deve manter, em recursos líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza ou aplicados em (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN ou (ii) operações compromissadas, cujo lastro seja exclusivamente composto por títulos públicos indicados no item “i” acima, soma equivalente a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado da respectiva Amortização Programada, excluída a soma mantida para atendimento da Reserva de Liquidez;
- b) os Ativos Financeiros mencionados na alínea “a” acima não podem ter vencimento posterior à Data de Amortização respectiva; e
- c) para fins de constituição da Reserva de Amortização, parcela dos Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo deve ter prazo de vencimento inferior ao das Cotas Seniores em circulação.

Os procedimentos descritos nesta subseção não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Amortização, representando apenas um objetivo a ser perseguido.

Reserva de Liquidez

O Fundo deve sempre manter na Reserva de Liquidez, em recursos líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza ou aplicados em Ativos Financeiros, soma equivalente a no mínimo 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido.

A Reserva de Liquidez é utilizada exclusivamente para pagamento dos Encargos do Fundo, inclusive da Taxa de Administração. Tal soma não é considerada para fins de apuração da Reserva de Amortização.

Índice de Liquidez

A Administradora deve calcular o Índice de Liquidez da carteira do Fundo mensalmente. O Índice de Liquidez equivale à razão entre (a) a soma dos recursos em caixa, os Ativos Financeiros e os Direitos de Crédito, relativos a Sacados adimplentes, a vencer em até 30 (trinta) dias da data de cálculo; e (b) o somatório das Amortizações Programadas e dos Encargos do Fundo previstos para até 30 (trinta) dias da data de cálculo, que deve ser sempre igual ou maior que 1 (um).

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Metodologia de Avaliação dos Direitos Creditórios e demais Ativos

Os Ativos Financeiros são registrados e ajustados a valor de mercado, observados os procedimentos definidos pela Administradora e as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os ajustes nos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos no Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

O valor de mercado dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo é obtido de acordo com a metodologia adotada pelo Custodiante, observadas as disposições da Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, e as demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

Os Direitos de Crédito são registrados pelo valor do Preço de Aquisição. Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito inadimplidos e/ou de liquidação duvidosa são apuradas conforme os Percentuais de Provisão previstos no capítulo “Inadimplementos, Perdas e Pré-pagamento” deste Prospecto.

As Cotas de cada classe ou série do Fundo terão seu valor calculado todo dia útil, conforme previsto no capítulo “Atualização do Valor das Cotas” acima.

Para efeitos de valorização, Amortização Programada e resgate das Cotas da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II, será utilizado o valor da Cota de abertura do dia da respectiva valorização, Amortização Programada ou resgate.

ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Competência

Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento e indicadas neste Prospecto, é da competência privativa da Assembleia Geral:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- d) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do capítulo “Liquidação do Fundo” deste Prospecto e do capítulo XVIII do Regulamento;
- e) aprovar a substituição do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco; e
- f) alterar o Regulamento.

O Regulamento pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada impreterivelmente no prazo determinado pelas autoridades competentes e comunicada em até 30 (trinta) dias aos Cotistas.

Procedimento de Convocação

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral pode reunir-se por convocação da Administradora ou de Cotistas titulares de Cotas que representem no mínimo 5% (cinco por cento) do total das Cotas em circulação.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, do qual deve constar dia, hora e local de realização da Assembleia Geral e os assuntos a serem tratados, e envio de correio eletrônico, com a devida confirmação de recebimento.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio e envio da convocação por meio de correio eletrônico.

Não se realizando a Assembleia Geral, deve ser publicado anúncio de segunda convocação e novamente providenciado o envio de correio eletrônico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Para efeito do disposto acima, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a publicação do anúncio e envio de correio eletrônico referente à primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede. No entanto, quando se efetuar em outro local, os anúncios e correio eletrônico enviado aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede da Administradora.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento e na legislação aplicável, é considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

As Assembleias Gerais são instaladas (a) em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Seniores em circulação e 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Mezanino e das Cotas Subordinadas, em conjunto, em circulação; e (b) em segunda convocação, com a presença de Cotistas que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Mezanino e das Cotas Subordinadas, em conjunto, em circulação.

A presidência da Assembleia Geral cabe à Administradora. Independentemente de quem tenha convocado a Assembleia Geral, o representante da Administradora deve comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Cotistas as informações que lhe forem solicitadas.

A Administradora ou Cotistas titulares de Cotas que representem no mínimo 5% (cinco por cento) do total das Cotas em circulação podem convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Consultora ou quaisquer terceiros para participar das Assembleias Gerais, sempre que sua presença for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações

A cada Cota corresponde 1 (um) voto na Assembleia Geral.

Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deve ser depositado na sede da Administradora com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia Geral.

As deliberações devem ser tomadas por Cotistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas presentes na Assembleia Geral.

Deliberações Especiais

Estão subordinadas à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas em circulação, as deliberações sobre:

- a) Critérios de Elegibilidade, Condições de Aquisição e requisitos de composição e diversificação da carteira do Fundo;
- b) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- c) Amortização Programada e/ou resgate das Cotas;
- d) direito de voto de cada classe ou série;
- e) inclusão de novos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, ou alteração daqueles existentes;
- f) cobrança de taxas e/ou encargos;
- g) valorização das Cotas, inclusive alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino;
- h) alteração da Razão de Garantia e da Relação Mínima;
- i) substituição do Custodiante, da Consultora, da Empresa de Auditoria ou da Agência de Classificação de Risco; e
- j) alteração dos prazos das Cotas.

As deliberações relativas à modificação das características, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas estão sujeitas à aprovação (a) dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral; e (b) de titulares de 50% (cinquenta por cento) do total de Cotas Mezanino e de Cotas Subordinadas em circulação.

Divulgação e Eficácia das Deliberações da Assembleia Geral

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização. A divulgação referida no item acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e por meio de correio eletrônico a cada Cotista.

As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados o disposto no Regulamento, são existentes, válidas e eficazes e obrigam a todos os Cotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto nela proferido.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral. Neste caso, após o pagamento dos Encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o Patrimônio Líquido assim permitir, o valor da Cota apurado conforme este Prospecto e o Regulamento, em vigor na própria Data de Resgate. Após o pagamento aos titulares de Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Mezanino, se o Patrimônio Líquido assim permitir, o valor da Cota apurado conforme este Prospecto e o Regulamento, em vigor na própria Data de Resgate. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Mezanino, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme este Prospecto e o Regulamento.

A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observado o que dispõe o Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral.

Eventos de Avaliação

A Administradora verificará no primeiro dia útil de cada mês, a ocorrência de quaisquer dos seguintes Eventos de Avaliação:

- a) caso a Razão de Garantia não seja observada por um período de 15 (quinze) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos titulares das Cotas Subordinados;
- b) caso a Relação Mínima não seja observada por um período de 15 (quinze) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos titulares das Cotas Subordinados;
- c) caso haja a redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries ou classes de Cotas em circulação em dois sub-níveis;
- d) caso o Fundo não observe, por 15 (quinze) dias consecutivos, os limites de concentração por Sacado, por Cedente, por tipo de ativo e/ou por segmento estabelecidos no capítulo “Limites de Concentração” deste Prospecto e no artigo 21 do Regulamento, ressalvada a hipótese de desenquadramento passivo;
- e) caso as Amortizações Programadas de qualquer série ou classe não sejam efetuadas nas Datas de Amortização;
- f) caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos, por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da sua data de vencimento, representem pelo menos 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido;
- g) caso haja alteração na política de concessão de crédito adotada pela Consultora, sem prévia aprovação da Assembleia Geral;

- h) caso o índice de recompra, descrito no anexo V ao Regulamento, exceda 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido por 2 (dois) meses consecutivos ou por 4 (quatro) meses alternados, em um período de 12 (doze) meses;
- i) caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez permaneçam desenhquadrados por mais de 15 (quinze) dias consecutivos; e
- j) caso a totalidade dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito cedidos realizados pelos Sacados na conta do Cedente, tal como mencionado no anexo V ao Regulamento, seja superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido por 2 (dois) meses consecutivos ou por 4 (quatro) meses alternados, em um período de 12 (doze) meses.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora convocará Assembleia Geral, a qual decidirá (a) pela não liquidação do Fundo; ou (b) que tal Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para liquidação do Fundo.

Ainda que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista acima, referida Assembleia Geral deverá ser instalada, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Eventos de Liquidação

São Eventos de Liquidação quaisquer das ocorrências:

- a) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição administradora, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;
- b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços previstos no Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição custodiante, nos termos do referido contrato; e
- c) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços previstos no Contrato de Consultoria, sem que tenha havido sua substituição por outra empresa de consultoria, nos termos do referido contrato, ou, ainda, em caso de alteração no controle, direto ou indireto, da Consultora.

Ocorrendo qualquer Evento de Liquidação, a Administradora deverá iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo descritos abaixo.

Procedimentos de Liquidação

A Administradora convocará imediatamente Assembleia Geral para deliberar os procedimentos que serão adotados para preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas.

Caso a Assembleia Geral decida pela interrupção dos procedimentos de liquidação do Fundo, fica assegurado o resgate antecipado das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas dissidentes.

Observada a deliberação da Assembleia Geral, o Fundo resgatará compulsoriamente a totalidade de Cotas Seniores em circulação e, posteriormente, de Cotas Mezanino em circulação, observado o disposto no Regulamento e os seguintes procedimentos:

- a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo os recursos para a Conta do Fundo;
- b) quaisquer pagamentos referentes aos Direitos de Crédito serão destinados diretamente para a Conta do Fundo;

- c) observada a ordem de alocação dos recursos do Fundo, definida no capítulo “Ordem e Aplicação dos Recursos” deste Prospecto e no capítulo XIX do Regulamento, a Administradora procederá ao resgate antecipado das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino em circulação, até o limite dos recursos disponíveis; e
- d) não haverá preferência no resgate das diferentes séries de Cotas Seniores, a série que eventualmente tiver prazo mais curto de resgate poderá ter o seu prazo prolongado, prevalecendo a decisão da Assembleia Geral sobre o assunto.

Após o resgate antecipado integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino conforme estabelecido acima, fica facultado aos titulares das Cotas Subordinadas deliberar acerca da interrupção dos procedimentos de liquidação e reinício das atividades do Fundo.

Caso, após 12 (doze) meses contados da data em que ocorrer o Evento de Liquidação e observado o que for deliberado na Assembleia Geral referida acima, o Fundo não disponha de recursos suficientes para o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino em circulação, será constituído um condomínio pelos Cotistas, observado o disposto nos artigos 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito integrantes da sua carteira na data de sua constituição.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Despesas e Encargos do Fundo

Constituem os Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- d) honorários e despesas da Empresa de Auditoria;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição, manutenção ou à liquidação do Fundo, incluindo, entre essas, os custos referentes à colocação das Cotas, ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação da Consultora;
- j) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- k) despesas de registros em bolsas de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- l) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo; e
- m) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas acima como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

O Fundo manterá Reserva de Liquidez para pagamento dos Encargos do Fundo, nos termos do capítulo “Reservas e Índices” deste Prospecto.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informações Obrigatórias e Periódicas

A Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes da Instrução CVM nº 356/01, sem prejuízo do disposto em demais normas aplicáveis e no Regulamento, notadamente o disposto abaixo.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Todo material de divulgação do Fundo deve apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, inclusive suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Cotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação realizada.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo são auditadas pela Empresa de Auditoria e estão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. O Regulamento estabelece que, enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF. No entanto, tendo em vista a publicação da Instrução CVM nº 489/11, o Fundo passou a observar o disposto em referido normativo.

O Fundo terá escrituração contábil própria.

O exercício social do Fundo tem duração de um ano e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição do Cotista que as solicitar, observados os prazos de (a) 15 (quinze) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (b) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Comunicações e Publicações

As comunicações com os Cotistas são divulgadas por meio (a) de anúncio publicado, em forma de aviso, nos termos abaixo; e (b) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Cotista, indicado conforme o capítulo “Distribuição, Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II” deste Prospecto e o artigo 42, §1º, do Regulamento.

As publicações são feitas inicialmente no jornal “Valor Econômico”, publicado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administradora pode, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

Atendimento aos Cotistas

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Oferta, incluindo informações sobre exercícios anteriores e o histórico de performance do Fundo, podem ser obtidas junto à Instituição Líder e Administradora, em sua sede. O Regulamento, este Prospecto e os Suplementos das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II estão disponíveis para consulta e reprodução nas sedes e nas páginas da rede mundial de computadores da Instituição Líder e Administradora, dos Distribuidores Contratados, da CVM e da CETIP, nos endereços abaixo indicados:

Instituição Líder e Administradora

Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 50, 6º e 7º andares

04543-000 – São Paulo – SP

www.gradualinvestimentos.com.br/site/266/conheca-os-FIDCs.aspx (acessar “Sul Invest” - “Prospecto das Novas Ofertas Públicas”)

Distribuidores Contratados

SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 3º andar

São Paulo – SP

negocios.socopa.com.br/Conteudo/Servicos_Prospectos.aspx

Um Investimentos S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Praça XV de Novembro, nº 20, 12º andar, Centro

Rio de Janeiro – RJ

e

Avenida Chedid Jafet, nº 222, bloco A, 4º andar

04551-065 – São Paulo – SP

http://www.uminvestimentos.com.br/materias.php?cd_secao=298

Entidade Reguladora

Comissão de Valores Mobiliários

Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares, Centro

Rio de Janeiro – RJ

www.cvm.gov.br (acessar “Fundo de Investimento” – no primeiro campo, preencher “SUL INVESTFIDC – MULTISETORIAL” – “Continuar” – “SUL INVEST FIDC – MULTISETORIAL” – “Documentos Eventuais” – “Tipo de Documento” – “Prospecto Distribuição” – “Exemplar do Prospecto”)

Mercado de Negociação Primária e Secundária

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

São Paulo – SP

www.cetip.com.br (acessar “Comunicados e Documentos” – “Prospectos” – no campo “Categoria do Documento”, selecionar “Cotas de Fundos Fechados” – no campo “Busca”, inserir “Sul Invest” – no campo “Ano”, selecionar “2012” – “Buscar” – “SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL (4ª e 5ª sênior mesanino 2)”))

Eventuais informações adicionais, reclamações, dúvidas e sugestões podem ser endereçadas para a sede da Instituição Líder e Administradora.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DIREITOS CREDITÓRIOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Direitos de Crédito

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, a aquisição de Direitos de Crédito originados de operações nos segmentos industrial, comercial, imobiliário e de prestação de serviços, representados por duplicatas, cédulas de crédito bancário, cheques, cédulas hipotecárias, contratos de arrendamento mercantil e notas promissórias.

Os Direitos de Crédito devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza.

Histórico da Carteira de Direitos de Crédito do Fundo

Seguem abaixo informações estatísticas sobre o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo nos 25 (vinte e cinco) meses entre janeiro de 2010 e janeiro de 2012 (inclusive). Não há garantias de que a carteira do Fundo continuará apresentando características semelhantes ao histórico apurado.

MÊS	Nº DE CONTRATOS DE CESSÃO VIGENTES	VALOR DA CARTEIRA (R\$)	RENTABILIDADE ACUMULADA DA CARTEIRA (%)		PRAZO MÉDIO DA CARTEIRA (DIAS)
			NO MÊS	A CADA 12 MESES	
jan/10	44	11.558.686,21	2.22	36.50	73.74
fev/10	44	11.820.346,26	0.65		42.76
mar/10	46	12.054.406,19	2.03		43.74
abr/10	50	12.410.122,72	2.98		40.38
mai/10	56	12.760.481,57	2.90		48.23
jun/10	56	13.229.274,40	2.78		69.88
jul/10	56	13.902.048,13	2.36		37.73
ago/10	56	14.046.643,13	1.04		47.53
set/10	64	14.541.051,10	3.62		48.16
out/10	68	15.219.748,69	4.81		67.18
nov/10	68	20.220.796,66	3.30		65.75
dez/10	70	28.831.578,59	2.90		75.17
jan/11	72	29.982.446,97	2.48	58.83	50.48
fev/11	76	30.844.226,28	2.10		58.69
mar/11	88	35.549.654,51	2.45		52.08
abr/11	95	42.226.441,84	11.43		53.01
mai/11	103	48.476.362,49	3.02		74.42
jun/11	115	52.456.526,61	1.66		48.13
jul/11	115	54.603.364,64	3.97		53.93
ago/11	126	62.038.628,11	5.35		58.93
set/11	139	72.033.788,53	2.3		56.00
out/11	144	73.298.372,23	2.65		51.88
nov/11	151	75.546.908,10	6.57		60.27
dez/11	156	77.575.442,07	3.58		49.61
jan/12	190	80.984.949,05	3.32	N/A	62.61

Originação e Formalização dos Direitos de Crédito

Cada Cedente é responsável pela originação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito por ela cedidos ao Fundo.

Os Direitos de Crédito devem contar com os respectivos Documentos Comprobatórios. Para todos os fins, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito originados por operações de compra e venda a prazo incluem o comprovante da entrega dos produtos e os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito originados por operações de prestação de serviços devem incluir a comprovação da conclusão dos serviços.

A Consultora realiza a guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, conforme disposto no Contrato de Consultoria, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos da regulamentação aplicável, podendo o Custodiante e a Administradora, ou ainda quem esses designarem, requerer vista dos Documentos Comprobatórios a qualquer tempo.

Cessão dos Direitos de Crédito

Os Direitos de Crédito são cedidos e transferidos ao Fundo, nas Datas de Aquisição e Pagamento, de acordo com os termos e condições previstos nos Contratos de Cessão e nos respectivos Termos de Cessão. A cessão dos Direitos de Crédito engloba todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos seus titulares.

As cessões de Direitos de Crédito ao Fundo são realizadas de forma irrevogável e irretratável e contam com coobrigação dos controladores dos respectivos Cedentes, nos termos da política de concessão de crédito do Fundo descrita no anexo IV do Regulamento.

A notificação dos Sacados acerca da cessão dos Direitos de Crédito é realizada pela Consultora, em nome do Fundo.

Nos termos da regulamentação aplicável, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não são acrescidos, removidos ou substituídos, ressalvado, contudo, o disposto no capítulo “Acréscimo, Remoção ou Substituição dos Direitos de Crédito” deste Prospecto. Sujeita às regras estabelecidas na Política de Cobrança e visando a possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito inadimplidos, a Consultora pode renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado, incluindo, sem se limitar, o prazo de pagamento. A Consultora pode, ainda, adotar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (a) a substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por Direitos de Crédito a vencer; ou (b) a recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos.

Política de Crédito

O anexo IV ao Regulamento contém a descrição detalhada da política de concessão de crédito do Fundo.

Cedentes e Sacados

São Cedentes todas as pessoas jurídicas que cedem Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.

Os Sacados são todas as pessoas físicas e jurídicas que realizam operações nos segmentos industrial, comercial, imobiliários e de prestação de serviços com os Cedentes e são devedoras dos Direitos de Crédito.

Previamente ao oferecimento dos Direitos de Crédito ao Fundo, é realizada a análise de crédito dos Cedentes e dos Sacados pela Consultora, nos termos da política de concessão de crédito que consta no anexo IV ao Regulamento. Adicionalmente, antes de cada aquisição de Direitos de Crédito, é verificado o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, que impõem, por exemplo, a manutenção dos limites mínimos e máximos de concentração da carteira do Fundo, restringindo, assim, o limite de exposição por Sacado e por Cedente, e obrigando a pulverização da carteira.

O Fundo se enquadra na categoria multicedente e multissacado, de modo que os Direitos de Crédito por ele adquiridos originam-se de operações entre inúmeros Cedentes e Sacados, nos segmentos industrial, comercial, imobiliário e de prestação de serviços. Em razão das características diversas dos segmentos em que atuam os Cedentes, o Fundo, por si ou por terceiros que lhe prestam serviços, não avalia os padrões observados por cada Cedente nas operações com os Sacados que originam os Direitos de Crédito. A Consultora entende que a adoção dos critérios previstos neste prospecto, incluindo os descritos no parágrafo acima, já seria suficiente para a correta avaliação de risco e precificação dos Direitos de Crédito.

Nesse contexto, e considerando-se, ainda, o giro da carteira de Direitos de Crédito, que possibilita a constante alteração dos Cedentes, não é possível descrever os critérios gerais adotados pelos Cedentes para originação dos Direitos de Crédito.

Dessa forma, este Prospecto apresenta a análise do histórico geral do comportamento da carteira do Fundo, com base em créditos da mesma natureza dos Direitos Creditórios que são adquiridos pelo Fundo, na subseção “Histórico da Carteira de Direitos de Crédito do Fundo” acima e na subseção “Inadimplementos, Perdas e Pré-pagamento” abaixo. Não há garantias, no entanto, de que a carteira do Fundo continuará apresentando características semelhantes ao histórico apurado.

Titularidade dos Direitos de Crédito

A formalização das cessões de Direitos de Crédito se dá por meio da celebração, pela Administradora, dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão com os Cedentes. Na hipótese de aquisição de cédulas de crédito bancário, não é necessária a celebração de Contratos de Cessão, sendo a cessão e transferência de tal ativo realizada por meio da CETIP. A cessão dos Direitos de Crédito é realizada, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo ao Fundo a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, acompanhados de todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos seus titulares.

Os Contratos de Cessão, referentes aos Direitos de Crédito cujo prazo de vencimento seja igual ou superior a 90 (noventa) dias, serão levados a registro nos competentes cartórios de títulos e documentos pela Administradora, apenas na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação.

Formalização da Entrega dos Direitos de Crédito

A Consultora realiza a guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, conforme disposto no Contrato de Consultoria, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos da regulamentação aplicável, podendo o Custodiante e a Administradora, ou ainda quem esses designarem, requerer vista dos Documentos Comprobatórios a qualquer tempo.

Taxa Mínima de Cessão

A Taxa Mínima de Cessão é a taxa aplicável ao valor de cada Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo, para determinar o preço de cessão máximo que poderá ser pago pelo Fundo em cada Termo de Cessão celebrado com os Cedentes, e será o maior entre os seguintes valores: (a) 165% (cento e sessenta e cinco por cento) da Taxa DI; ou (b) o resultado apurado conforme a fórmula abaixo:

$$TMC = \frac{\sum(QQS_n \times RAQS_n) + (QQM \times RAQM)}{QQS + QQM} + CT + 1\%$$

Sendo:

TMC = Taxa Mínima de Cessão;

QQS = quantidade de Cotas Seniores em circulação;

QQS_n = quantidade de Cotas Seniores da série “n” em circulação;

$RAQS_n$ = meta de rentabilidade prioritária das Cotas Seniores da série “n”;

QQM = quantidade de Cotas Mezanino em circulação;

$RAQM$ = meta de rentabilidade prioritária das Cotas Mezanino; e

CT = custos fixos e Taxa de Administração.

Inadimplementos, Perdas e Pré-pagamento

Seguem abaixo informações estatísticas sobre o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo, no que se refere à inadimplência e recompra de Direitos de Crédito, nos 33 (trinta e três) meses entre fevereiro de 2009 e outubro de 2011 (inclusive). Não há garantias de que a carteira do Fundo continuará apresentando características semelhantes ao histórico apurado.

MÊS	VALOR PL (R\$)	VALOR PPD ÚLTIMO DIA (R\$)	% INADIMPLÊNCIA	ESTATÍSTICA MENSAL	RECOMPRA (R\$)	% RECOMPRA
fev/09	8.201.185,36	355,43	0,004333886	0,0040184	70.017,96	0,85
mar/09	8.493.762,56	124,08	0,001460837	-0,002873049	209.696,61	2,47
abr/09	8.785.932,62	471,95	0,005371655	0,003910818	583.207,53	6,64
mai/09	9.062.972,70	230,43	0,002542543	-0,002829112	232.991,42	2,57
jun/09	9.375.776,96	171,81	0,001832488	-0,000710055	368.292,93	3,93
jul/09	9.693.556,64	916,89	0,009458757	0,007626269	323.146,96	3,33
ago/09	10.014.096,54	2.906,96	0,02902868	0,019569922	320.323,45	3,20
set/09	10.313.294,19	32.894,11	0,318948625	0,289919945	348.907,04	3,38
out/09	10.669.931,81	36.418,34	0,341317458	0,022368833	348.892,59	3,27
nov/09	10.979.396,80	40.839,71	0,371966791	0,030649334	528.902,41	4,82
dez/09	11.313.994,24	43.660,73	0,385900232	0,01393344	423.856,44	3,75
jan/10	11.558.686,21	41.036,92	0,355031007	-0,030869225	298.496,39	2,58
fev/10	11.820.346,26	40.532,85	0,342907467	-0,012123539	188.466,16	1,59
mar/10	12.054.406,19	44.983,05	0,373166868	0,0302594	360.315,08	2,99
abr/10	12.410.122,72	48.955,49	0,394480305	0,021313438	223.507,48	1,80
mai/10	12.760.481,57	65.226,40	0,511159392	0,116679087	261.876,60	2,05
jun/10	13.229.274,40	104.954,52	0,793350541	0,282191149	342.430,86	2,59
jul/10	13.902.048,13	197.388,91	1,419854889	0,626504348	324.350,92	2,33
ago/10	14.046.643,13	298.154,91	2,122606143	0,702751255	476.181,04	3,39
set/10	14.541.051,10	119.319,33	0,82056881	-1,302037333	721.322,52	4,96
out/10	15.219.748,69	152.420,15	1,001462988	0,180894178	656.832,51	4,32
nov/10	20.220.796,66	201.115,13	0,994595482	-0,006867506	1.002.358,22	4,96
dez/10	28.831.578,59	327.670,25	1,136497778	0,141902296	1.486.282,92	5,16
jan/11	29.982.446,97	516.074,27	1,721254674	0,584756897	1.657.208,96	5,53
fev/11	30.844.226,28	901.966,22	2,924262751	1,203008077	2.384.184,11	7,73
mar/11	35.549.654,51	1.290.956,66	3,631418302	0,70715555	1.694.725,94	4,77
abr/11	42.226.441,84	1.249.577,81	0,029592307	241,97%	794.262,32	1,88
mai/11	48.476.362,49	2.509.211,78	0,051761552	243,83%	290.078,91	0,60
jun/11	52.456.526,61	1.977.112,39	0,037690494	216,07%	445.563,69	0,85
jul/11	54.603.364,64	3.045.906,30	0,055782392	202,56%	578.454,79	1,06
ago/11	62.038.628,11	2.184.444,00	0,03521103	189,90%	874.786,38	1,41
set/11	72.033.788,53	2.661.258,88	0,036944591	173,00%	1.305.459,19	1,81
out/11	73.298.372,23	2.138.957,20	0,02918151	174,00%	1.633.344,95	2,23

As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos são suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e são reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, de acordo com os Percentuais de Provisão a seguir indicados, em cada dia útil:

FAIXA	PERÍODO DE ATRASO	PERCENTUAL DE PROVISÃO SOBRE O VALOR DOS DIREITOS DE CRÉDITO ADQUIRIDOS (ANTES DE SER REDUZIDO QUALQUER VALOR PROVISIONADO)
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	atraso superior a 180 dias	100%

A provisão para créditos de liquidação duvidosa será realizada a partir do início das atividades do Fundo, englobando a totalidade de Direitos de Crédito a vencer e constituindo uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) sobre o Patrimônio Líquido.

O valor ajustado em razão do reconhecimento das perdas e provisões dos Direitos de Crédito passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado, limitada aos seus respectivos valores acrescidos dos rendimentos auferidos no período.

A provisão mencionada acima atingirá a totalidade dos Direitos de Créditos devidos por um mesmo Sacado inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, referente inclusive aos Direitos de Crédito a vencer, chamado “efeito vagão”.

Ademais, cumpre ressaltar que, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, o atraso no pagamento dos Direitos de Crédito superior a 180 (cento e oitenta) dias é considerado perda.

Exceto pelo disposto no parágrafo abaixo, o Fundo não adota política de pré-pagamento dos Direitos de Crédito que integram sua carteira. De acordo com os Contratos de Cessão e os respectivos Termos de Cessão, o Fundo não é obrigado a receber o valor correspondente aos Direitos de Crédito antes do seu vencimento. Ainda que o Fundo venha a aceitar o pré-pagamento dos Direitos de Crédito, isso não gerará efeito adverso sobre a rentabilidade das Cotas, visto que o Fundo não concede qualquer tipo de desconto ou dedução sobre o valor do Direito de Crédito pago antecipadamente.

Exclusivamente com relação aos Direitos de Crédito representados por cédulas de crédito bancário, é admitida a ocorrência de pré-pagamento. Os Sacados dos Direitos de Crédito representados por cédulas de crédito bancário que sejam pessoas físicas, microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, têm assegurada a faculdade de liquidar antecipadamente os montantes devidos sob os mencionados títulos, nos termos do artigo 52, §2º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e na Resolução CMN nº 3.516, de 6 de dezembro de 2007. Adicionalmente, a possibilidade de pagamento antecipado de cédulas de crédito bancário é geralmente assegurada, de acordo com as práticas usuais de mercado, a Sacados que não se enquadram nas categorias acima, mediante pagamento de um prêmio. Na hipótese de pagamento antecipado, o saldo devedor da cédula de crédito bancário deve ser trazido a valor presente, descontando-se a remuneração que incidiria até a data de vencimento. O pagamento dos Direitos de Crédito cedidos representados por cédulas de crédito bancário antes de seu vencimento pode impactar o Fundo de forma adversa, na medida em que (a) o valor efetivamente pré-pago pelo Sacado pode não corresponder ao montante originalmente esperado, mesmo na hipótese de pagamento do prêmio acima mencionado; e (b) não há garantia de que o Fundo conseguirá reinvestir os recursos obtidos em ativos com a mesma rentabilidade prevista para os Direitos de Crédito pagos antecipadamente. Para mais informações, recomenda-se a leitura do capítulo “Fatores de Risco” do presente Prospecto.

Renegociação e Recompra dos Direitos de Crédito

Sujeita às regras estabelecidas na Política de Cobrança e visando a possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito inadimplidos, a Consultora pode renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado, incluindo, sem se limitar, o prazo. A Consultora pode, ainda, adotar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (a) a substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por Direitos de Crédito a vencer; ou (b) a recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos.

Níveis de Concentração dos Direitos de Crédito

O Fundo deverá alocar no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Aquisição.

É vedado ao Fundo adquirir Direitos de Crédito que a Administradora e/ou seu Grupo Econômico sejam Cedentes, Sacados ou coobrigados.

O Fundo também não pode (a) adquirir Direitos de Crédito que a Consultora e/ou seu Grupo Econômico sejam Cedentes ou coobrigados; ou (b) ceder Direitos de Crédito para a Consultora e/ou seu Grupo Econômico.

Além dos Critérios de Elegibilidade e das Condições de Aquisição, a composição da carteira do Fundo observará os seguintes limites de concentração:

- a) a totalidade de Direitos de Crédito cedidos ou com coobrigação de um mesmo Cedente, conforme prevista no respectivo Contrato de Cessão, não pode representar mais de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido;
- b) o somatório dos Direitos de Crédito em aberto dos 5 (cinco) maiores Cedentes não pode ultrapassar 23% (vinte e três por cento) do Patrimônio Líquido;
- c) o montante total devido por cada Sacado não pode ser superior a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido, com exceção do Sacado emissor de cédulas de crédito bancário, que pode representar até 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido;
- d) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo;
- e) o valor total dos Direitos de Crédito representados por cédulas de crédito bancário não pode exceder a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido e devem ser garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios;
- f) o Fundo pode adquirir Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devidos por um mesmo Sacado ou com coobrigação de uma mesma pessoa física ou jurídica, acima dos limites estabelecidos neste Prospecto, no montante de até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido, quando o Sacado ou o coobrigado apresentar classificação de risco igual ou superior à das Cotas Seniores em circulação; e
- g) os Direitos de Crédito devem ser originados de operações realizadas nos segmentos abaixo, observados os seguintes limites mínimos e máximos:

SEGMENTO	MÍNIMO (% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO)	MÁXIMO (% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO)
Industrial	50	100
Comercial	0	50
Imobiliário	0	30
Prestação de serviços	0	40

Política de Cobrança

O anexo III ao Regulamento contém a descrição detalhada da Política de Cobrança adotada pela Consultora, no interesse do Fundo.

Contratos do Fundo

Não foram identificados quaisquer eventos nos contratos firmados pelo Fundo que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. Informações a respeito dos contratos celebrados pelo Fundo podem ser obtidas na seção “Sumário dos Principais Contratos” deste Prospecto.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ADMINISTRADORA

O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., devidamente autorizada a prestar serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM nº 5.027, de 3 de setembro de 1998.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (a) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (b) do Regulamento; (c) das deliberações da Assembleia Geral; e (d) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas.

Observada a regulamentação em vigor e as limitações do Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integram a carteira do Fundo.

Para informações sobre as atribuições, obrigações e responsabilidades da Administradora, vide capítulo “Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Administradora” abaixo e o capítulo III do Regulamento.

Histórico e Atividades

A Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. iniciou suas operações em janeiro de 1991, como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, atendendo um grupo selecionado de pessoas físicas e, posteriormente, pessoas jurídicas não financeiras.

Em março de 2000, adquiriu um título patrimonial da Bolsa de Valores de Santos, alterando a sua denominação para Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., tornando-se corretora permissionária eletrônica junto à Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. Em setembro do mesmo ano, adquiriu títulos patrimoniais da BOVESPA, tornando-se corretora nacional e operando diretamente no pregão da bolsa e nos sistemas eletrônicos Mega Bolsa e Soma.

Com a aquisição de um título patrimonial da Bolsa de Mercadorias & Futuros, em janeiro de 2002, a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. passou a oferecer aos seus clientes uma gama maior de serviços. Em 2004, iniciou suas atividades na área de fundos de investimento de direitos creditórios, sendo hoje administradora de 27 fundos.

A Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma corretora tradicional, com mais de 15 anos de atuação no mercado de câmbio e de valores mobiliários, e conta com uma equipe de aproximadamente 170 profissionais experientes e especializados no mercado financeiro – operadores de mesa, controllers, middle officers, operadores e auxiliares de pregão, entre outros. Com matriz em São Paulo, mantém filiais nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, e mais 15 endereços de representações autônomas.

O objetivo da Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. é oferecer aos seus clientes as melhores alternativas de portfólio, desde investimentos diretos, através de títulos ou ações, carteiras administradas, fundos de investimentos em ações e multimercados e clubes de investimento, buscando uma fórmula sob medida para cada caso. A Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. conta atualmente com mais de 10.000 clientes ativos em carteira, entre pessoas físicas, instituições financeiras e não financeiras. A carteira de ativos de clientes sob sua administração e custódia ultrapassa, hoje, US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares).

Obrigações, Vedações e Responsabilidades da Administradora

Sem prejuízo das obrigações previstas na legislação aplicável, no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, a Administradora obriga-se a:

- a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - ii) o registro dos Cotistas;
 - iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - iv) o livro de presença de Cotistas;
 - v) os demonstrativos trimestrais do Fundo elaborado pelo Diretor Designado, conforme previsto neste Prospecto e no artigo 12 do Regulamento;
 - vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou de terceiro autorizado;
- c) disponibilizar aos Cotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-los do (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
- d) disponibilizar aos Cotistas, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico referido e no capítulo “Comunicações e Publicações” deste Prospecto e no artigo 83 do Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Cotas, o valor do Patrimônio Líquido e das Cotas, e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão de Garantia, apurada nos termos do capítulo “Razão de Garantia e Relação Mínima” deste Prospecto e do capítulo XVII do Regulamento, e o último relatório sobre o Fundo e suas Cotas disponibilizado pela Agência de Classificação de Risco;
- e) colocar à disposição dos Cotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Cotas, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria;
- f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas de toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- h) providenciar trimestralmente, no mínimo, quando e se exigido pela legislação pertinente, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino pela Agência de Classificação de Risco;
- i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais referidos neste Prospecto e no artigo 12 do Regulamento;
- j) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no capítulo “Política de Investimento” deste Prospecto e no capítulo VII do Regulamento;

- k) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco e da Consultora, e à celebração do Contrato de Custódia, Contrato de Serviços de Classificação de Risco e do Contrato de Consultoria;
- l) celebrar, em nome do Fundo, o Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos e todos os Termos de Cessão;
- m) executar, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, serviços que incluem, dentre outras obrigações:
 - i) a escrituração das Cotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Cotistas;
 - ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Cotistas;
 - iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Cotistas, em perfeita ordem; e
 - iv) o fornecimento aos Cotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas, sua propriedade e respectivo valor;
- n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
 - ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros;
 - iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- o) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
 - i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, da Consultora ou do Custodiante;
 - ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e
 - iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Consultoria.
- p) providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do artigo 1º, §2º, do Regulamento;
- q) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- r) manter a Conta de Arrecadação até a integral liquidação das Obrigações do Fundo e transferir diariamente para a Conta do Fundo a totalidade dos recursos depositados na Conta de Arrecadação;
- s) na eventualidade de o Fundo entrar em Evento de Avaliação, levar a registro, em cartório de títulos e documentos, todos os Contratos de Cessão celebrados entre o Fundo e as Cedentes referentes a Direitos de Crédito cujo prazo para o respectivo vencimento seja igual ou superior a 90 (noventa) dias; e

- t) com o auxílio do Custodiante, preparar e encaminhar aos Cotistas, mensalmente, relatório em que conste as seguintes informações: (i) percentual de recompra, renegociação e prorrogação do prazo dos Direitos de Crédito; e (ii) confirmação do atendimento aos limites de concentração estabelecidos no capítulo “Limites de Concentração” deste Prospecto e no artigo 21 do Regulamento.

É vedado à Administradora, em nome próprio:

- a) prestar fiança, aval aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

As vedações de que tratam as alíneas “a” a “c” acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas pertencentes ao Grupo Econômico da Administradora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- b) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no capítulo “Política de Investimento” deste Prospecto e no capítulo VII do Regulamento;
- c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- d) adquirir Cotas;
- e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- f) vender Cotas a prestação;
- g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros;
- k) emitir qualquer classe ou série de Cotas em desacordo com o Regulamento;
- l) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas; e
- m) adquirir Ativos Financeiros de titularidade da Administradora.

Salvo se expressamente autorizado pelo Regulamento ou pelos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos não expressamente previstos como encargos do Fundo que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- b) alterar o Custodiante, a Empresa de Auditoria, a Agência Classificadora de Risco ou a Consultora; e
- c) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Cotistas, que deverá ser submetido a auditoria independente anual, evidenciando que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas a taxas de mercado.

Remuneração da Administradora

Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá Taxa de Administração mensal, sendo calculada e provisionada todo dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \frac{\left(\frac{tx}{252}\right)}{100} \times PL_{D-1}, \text{ onde:}$$

TA = Taxa de Administração;

tx = (a) 0,4 (quatro décimos) sobre o Patrimônio Líquido, para o Patrimônio Líquido de até R\$25.000.000,00 (vinte cinco milhões de reais); (b) 0,3 (três décimos) sobre o Patrimônio Líquido, para o Patrimônio Líquido igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte cinco milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (c) 0,2 (dois décimos) sobre o Patrimônio Líquido, para o Patrimônio Líquido igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e
 PL_{D-1} = Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior ao cálculo da Taxa de Administração.

O valor mínimo da Taxa de Administração será R\$5.000,00 (cinco mil reais) mensais.

A Taxa de Administração será paga no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua apuração e provisionamento.

Não haverá taxa de performance.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Substituição e Renúncia da Administradora

A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, por decisão dos Cotistas reunidos em Assembleia Geral, na forma do capítulo “Assembleia Geral de Cotistas” deste Prospecto e do capítulo XXI do Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

A Administradora, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, pode renunciar à administração e à gestão do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para deliberar sobre a sua substituição, observado o quórum de deliberação de que trata o capítulo “Direito de Voto e Critérios para Apuração das Deliberações” deste Prospecto e o capítulo XXI do Regulamento.

Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de realização da Assembleia Geral.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição administradora que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação de sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição administradora substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

CONSULTORA

Para a prestação dos serviços de consultoria, análise e seleção de potenciais Cedentes e Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, foi contratada a Sul Invest Serviços Financeiros Ltda.

Histórico e Atividades

A Sul Invest Serviços Financeiros Ltda. é uma empresa oriunda do Grupo AAS, atuante na compra de direitos creditórios desde 1995. A atividade central da empresa é a análise de crédito para aquisição de duplicatas e de outros direitos creditórios. Sua estrutura central localiza-se em Curitiba, Paraná, e sua área de atuação se estende pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e interior de São Paulo.

A empresa é formada por membros da família Silveira, sendo todos atuantes na organização. Em termos de governança, a despeito da profissionalização necessária, bem como do suporte através de sistemas informatizados de controle e gestão, a empresa possui cunho familiar e centralizado. Entretanto, a gestão já se pauta por normas de governança corporativa, com a constituição de um conselho de administração pela assembleia de quotistas e a elaboração de manuais de procedimentos.

Além do corpo diretor, a Sul Invest Serviços Financeiros Ltda. é constituída por profissionais com experiência na compra de créditos no segmento de atuação do Fundo.

Visando o aprimoramento dos serviços prestados, a Sul Invest Serviços Financeiros Ltda. iniciou em 2011 uma parceria com a Fundação Dom Cabral para implementação do Processo de Desenvolvimento de Gestão Estratégica e qualificação continuada dos executivos e processos.

Missão: rentabilidade de capital com segurança e prestação de serviços em crédito.

Valores: a atuação da Sul Invest Serviços Financeiros Ltda. é pautada por valores tais como comprometimento com o cliente; valorização dos funcionários; reconhecimento à iniciativa individual; segurança e remuneração do investimento; e prestatividade ao investidor.

Remuneração da Consultora

A Consultora terá direito a receber a remuneração descrita na subseção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Consultoria” abaixo.

Responsabilidades

Sem prejuízo de outras atribuições impostas pelo Contrato de Consultoria e pelo Regulamento, a Consultora será responsável pelas seguintes atividades:

- a) analisar e selecionar Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observadas as Condições de Aquisição;
- b) realizar a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança e as demais condições estabelecidas no Contrato de Consultoria;
- c) realizar a guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, conforme disposto no Contrato de Consultoria, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos da regulamentação aplicável; e
- d) orientar o Fundo na negociação dos Direitos de Crédito com qualquer terceiro.

Sujeita às regras estabelecidas na Política de Cobrança e visando a possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito inadimplidos, a Consultora poderá renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado, incluindo, sem se limitar, o prazo de pagamento. A Consultora poderá, ainda, adotar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (a) a substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por Direitos de Crédito a vencer; ou (b) a recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos.

Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pela Consultora, conforme o estabelecido neste Prospecto e no Regulamento.

Substituição da Consultora

Desde que aprovado por Cotistas representando a maioria das Cotas Subordinadas em circulação reunidos em Assembleia Geral, a Administradora pode, a qualquer tempo, substituir a Consultora por outra empresa de consultoria especializada, para prestar os serviços de análise e seleção de Direitos de Crédito.

CUSTODIANTE

Para realização da custódia dos ativos e passivos da carteira do Fundo, conforme previsto no artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01, a Administradora contratou o Banco Paulista S.A.

Histórico e Atividades

O Banco Paulista S.A. iniciou suas atividades em 1989, por decisão dos acionistas da SOCOPA – Corretora Paulista S.A., hoje subsidiária integral do banco. Os clientes do banco são empresas de médio porte, às quais são oferecidas soluções que combinam produtos das carteiras comercial e de câmbio, e pessoas físicas, para as quais há uma linha de produtos de crédito pessoal consignável e crédito direto ao consumidor.

Além disso, o Banco Paulista S.A. oferece serviços que englobam cobrança, atuação como agente de compensação, liquidação financeira e administração e custódia de direitos de crédito e de títulos e valores mobiliários.

Remuneração do Custodiante

O Custodiante terá direito a receber a remuneração descrita na subseção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Custódia” abaixo.

Responsabilidades

Sem prejuízo de outras atribuições impostas pelo Contrato de Custódia e pelo Regulamento, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para esse fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Contrato de Custódia;
- b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, pelo prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- c) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo e comprovantes de pagamentos de valores creditados em cada uma das dessas contas;
 - ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia;
 - iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;
- e) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- f) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Administradora;
- g) verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- h) informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência (i) de qualquer Evento de Liquidação; ou (ii) do descumprimento, pela Administradora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos no Regulamento e nos demais Documentos da Operação;
- i) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Direitos de Crédito cedidos e pagos ao Fundo;
- j) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, dos Documentos Comprobatórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Consultora com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios nos termos do Contrato de Custódia. Os parâmetros de quantidade dos Direitos de Crédito cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes procedimentos:

- i) utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem: admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) a 90% (noventa por cento), a amostra “n” selecionada será calculada mediante utilização das seguintes fórmulas:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo:

n_0 = fator amostral

E_0 = erro estimado

A = tamanho da amostra

N = população total

O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico;

- ii) etapas:

- (1) determinar o erro amostral tolerável: o erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível, qualidade dos Cedentes analisados, quantidade de revisões já efetuadas para o Fundo e seus respectivos resultados observados;
- (2) determinar o intervalo de confiança: o intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo;
- (3) determinar itens chave: quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem;
- (4) extração dos itens para teste: a seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Sacados em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito;

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item “i”, será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente divide-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes;

- (5) escopo da análise: o escopo da análise dos Documentos Comprobatórios contempla a verificação de sua existência e é detalhado no Regulamento; e

- k) conciliar o recebimento dos Boletos Bancários.

Para a análise dos Documentos Comprobatórios, o Custodiante poderá, sob sua responsabilidade, contratar empresa de consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora, a:

- a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas em nome do Fundo (i) no SELIC; (ii) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre em estrita observância ao Regulamento e ao Contrato de Custódia;
- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros; e
- c) efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

A Conta do Fundo concentrará todos os recursos do Fundo, inclusive os oriundos de pagamentos feitos pelos Sacados na Conta de Arrecadação, que serão transferidos para a Conta do Fundo. O Custodiante e/ou Administradora efetuarão os pagamentos das aquisições de Direitos de Crédito e das Obrigações do Fundo, por meio de Transferências Eletrônicas Disponíveis – TED, transferências entre contas ou Documentos de Ordem de Crédito – DOC diretamente da Conta do Fundo para o respectivo beneficiário.

Substituição do Custodiante

Desde que aprovado por Cotistas representando a maioria das Cotas Subordinadas em circulação reunidos em Assembleia Geral, a Administradora pode, a qualquer tempo, substituir o Custodiante por outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia dos ativos e passivos do Fundo.

INSTITUIÇÃO LÍDER

A Instituição Líder será a própria Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. Informações sobre a Instituição Líder encontram-se no item “Administradora” acima.

A Instituição Líder realizará a distribuição das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II, sob o regime de melhores esforços, nos termos previstos no Contrato de Distribuição e na Instrução CVM nº 400/03.

Informações adicionais sobre a função da Instituição Líder se encontram no item “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Distribuição” deste Prospecto.

DISTRIBUIDORES CONTRATADOS

Os Distribuidores Contratado, abaixo identificado, foi contratado pelo Fundo para auxiliar a Instituição Líder na Oferta.

Informações adicionais sobre a função dos Distribuidores Contratados se encontram no item “Sumário dos Contratos Relevantes – Termo de Adesão ao Contrato de Distribuição” deste Prospecto.

SOCOPA – Corretora Paulista S.A.

A SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. iniciou suas atividades em 1967. A SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. é corretora membro e agente de compensação da BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo (nº 58), BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros (nº 58) e SOMA (nº 124). A corretora atua de forma integrada ao Banco Paulista S.A. e juntos adotaram como seus princípios e valores: ética, responsabilidade, crescimento sustentado, lucratividade e solidez, os quais garantem o êxito de seus trabalhos e sucesso na relação com seus clientes. A SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. é cadastrada na CVM como prestadora de serviços de administração de carteiras desde 1990.

Um Investimentos S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Nasce, em 1969, a Umuarama S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Na década de 90, o Brasil firmou sua posição como grande receptor de investimentos estrangeiros. Com isso, a Umuarama intensificou o seu relacionamento com instituições financeiras do exterior, oferecendo excelência no atendimento a clientes internacionais.

Em 2004, a corretora passou por uma reestruturação com foco na área comercial, introduzindo novas tecnologias, consolidando o atendimento e serviços. Logo após isso, em 2007, foi criado um portal eletrônico com o nome de E.UM, associado ao sistema de negociação eletrônica e voltado para o atendimento de operações on-line.

Após uma fase de reestruturação de suas operações e com a criação de um portal eletrônico que funciona como um braço direito dos investidores no mercado de capitais, demos início a uma nova fase.

A diretoria executiva é formada por Fernando Opitz, Marcos Ourivio e Marcos Maluf.

A consolidação da sociedade e a mudança do nome para Um Investimentos S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, em 2008, marcaram um processo de crescimento e modernização.

Atualmente a corretora possui mais de 40 escritórios nas principais cidades do País, levando atendimento exclusivo a todo o Brasil.

EMPRESA DE AUDITORIA

A Empresa de Auditoria contratada é a KPMG Auditores Independentes.

Histórico

A KPMG Auditores Independentes foi criada em 1987, com a fusão da PeatMarwickInternational (PMI) e da KlynveldMainGoerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. No Brasil, a KPMG Auditores Independentes está presente em 20 cidades do Brasil, e conta com mais de 4.000 funcionários. A KPMG Auditores Independentes é uma rede global de firmas que presta serviços profissionais nas áreas de auditoria, impostos e consultoria, com aproximadamente 138.000 mil pessoas em todo o mundo, distribuídas em 731 cidades, localizadas em 150 países.

Remuneração da Empresa de Auditoria

A Empresa de Auditoria terá direito a receber a remuneração descrita na subseção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Serviços de Auditoria Independente” abaixo.

Responsabilidades

A Empresa de Auditoria será responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pelo exame dos demonstrativos preparados pelo Diretor Designado, sem prejuízo de outras atribuições impostas pela regulamentação vigente ou pelo Regulamento.

Substituição da Empresa de Auditoria

Desde que aprovado por Cotistas representando a maioria das Cotas Subordinadas em circulação reunidos em Assembleia Geral, a Administradora pode, a qualquer tempo, substituir a Empresa de Auditoria por outra empresa de auditoria independente, para prestar os serviços de auditoria anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Foi contratada como Agência de Classificação de Risco a Standard & Poor's Rating Services.

Histórico

Em 1998, a Standard & Poor's Rating Services inaugurou seu escritório no Brasil, localizado em São Paulo. Em julho desse ano, também lançou sua Escala Nacional Brasil e a primeira atribuição de *rating* nessa escala foi para uma emissão da Bradesco Seguros. O ano de 1999 representou outro marco na história da Standard & Poor's Rating Services no Brasil. Como resultado da necessidade de informação e de transparência, e da crescente sofisticação do mercado brasileiro, a Lineinvest contratou a Standard & Poor's Rating Services para analisar a indústria de fundos brasileira, utilizando o processo *SelectFund* da Standard & Poor's Rating Services, desenvolvido para atender não apenas o investidor institucional ou sofisticado, mas também o pequeno investidor.

Em 2001, a Standard & Poor's Rating Services lançou sua classificação das práticas de empresas brasileiras administradoras de recursos de terceiros (*AMP – Asset Management Practices*). Desde então, a Standard & Poor's Rating Services vem ampliando sua cobertura de *ratings* tanto na escala global como na Escala Nacional Brasil e também consolidando sua marca, além de suas análises, opiniões e avaliações, as quais vêm sendo utilizadas como *benchmarks* para a comunidade financeira. Entre 2000 e 2004, a Standard & Poor's Rating Services ampliou significativamente o número de *ratings* de empresas brasileiras.

Principal fonte independente de *ratings* de crédito, avaliação de risco, pesquisa de investimento e dados, a Standard & Poor's Rating Services é parte essencial da infraestrutura financeira mundial e, há 150 anos, oferece informações e inteligência de mercado necessárias para que os participantes dos mercados financeiros e de capitais possam tomar suas decisões com mais confiança.

Remuneração da Agência de Classificação de Risco

A Agência de Classificação de Risco terá direito a receber a remuneração descrita na subseção “Sumário dos Contratos Relevantes – Contrato de Serviços de Classificação de Risco” abaixo.

Responsabilidades

A Agência Classificadora de Risco será responsável pela avaliação de risco tão-somente das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino. Fica atribuído à Agência Classificadora de risco o monitoramento constante das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino e a elaboração e divulgação de relatório de classificação de risco trimestral.

A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação referente às Cotas Subordinadas.

Substituição da Agência de Classificação de Risco

Desde que aprovado por Cotistas representando a maioria das Cotas Subordinadas em circulação reunidos em Assembleia Geral, a Administradora pode, a qualquer tempo, substituir a Agência de Classificação de Risco por outra agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino.

TAXAS

Exceto pela Taxa de Administração, calculada nos termos do capítulo “Remuneração da Administradora” acima, que compõe os Encargos do Fundo, não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO

O Contrato de Cessão estabelece que a cessão dos Direitos de Crédito se opera, em caráter definitivo, com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito. Cada Cedente garante a existência e a validade dos Direitos de Crédito.

O Contrato de Cessão, bem como os respectivos Termos de Cessão, são celebrados de forma irrevogável e irretratável.

O Contrato de Cessão padrão é utilizado para qualquer Cedente que venha a ceder Direitos de Crédito ao Fundo, podendo variar o preço de aquisição, taxas e encargos, partes, permanecendo inalterado o teor do instrumento.

Nos termos do Contrato de Cessão padrão, há a obrigação dos Cedentes de recomprar os respectivos Direitos de Crédito cedidos em até 24 (vinte e quatro) horas, caso seja verificado qualquer dos vícios previstos no Contrato de Cessão.

Adicionalmente, os Cedentes e os responsáveis solidários respondem solidariamente pelo pagamento dos Direitos de Crédito. Os responsáveis solidários são as pessoas identificadas no prefácio de cada Contrato de Cessão, sócios ou não dos Cedentes, que são solidariamente responsáveis por todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pelos Cedentes, estando cientes de todos os termos do Contrato de Cessão e de que podem ser exigidas diretamente pelo Fundo ou por qualquer outro detentor dos Direitos de Crédito cedidos. De acordo com o risco de cada Cedente, o Fundo pode requerer a constituição de garantia, mediante a emissão de nota promissória pelo Cedente, com aval dos responsáveis solidários, o que mitiga os riscos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

Por meio do Contrato de Distribuição, a Instituição Líder foi contratada para prestar os serviços de coordenação da distribuição pública, com melhores esforços, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II.

Nos termos do Contrato de Distribuição, foi conferida à Instituição Líder a opção de distribuição de lote suplementar de até 15% (quinze por cento) das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II distribuídas, sem prejuízo do lote adicional de até 20% (vinte por cento) que, a critério da Administradora, poderá ser acrescido à Oferta, nos termos da regulamentação pertinente.

A Instituição Líder receberá pela prestação dos seus serviços uma comissão de coordenação e colocação equivalente a 3% (três por cento) do valor total das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II efetivamente colocadas junto aos investidores no âmbito da Oferta, deduzida a remuneração devida aos Distribuidores Contratados, nos termos dos respectivos Termos de Adesão, conforme o caso.

Todas as despesas relativas à Oferta, incluindo aquelas eventualmente incorridas pela Instituição Líder após seu encerramento ou o término deste Contrato, serão suportadas exclusivamente pelo Fundo.

O Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores para consulta e cópia na sede da Instituição Líder e Administradora, no endereço abaixo indicado:

Instituição Líder e Administradora
Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 50, 6º e 7º andares
04543-000 – São Paulo – SP

TERMO DE ADESÃO AO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

Por meio dos respectivos Termos de Adesão ao Contrato de Distribuição, os Distribuidores Contratados foram contratados para auxiliar a Instituição Líder na distribuição das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II. Os Distribuidores Contratados devem observar, para todos os efeitos, os termos e condições do Contrato de Distribuição, conforme for aplicável.

Os Distribuidores Contratados receberão pela prestação dos seus serviços uma comissão de colocação equivalente a 3% (três por cento) do valor total das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II efetivamente colocadas por cada Distribuidor Contratado junto aos investidores no âmbito da Oferta.

CONTRATO DE CUSTÓDIA

Por meio do Contrato de Custódia, o Custodiante foi contratado para prestar ao Fundo os serviços de custódia dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e de controladoria do Fundo, incluindo os serviços de que trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01.

O Custodiante receberá pela prestação dos seus serviços uma remuneração como segue:

- a) variável de 0,3% (três décimos por cento) ao ano, calculada diariamente sobre o Patrimônio Líquido, até R\$100.000.000,01 (cem milhões de reais e um centavo), e de 0,2% (dois décimos por cento) sobre a parcela que exceder esse valor; e
- b) uma taxa fixa mínima mensal de R\$10.000,00 (dez mil reais), caso o percentual acima não atinja esse valor mínimo.

CONTRATO DE CONSULTORIA

Por meio do Contrato de Consultoria, a Consultora foi contratada para prestar os serviços de análise e seleção de Direitos de Crédito, que incluem:

- a) seleção e cadastro dos Cedentes;
- b) análise e seleção de Direitos de Crédito;
- c) consulta prévia a sistemas de risco de crédito referente aos Cedentes e Sacados;
- d) recebimento e análise dos Documentos Comprobatórios, sem prejuízo da obrigação do Custodiante;
- e) acompanhamento do procedimento de negociação com os Cedentes e cessão dos Direitos de Crédito;
- f) notificação dos Sacados acerca da cessão dos Direitos de Crédito, em nome do Fundo; e
- g) acompanhamento do procedimento de cobrança dos Direitos de Crédito.

A Consultora receberá pela prestação dos seus serviços uma remuneração mensal, paga diretamente pelo Fundo, equivalente a:

$$TC = \frac{\left(\frac{tx}{252}\right)}{100} \times PL_{D-1}, \text{ onde:}$$

TC = remuneração mensal da Consultora;
 $tx = 8\%$ a.a. (oito por cento ao ano) sobre o Patrimônio Líquido; e
 PL_{D-1} = Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior ao cálculo da remuneração mensal da Consultora.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Por meio do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para prestar os serviços de classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino.

A Agência de Classificação de Risco receberá pela prestação dos serviços de classificação de risco das Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série e das Cotas Mezanino II uma remuneração equivalente a aproximadamente R\$36.956,00 (trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e seis reais)¹.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Por meio do Contrato de Serviços de Auditoria Independente, a Empresa de Auditoria foi contratada para prestar os serviços de auditoria anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

A Empresa de Auditoria receberá pela prestação dos seus serviços uma remuneração equivalente a R\$15.000,00 (quinze mil reais).

CONFLITOS DE INTERESSE E RELAÇÕES SOCIETÁRIAS E CONTRATUAIS ENTRE AS PARTES

A Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., além de atuar como Administradora, foi contratada pelo Fundo Instituição Líder da Oferta.

Atualmente o Custodiante presta serviços de custódia a outros 21 (vinte e um) fundos de investimento em direitos creditórios administrados pela Administradora.

A Empresa de Auditoria é responsável pela auditoria anual das demonstrações financeiras e das contas da maioria dos fundos de investimento em direitos creditórios custodiados pelo Custodiante.

A SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A., um dos Distribuidores Contratados para auxiliar a Instituição Líder na Oferta, é subsidiária integral do Custodiante.

Não há conflitos de interesses ou outras relações societárias ou ligações contratuais relevantes entre as partes envolvidas nos processos de origemação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo, a saber, a Administradora, a Consultora, o Custodiante, a Empresa de Auditoria, a Agência de Classificação de Risco, a Instituição Líder e os Distribuidores Contratados. Nenhuma das partes mencionadas acima é Cedente de Direitos de Crédito ao Fundo.

¹ Cotação para USD20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América) no dia 29 de novembro de 2011.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Fundo e aos Cotistas.

OBJETIVO DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos Cotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como fundo de investimento de longo prazo.

O Fundo não tem como garantir aos Cotistas que a legislação e regulamentação atual permanecerá em vigor ou que a mesma não sofrerá alteração pelo tempo de duração do Fundo, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos Cotistas à época da Amortização Programada, da negociação ou do resgate de suas Cotas.

Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem sempre consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

O Fundo não tem personalidade jurídica, não estando, desse modo, sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como (a) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (c) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

IOF/Títulos

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero, nada impede, contudo, sua majoração, a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do imposto de renda.

Outras Incidências

Em razão das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas ao Fundo no futuro.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO FUNDO

IOF/Títulos

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos. Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate das Cotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007. Segundo referido decreto, os resgates efetuados em prazo de até 29 (vinte e nove) dias, inclusive, sujeitam-se ao IOF/Títulos calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto – zero a 96% (noventa e seis por cento). O IOF/Títulos pode ser deduzido do cálculo do imposto de renda retido na fonte.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

Cotistas Residentes no Brasil:

Cessão ou Alienação de Cotas

Os ganhos auferidos com a cessão ou alienação de Cotas serão tributados pelo imposto de renda nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do imposto de renda à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

Resgate de Cotas

Os rendimentos auferidos no resgate de Cotas serão tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate e o respectivo custo de aquisição das Cotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas.

Para fundos com carteira de longo prazo:

- a) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;
- b) 20% (vinte por cento) em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) até 360 (trezentos e sessenta) dias;
- c) 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) até 720 (setecentos e vinte) dias; e
- d) 15% (quinze por cento) para aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

A Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15% (quinze por cento). Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo:

- a) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; e
- b) 20% (vinte por cento) em aplicações com prazo acima de 180 (cento e oitenta) dias.

Amortização de Cotas

Os rendimentos auferidos na amortização de Cotas serão tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor da amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, relativamente à parcela amortizada, às alíquotas regressivas descritas acima aplicáveis ao resgate de Cotas, definidas em função do prazo de investimento do Cotista.

Cotistas Residentes no Exterior

Para os Cotistas residentes no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Cotista residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Cotistas residentes em localidades de tributação favorecida, que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade, sendo, portanto, consideradas paraíso fiscal; e (b) Cotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, de 28 de julho de 1995, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida.

Cotistas Não Residentes em Paraíso Fiscal

Para os Cotistas não residentes em paraíso fiscal, as alíquotas aplicáveis na cessão ou alienação, na amortização e no resgate de Cotas serão de 15% (quinze por cento).

Cotistas Residentes em Paraíso Fiscal

Os Cotistas residentes em paraíso fiscal ou que não ingressaram recursos por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689, de 23 de dezembro de 2004, não são beneficiados pelo tratamento aplicável aos Cotistas não residentes em paraíso fiscal, descrito acima, sujeitando-se à mesma tributação aplicável aos Cotistas residentes no Brasil, no que tange a amortização e o resgate de Cotas.

Os ganhos auferidos com a cessão ou alienação de Cotas (a) em negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado serão tributados pelo imposto de renda às alíquotas aplicáveis aos Cotistas residentes no Brasil; e (b) em caso de negociação conduzida em outro ambiente, incluindo mercado de balcão não organizado, serão tributados pelo imposto de renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento). Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do imposto de renda à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira e de moeda brasileira para moeda estrangeira geradas no investimento em Cotas estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável às operações de câmbio para ingresso de recursos no país para aplicação nos mercados financeiro e de capitais é de 6% (seis por cento). Todavia, a alíquota do IOF/Câmbio poderá ser reduzida ou majorada, a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Cotista estiver sujeito.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

- ANEXO I - Regulamento Consolidado do Fundo e Suplementos**
- ANEXO II - Modelo do Contrato de Cessão**
- ANEXO III - Demonstrações Financeiras do Fundo Relativas a 31 de dezembro de 2010 e 2009**
- ANEXO IV - Relatório da Agência Classificadora de Risco**
- ANEXO V - Deliberações da Administradora de 19 de dezembro de 2011 e de 7 de março de 2012**
- ANEXO VI - Declarações da Instituição Líder e da Administradora**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Regulamento Consolidado do Fundo e Suplementos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

REGULAMENTO

DO

**“SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL”**

Datado de

7 de março de 2012

ÍNDICE:

CAPÍTULO I - FUNDO	3
CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO.....	3
CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA	3
CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA.....	5
CAPÍTULO V - CUSTODIANTE	9
CAPÍTULO VI - CONSULTORA.....	12
CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	13
CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE....	16
CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO	18
CAPÍTULO X - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO	23
CAPÍTULO XI - COTAS.....	25
CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS COTAS.....	27
CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS.....	29
CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS COTISTAS.....	31
CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS COTAS	31
CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	32
CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	33
CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO.....	3433
CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	36
CAPÍTULO XX - POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA.....	37
CAPÍTULO XXI - ASSEMBLEIA GERAL	38
CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	4140
CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41
CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	41
CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	42
CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS	4342
ANEXO I - DEFINIÇÕES	44
ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO	50
ANEXO III - POLÍTICA DE COBRANÇA.....	51
ANEXO IV - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	53
ANEXO V - ÍNDICE DE RECOMPRA E ÍNDICE DE PAGAMENTOS REALIZADOS PELO CEDENTE	57

**REGULAMENTO
DO
"SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL"**

CAPÍTULO I - FUNDO

Artigo 1º O "SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL", disciplinado pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento.

Parágrafo 1º Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo I ao presente Regulamento.

Parágrafo 2º No prazo de até 10 (dez) dias corridos contados (a) da aprovação pela Administradora; e (b) da aprovação pela Assembleia Geral, o Suplemento e eventuais aditamentos ao Regulamento, respectivamente, deverão ser levados a registro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 2º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Cotas Seniores somente poderão ser resgatadas nas respectivas Datas de Resgate, ou em virtude de sua liquidação antecipada conforme o previsto no Capítulo XVIII deste Regulamento.

Parágrafo Único É admitida, ainda, a amortização de Cotas, nos termos do Capítulo XIII deste Regulamento.

Artigo 3º Somente podem participar do Fundo, na qualidade de Cotistas, Investidores Qualificados.

CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4º O Fundo terá prazo de duração indeterminado, a partir da 1ª Data de Emissão de Cotas.

Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto nos Capítulos XVIII e XXI deste Regulamento.

CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA

Artigo 5º O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73.

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (a) da lei e das normas

regulamentares aplicáveis; (b) deste Regulamento; (c) das deliberações da Assembleia Geral; (d) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas.

Parágrafo 2º Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 3º Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
- (b) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção: (i) das procurações outorgadas à Consultora; e (ii) das procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- (c) contratar em nome do Fundo e às custas deste, sem prejuízo de sua responsabilidade, terceiros para a execução dos serviços de consultoria de crédito do Fundo, controladoria, custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativas aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 6º A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, por decisão dos titulares das Cotas reunidos em Assembleia Geral, na forma do Capítulo XXI, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Artigo 7º A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, pode renunciar à administração do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI deste Regulamento.

Parágrafo Único Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.

Artigo 8º A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos

de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 9º A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Cotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Cotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o Artigo 12 deste Regulamento;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
- (c) disponibilizar aos Cotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los do (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da taxa de administração cobrada;
- (d) disponibilizar aos Cotistas, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico referido no Artigo 83 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Cotas, o valor do Patrimônio Líquido e das Cotas, e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão de Garantia, apurada nos termos do Capítulo XVII abaixo, e o último relatório sobre o Fundo e suas Cotas disponibilizado pela Agência de Classificação de Risco;
- (e) colocar à disposição dos Cotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Cotas, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;

- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas de toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, quando e se exigido pela legislação pertinente, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino pela Agência de Classificação de Risco;
- (i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais referidos no Artigo 12 deste Regulamento;
- (j) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo VII deste Regulamento;
- (k) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco e da Consultora, e à celebração do Contrato de Custódia, Contrato de Serviços de Classificação de Risco e do Contrato de Consultoria;
- (l) celebrar, em nome do Fundo, o Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos, todos os Termos de Cessão;
- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações,
 - (i) a escrituração das Cotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Cotistas;
 - (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Cotistas;
 - (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Cotistas, em perfeita ordem; e
 - (iv) o fornecimento aos Cotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo, e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;

- (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros;
- (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (o) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
 - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, da Consultora ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Consultoria.
- (p) providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (q) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (r) manter a Conta de Arrecadação até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, e transferir diariamente para a Conta do Fundo a totalidade dos recursos depositados na Conta de Arrecadação;
- (s) na eventualidade de o Fundo entrar em Evento de Avaliação a Administradora deverá levar a registro, em cartório de títulos e documentos, todos os Contratos de Cessão e coobrigação celebrados entre o Fundo e as Cedentes referentes a Direitos Creditórios cujo prazo para o respectivo vencimento seja igual ou superior a 90 (noventa) dias; e
- (t) com o auxílio do Custodiante, preparar e encaminhar aos Cotistas, mensalmente, relatório em que conste as seguintes informações: (a) percentual de recompra, renegociação e prorrogação do prazo dos Direitos de Crédito; e (b) confirmação do atendimento aos limites de concentração estabelecidos no artigo 21.

Artigo 10 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras

sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

Artigo 11 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Capítulo VII deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Cotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Cotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros;
- (k) emitir qualquer classe ou série de Cotas em desacordo com este Regulamento;
- (l) prometer rendimento predeterminado aos condôminos; e
- (m) adquirir Ativos Financeiros de titularidade da Administradora.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Cotas, reunidos em Assembleia Geral, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos não expressamente previstos como encargos do Fundo que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) alterar o Custodiante, a Empresa de Auditoria, a Agência Classificadora de Risco ou a Consultora; e
- (c) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia,

além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

Artigo 12 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Cotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas a taxas de mercado.

CAPÍTULO V – CUSTODIANTE

Artigo 13 Os serviços de Custódia qualificada é exercido pelo Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.820.817/0001-09.

Artigo 14 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Contrato de Custódia, celebrado entre o Custodiante e o Fundo;
- (b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- (c) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - (i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo e comprovantes de pagamentos de valores creditados em cada uma das dessas contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;

- (e) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (f) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Administradora;
- (g) verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- (h) informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência: (i) de qualquer Evento de Liquidação; e (ii) de descumprimento, pela Administradora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação;
- (i) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Direitos de Crédito cedidos e pagos ao Fundo; e
- (j) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, nos Documentos Comprobatórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Consultora com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios nos termos do Contrato de Custódia. Os parâmetros de quantidade dos Direitos de Crédito cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes procedimentos:
- (k) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem. Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a 90% (noventa por cento) a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_o = \frac{1}{E_o^2}$$

$$A = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

Sendo:

E_o = Erro Estimado

A = Tamanho da Amostra

N = População Total

n_o = Fator Amostral

- (i.a) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.
- (ii) Etapas
 - (ii.a) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser

analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade dos cedentes a serem analisados; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados;

- (ii.b) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.
- (ii.c) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem.
- (ii.d) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Sacados em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item "i", será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente divide-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

- (ii.e) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo o escopo detalhado:
- obtenção de base de dados analítica por recebível;
 - seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
 - verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;

- verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (nota fiscal, comprovante de entrega de mercadorias ou serviços e comunicação ao devedor);
- nos títulos de crédito, verificação do endosso, responsável solidário e aceite;
- evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

(l) A conciliação do recebimento dos Boletos Bancários.

Parágrafo Único Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

Artigo 15 No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora, a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC; (ii) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros; e
- (c) efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

Parágrafo Único: A Administradora abrirá conta corrente de livre movimentação junto a Instituições Autorizadas. Essa Conta do Fundo concentrará todos os recursos do Fundo, inclusive os oriundos de pagamentos feitos pelos Sacados na Conta de Arrecadação, mantida junto ao mesmo banco, que serão transferidos para a Conta do Fundo. O Custodiante e/ou Administradora efetuará os pagamentos das compras de Direitos de Crédito e outras Obrigações do Fundo, comandando Transferências Eletrônicas Disponíveis, transferências entre contas ou Documentos de Ordem de Crédito diretamente da Conta do Fundo para o respectivo beneficiário.

CAPÍTULO VI-CONSULTORA

Artigo 16 A atividade de consultoria de crédito do Fundo ficará a cargo da **Sul Invest Serviços Financeiros Ltda.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, nº 869, 1º andar, Sala 101. Centro, CEP 80.060-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.181.400/0001-67, autorizada a realizar a prestação de serviços de análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, cobrança dos Direitos de Crédito.

Artigo 17 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Consultoria, a Consultora será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) analisar e selecionar Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observadas as Condições de Aquisição;
- (b) realizar a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Consultoria;
- (c) realizar a guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Custódia, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos da regulamentação aplicável; e
- (d) orientar o Fundo a negociar e vender, a qualquer terceiro, quaisquer Direitos de Crédito.

Artigo 18 Sujeito às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando a possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, a Consultora terá poderes para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado inadimplente, incluindo, mas não se limitando ao prazo e à taxa de cessão do Direito de Crédito, bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (a) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer; ou (b) recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

Artigo 19 Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pela Consultora, conforme o estabelecido neste Regulamento.

CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 20 O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo (a) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos dos Contratos de Cessão; e (b) de Ativos Financeiros.

Artigo 21 Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (a) o total de Direitos de Crédito cedidos ou com a coobrigação de qualquer Cedente, conforme prevista no respectivo Contrato de Cessão, não poderá representar mais de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido;
- (b) os somatórios dos Direitos de Crédito em aberto dos 5 (cinco) maiores Cedentes não poderá ultrapassar o limite de 23% (vinte e três por cento) do Patrimônio Líquido;

- (c) o total de obrigação de cada Sacado não poderá ser superior a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido, exceto no caso de emissor de Cédulas de Crédito Bancário – CCB, que poderá representar, individualmente, até 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido;
- (d) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo;
- (e) as CCB não poderão exceder a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido, e deverão ser garantidas pela cessão fiduciária de direitos creditórios;
- (f) o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito e outros ativos de responsabilidade de um mesmo Sacado, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade acima dos limites estabelecidos neste Artigo, e desde que não ultrapasse 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido, quando o Sacado ou o coobrigado apresentar classificação de risco igual ou superior ao de todas as Cotas Seniores que estejam em circulação; e
- (g) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (%do Patrimônio Líquido)	Máximo (%do Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Imobiliário	0%	30%
Prestação de Serviços	0%	40%

Parágrafo 1º Os limites de concentração estabelecido no *caput* deste Artigo deverão ser verificados e observados (a) previamente a cada aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, de forma a se certificar que a pretendida aquisição não levaria ao desenquadramento desses limites; e (b) com relação ao Grupo Econômico do Cedente e do Sacado.

Parágrafo 2º Caso por qualquer motivo aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos neste Artigo, a Consultora deverá observar os seguintes procedimentos para reenquadramento dos limites de concentração:

- (a) as aquisições de Direitos de Crédito deverão buscar minimizar o desenquadramento da carteira; e
- (b) as aquisições deverão ser tais que não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasione qualquer outro desenquadramento da carteira.

Parágrafo 3º Fica estabelecido um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do registro deste Regulamento no cartório de títulos e documentos, para o integral

enquadramento dos limites de diversificação e composição da carteira estabelecidos neste Artigo.

Artigo 22 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados da 1ª Data de Emissão de Cotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade. O saldo remanescente deverá ser obrigatoriamente aplicado pelo administrador em “Ativos Financeiros” compreendidos:

- (a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN;
- (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN;
- (c) Certificado de Recibo de Depósito Bancário emitidos exclusivamente pelas Instituições Autorizadas, com prazo máximo da operação de 30 (trinta) dias;
- (d) cotas de fundos de investimentos administrados pelas Instituições Autorizadas, desde que os referidos fundos adquiram exclusivamente os ativos listados nos itens “a”, “b”, e “c” acima; e
- (e) valores mobiliários e Ativos Financeiros de renda fixa, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), cuja classificação de risco seja equivalente ou superior à de qualquer série de Cotas Seniores que esteja em circulação.

Parágrafo 1º O Fundo poderá manter até R\$20.000,00 (vinte mil reais) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido, não investido em Direitos de Crédito, em moeda corrente nacional.

Parágrafo 2º O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito diretamente da Administradora ou realizar aplicações em Direitos de Crédito de emissão e/ou de coobrigação da Administradora, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo 3º O Fundo não poderá realizar aquisição ou cessão de Direitos de Crédito de/para a Consultora, e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo 4º O Fundo não poderá realizar operações em mercado de derivativos e ou de liquidação futura ou a termo, em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, ficando vedada, inclusive, a realização de operações para fins de proteção (*hedge*).

Parágrafo 5º A Administradora envidará seus melhores esforços para que o Fundo mantenha o prazo médio de sua carteira de Ativos Financeiros em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo, para fins tributários, como um fundo de investimento de longo prazo.

Artigo 23 A Administradora e o Custodiante não respondem pela solvência dos devedores dos Direitos de Crédito, ou pela origem, existência, liquidez e certeza de tais Direitos de Crédito.

Artigo 24 Cada um dos Cedentes é responsável pela origem, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Artigo 25 Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Artigo 26 Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 27 Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da política de concessão de crédito constante do Anexo IV deste Regulamento, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito deverão contar com os Documentos Comprobatórios, que consistem na documentação que comprove a efetiva conclusão do negócio originador, sendo que as operações originadas por compras e vendas a prazo deverão ter comprovação da entrega de tais produtos, e as operações originadas por prestação de serviços deverão ter a comprovação da conclusão de tais serviços, estando certo que os Direitos de Crédito não se enquadrarão nas especificações do Artigo 40, §9º, I da Instrução CVM 356.

Parágrafo 2º A política de concessão dos créditos descrita neste Regulamento ficará a cargo da Consultora, que é responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente habilitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes e/ou dos respectivos Sacados dos Direitos de Crédito.

Parágrafo 3º O Fundo adquirirá dos Cedentes, na Data de Aquisição e Pagamento, os Direitos de Crédito adquiridos nos termos de cada Termo de Cessão.

Artigo 28 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (a) devem ser representados por duplicatas, CCB, cheques, cédulas hipotecárias, contratos de arrendamento mercantil e notas promissórias originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem nos setores industrial, comercial, imobiliário ou de prestação de serviços no Brasil;
- (b) os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (c) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito lastreados em duplicatas e cheques devem ser de no mínimo de 3 (três) dias e no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão;
- (d) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito lastreados em notas promissórias,

contratos de arrendamento mercantil, cédulas hipotecárias e CCB, devem ser de, no máximo, 720 (setecentos e vinte) dias, sendo que o prazo médio não poderá ser superior a 390 (trezentos e noventa) dias conforme apurado na data da formalização da respectiva cessão;

- (e) o prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 70 (setenta) dias, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida;
- (f) devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 acima, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida; e
- (g) os Direitos de Crédito adquiridos de um mesmo Cedente não poderão ter origem em operação da empresa Cedente com Sacado pertencente ao mesmo Grupo Econômico.

Parágrafo 1º A verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

Parágrafo 2º A Consultora será responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, observando a política de concessão de crédito definida no Anexo IV deste Regulamento e as Condições de Aquisição. A Consultora ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o atendimento do Direito de Crédito adquirido às Condições de Aquisição e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda à verificação do enquadramento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

Parágrafo 3º Sem prejuízo do estabelecido no *caput* deste Artigo, a Consultora deverá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam às seguintes Condições de Aquisição:

- (a) os Direitos de Crédito elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a política de concessão de crédito descrita no Anexo IV deste Regulamento;
- (b) os Cedentes deverão declarar que os Direitos de Crédito Elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (c) os Sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Consultora poderá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito devidos por Sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial, desde que a soma dos valores relativos a essas pendências não supere o montante equivalente a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido;
- (d) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito devidos por Sacados se existirem Direitos de Crédito que integrem a carteira do Fundo devidos por esses Sacados ou por qualquer empresa do seu Grupo Econômico vencidos e não pagos há mais de 20 (vinte) dias;
- (e) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes cujo índice de

Direitos de Crédito liquidados pontualmente por inferior a 75% (setenta e cinco por cento) nos últimos 12 (doze) meses, conforme apontamento junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax;

- (f) devem observar a Taxa Mínima de Cessão prevista no Artigo 29 abaixo;
- (g) o respectivo Sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
- (h) o Cedente deverá ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; e (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

Parágrafo 4º A Consultora deverá encaminhar ao Custodiante e à Administradora, no momento da cessão, relatório atestando que todas as Condições de Aquisição foram devidamente verificadas e que os Direitos de Crédito em questão obedecem a tais requisitos.

Artigo 29 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma Taxa Mínima de Cessão individual equivalente a 165% (cento e sessenta e cinco por cento) do DI Extra Grupo, ou conforme a fórmula especificada abaixo, entre as duas a que for maior:

$$\left\{ \frac{\sum (QQS_n \times RAQS_n) + (QQM \times RAQM)}{(QQS + QQM)} + CT + 1\% \right\}$$

QQS: Quantidade de Cotas Seniores em circulação da série “n”;
RAQS_n: Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores da série “n”;
QQM: Quantidade de Cotas Mezanino em circulação;
RAQM: Meta de Rentabilidade das Cotas Mezanino em circulação; e
CT: Custos fixos e taxas de Administração e Gestão do Fundo.

CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO

Artigo 30 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Cotistas. Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (a) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (b) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (c) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único As aplicações dos Cotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas partes relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 31 Abaixo seguem os riscos associados ao investimento no Fundo e aos Ativos Financeiros e Direitos de Crédito.

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, quaisquer

Cedentes e os devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e o pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores, pelos respectivos Cedentes e eventuais garantidores.

- (b) Investimento de baixa liquidez. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimento mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Cotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Cotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Cotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Cotas pode implicar a impossibilidade de venda das Cotas ou a venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Cotistas.

- (c) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Cotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas Seniores, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

- (d) Amortização e resgate condicionado das Cotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Cotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Cotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Cotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Consultora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (e) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Cotas. O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas.

Desse modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva, ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento, não conseguindo recuperar o capital investido nas Cotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante e a Consultora, qualquer multa ou penalidade.

- (f) Guarda dos Documentos Comprobatórios. A Consultora será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Custódia. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

- (g) Cobrança judicial dos Direitos de Crédito. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Cotas Subordinadas, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Cotas Seniores reunidos em Assembleia Geral na forma do Capítulo XXI deste Regulamento. A Administradora

e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Cotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX deste Regulamento.

- (h) Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo. O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua política de investimentos, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da carteira do Fundo e da falta novos de aportes por parte dos Cotistas Subordinados, as Cotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Cotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no Fundo de forma a arcar com os seus encargos.
- (i) Risco de mercado. O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e consequentemente a rentabilidade das Cotas.
- (j) Risco de crédito. O risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da carteira do Fundo e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores ou devedores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez de tais ativos, provocando perdas para o Fundo e para os Cotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores ou devedores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.
- (k) Liquidez restrita dos principais ativos do Fundo. Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por empresas nos segmentos previstos neste Regulamento e selecionados pela Consultora, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha que alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Cotistas.
- (l) Regularidade dos Direitos de Crédito. O Custodiante realizará verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem estatística – ou seja, esta auditoria não compreenderá a revisão de todos os Direitos de Crédito, mas apenas de alguns selecionados estatisticamente, de forma a verificar a regularidade de seus Documentos Comprobatórios. Mesmo com a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício,

pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.

- (m) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (*mark-to-market*), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Cotas.
- (n) Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente na Conta de Arrecadação. Os valores depositados na Conta de Arrecadação serão transferidos diariamente para a Conta do Fundo. Apesar de o Fundo contar com a obrigação do respectivo banco de realizar diariamente as transferências dos recursos depositados na Conta de Arrecadação para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Cotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, caso haja inadimplemento pelo banco, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo. Não há qualquer garantia de cumprimento pelo referido banco de suas obrigações acima destacadas.
- (o) Risco de não originação de Direitos de Crédito. A Consultora é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o este Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pela Consultora. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados à Consultora, caso exista qualquer dificuldade da Consultora em desenvolver suas atividades de análise e seleção de Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados.
- (p) Risco decorrente dos critérios adotados pelo Cedente para a concessão do crédito. O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Consultora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Consultora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso o Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda.
- (q) Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial e de prestação de serviços entre os Cedentes e seus devedores.

Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

- (r) Risco de descasamento de taxas. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Em vista que o valor das Cotas Seniores será atualizado de acordo com as metas de rentabilidade prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno: (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo; e (ii) das Cotas Seniores.

Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que os Cedentes, Administradora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

- (s) Riscos relacionados à participação societária da Consultora. Os sócios da Consultora, na qualidade de Cotistas Subordinados, terão direito a solicitar uma amortização extraordinária até que as Cotas Seniores e as Cotas Mezanino sejam totalmente resgatadas. Entretanto, o montante referente a esta amortização estará limitado a até 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Cotas Subordinadas, na data em que a amortização foi solicitada. A amortização extraordinária faz com que haja potencial exposição de riscos de alocação de carteira e de carregamento negativo. Além disso, caso ocorra a entrada de recursos de elevado valor, oriundos de recebimentos de Direitos de Crédito de maior quantia, os Cotistas do Fundo poderão ter frustrado o prazo de aplicação e, por conseguinte, de rentabilidade.
- (t) Riscos relacionados à necessidade de aprovação dos titulares de Cotas Subordinadas nas deliberações da Assembleia Geral. O Parágrafo 3º do Artigo 76 deste Regulamento estabelece a necessidade de aprovação da maioria das Cotas Subordinadas em determinadas matérias de deliberações da Assembleia Geral. Tal direito conferido aos titulares das Cotas Subordinadas torna o quorum de deliberação mais restrito e difícil de ser atingido, podendo gerar atrasos e/ou dificuldades da tomada das decisões em relação a essas matérias.

CAPÍTULO X – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 32 Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá Taxa de Administração mensal, sendo calculada e provisionada todo dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = (((tx/252) / 100) \times PL (D - 1))$$

onde:

TA= taxa de administração;

Tx= (a) 0,4 para o PL de até R\$25.000.000,00 (vinte cinco milhões de reais); (b) 0,3 para o PL igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte cinco milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (c) 0,2 para o PL igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais);

PL(D-1): Patrimônio Líquido no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento da taxa de administração;

Parágrafo 1º O valor mínimo mensal da taxa de administração será de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo 2º A taxa de Administração será paga no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento.

Parágrafo 3º A Administradora não receberá taxa de performance.

Parágrafo 4º A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo a prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Artigo 33 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Cotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição, manutenção ou liquidação do Fundo, incluindo, entre essas, os custos referentes à colocação das Cotas, ou à realização de Assembleia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas com a contratação da Consultora;

- (i) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco;
- (j) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (k) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo; e
- (l) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do artigo 31 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XI - COTAS

Artigo 34 O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Cotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido e nenhum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (c) haja solicitação expressa e por escrito da Consultora para a emissão das Cotas Seniores;
- (d) o Fundo não esteja em desacordo com sua Razão de Garantia, alocação mínima de Direitos de Crédito nos termos do Artigo 22 deste Regulamento e com o Índice de Liquidez;
- (e) a emissão pretendida não leve ao desenquadramento da Razão de Garantia e da Relação Mínima; e
- (f) a emissão pretendida não afete negativamente a classificação de risco das Cotas que estejam em circulação.

Artigo 35 As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Cotas Subordinadas e às Cotas Mezanino, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 44 deste Regulamento; e



- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 1º O valor total das Cotas Seniores é equivalente ao somatório do valor das Cotas Seniores de cada série.

Parágrafo 2º As Cotas Seniores serão distribuídas de acordo com os prazos e regras da CVM.

Parágrafo 3º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Parágrafo 4º A subscrição inicial mínima de Cotas Seniores será de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo 5º É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do Fundo a qualquer série de Cotas Seniores.

Artigo 36 O Fundo poderá realizar a emissão de uma ou mais classes de Cotas Mezanino, observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha e nenhum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento; e
- (c) após a 1ª Emissão de Cotas Mezanino, a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Cotas Mezanino dos Cotistas detentores da totalidade das Cotas Subordinadas em circulação.

Artigo 37 As Cotas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Cotas Seniores e têm prioridade em relação às Cotas Subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores que estejam em circulação quando da sua emissão;
- (c) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no *caput* do Artigo 45 deste Regulamento; e
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Mezanino corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 1º A subordinação entre as diferentes classes de Cotas Mezanino, para fins de amortização e/ou resgate, observará o disposto nos respectivos Suplementos.

Parágrafo 2º É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do Fundo a qualquer classe de Cotas Mezanino.

Artigo 38 O Fundo poderá emitir Cotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Cotas Subordinadas.

Parágrafo Único As Cotas Subordinadas têm as seguintes características e vantagens e os mesmos direitos e obrigações, conforme abaixo:

- (a) subordinam-se às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino para efeito de amortização e resgate observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino em circulação, exceto se respeitada a Razão de Garantia;
- (c) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 46 deste Regulamento; e
- (e) cada Cota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto e conferirá direito a voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Único É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do Fundo a qualquer classe de Cotas Subordinadas.

Artigo 39 As Cotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo Único As Cotas Subordinadas somente podem ser negociadas com Terceiros Relacionados.

Artigo 40 As Cotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação.

CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS COTAS

Artigo 41 As Cotas do Fundo serão emitidas por seu valor na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Cota de D + 0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 42 A condição de Cotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Cotista.

Parágrafo 1º Quando de seu ingresso no Fundo, cada Cotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar, conforme o caso, um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º No ato de subscrição de Cotas Seniores e de Cotas Mezanino, o subscritor (a) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora); e (b) se comprometerá a integralizar as Cotas subscritas na forma prevista no boletim de subscrição das Cotas, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 3º O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (a) a obrigação da Administradora, perante o Cotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (b) a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

Artigo 43 Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

Artigo 44 A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Cotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores em circulação na data de cálculo; na hipótese de existir mais de uma série de Cotas Seniores em circulação, o valor unitário das Cotas Seniores de cada série deverá ser obtido pela (i) aplicação da fórmula indicada no respectivo Suplemento para cada uma das séries em circulação, considerando-se eventuais amortizações, de forma a se definir a proporção do valor de cada uma delas em relação a 1 (um) inteiro, na data em que se passar a utilizar metodologia em questão; (ii) multiplicação da proporção definida para cada uma das séries, nos termos do item “i” acima, pelo valor total do Patrimônio Líquido; e (iii) divisão do resultado da multiplicação referida no item “ii”, acima, pelo número total de Cotas Seniores da respectiva série; ou
- (b) valor apurado para a respectiva série no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento.

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Cotas Seniores, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Cotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Cotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Cotas.

Parágrafo 2º Em todo dia útil, após a incorporação dos resultados descritos no *caput* deste Artigo às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Cotas Mezanino, conforme disposto no Artigo 45 abaixo, e/ou às Cotas Subordinadas.

Artigo 45 A partir da 1ª Data de Emissão das Cotas Mezanino, o valor unitário da Cota Mezanino de cada classe, respeitada a preferência entre as diferentes classes de Cotas Mezanino, nos termos dos respectivos Suplementos, será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido deduzido do valor das Cotas Seniores e/ou das Cotas Mezanino de classes prioritárias, se houver, em circulação, na data de cálculo, dividido pelo número de Cotas Mezanino em circulação de referida classe, na mesma data; na hipótese de existir mais de uma classe de Cotas Mezanino em circulação, sem preferência entre elas, o valor unitário das Cotas Mezanino de cada uma dessas classes deverá ser obtido pela (i) aplicação da fórmula indicada no respectivo Suplemento para cada uma dessas classes em circulação, considerando-se eventuais amortizações, de forma a se definir a proporção do valor de cada uma delas em relação a 1 (um) inteiro, na data em que se passar a utilizar metodologia em questão; (ii) multiplicação da proporção definida para cada uma das classes, nos termos do item "i" acima, pelo valor total do patrimônio das Cotas Mezanino em circulação dessas classes, o qual será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido deduzido do valor das Cotas Seniores e/ou das Cotas Mezanino de classes prioritárias, se houver; e (iii) divisão do resultado da multiplicação referida no item "ii", acima, pelo número total de Cotas Mezanino da respectiva classe; ou
- (b) o valor unitário da Cota Mezanino de referida classe no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a emissão no respectivo Suplemento.

Artigo 46 A partir da 1ª Data de Emissão de Cotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino em circulação, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS

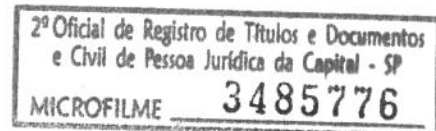
Artigo 47 As Cotas Seniores e as Cotas Mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Artigo 48 Sem prejuízo do previsto no Artigo 49 abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Cotas Seniores e classe de Cotas Mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Artigo 49 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries ou classes específicas de Cotas Seniores e de Cotas Mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos Cotistas das classes e séries afetadas.

Parágrafo Único Os titulares das Cotas do Fundo não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Cotas em condições diversas das

previstas neste Regulamento.



Artigo 50 A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das Cotas. Para tanto, a Administradora e a Consultora deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento dos Parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º A cada amortização de Cotas Seniores, a administradora devera constituir, com pelo menos 30 dias de antecedência Reserva de Amortização, esta reserva devera ter valor não inferior ao valor da amortização a ser paga e ser composta exclusivamente por recursos em moeda corrente, operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais e títulos públicos federais líquidos.

Parágrafo 2º Para fins de atender o disposto neste Artigo, parcela dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverá ter prazo de vencimento inferior ao prazo de vencimento das Cotas Seniores em circulação, de forma a viabilizar a constituição da Reserva de Amortização.

Parágrafo 3º A Administradora deverá obedecer a um casamento de prazos efetivo entre ativo e passivo do Fundo. Assim, o prazo e/ou a liquidez dos ativos deve ser compatível com a necessidade de liquidez do Fundo. Para tanto, para cada amortização ou resgate de Cotas a Administradora deverá apartar parcela de ativos adimplentes cujo montante será definido pela multiplicação do montante estimado de cada amortização ou resgate pela Razão de Garantia do Fundo. O montante assim obtido determinará a parcela de ativos que não poderão ter vencimento posterior à data do evento, seja amortização, seja resgate.

Parágrafo 4º A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos neste Artigo quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma do Parágrafo 1º acima.

Artigo 51 A Administradora deverá manter Reserva de Liquidez, alocando no mínimo 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em moeda corrente nacional, ou aplicando tal quantia exclusivamente em Ativos Financeiros.

Artigo 52 A Administradora deverá calcular o Índice de Liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (a) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de Sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (b) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração, que não poderá ser inferior a 1 (um).

Artigo 53 Caso a relação entre as Cotas Subordinadas e o total de Cotas Subordinadas e de Cotas Mezanino seja superior a 60% (sessenta por cento), configurando Excesso de Cobertura, a Administradora poderá realizar a amortização parcial não programada das Cotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos respectivos Cotistas, desde que a amortização não programada não desenquadre o limite mínimo estabelecido como Razão de Garantia no Artigo 62 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Cotas Subordinadas mensalmente, todo primeiro dia útil do mês.

Parágrafo 2º O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Cotas Subordinadas, na forma deste Artigo, deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 3º A amortização prevista neste Artigo somente ocorrerá na medida em que seja mantido o enquadramento do Fundo ao Índice de Liquidez, à Reserva de Amortização, à Reserva de Liquidez e à alocação mínima dos Direitos de Crédito, se nenhum Evento de Avaliação ou de Liquidação esteja em curso, e desde que o Fundo continue enquadrado após a amortização prevista.

Parágrafo 4º Caso exista previsão de amortização das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino em um respectivo mês, a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações programadas dessas classes de Cotas, de acordo com a ordem de prioridade prevista neste Regulamento e nos respectivos Suplementos, em detrimento da amortização das Cotas Subordinadas.

CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS COTISTAS

Artigo 54 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 deste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo (a) aos titulares das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 44 e 45 deste Regulamento; e (b) aos titulares das Cotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 53 deste Regulamento ou após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, nos montantes apurados conforme o Artigo 46 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional. Excepcionalmente na hipótese prevista no Artigo 68 deste Regulamento, caso o Fundo venha a ser liquidado e não disponha de recursos para o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, será constituído pelos titulares das Cotas em circulação um condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Cotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

Artigo 55 As Cotas Seniores e as Cotas Mezanino serão registradas para negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP

(para distribuição primária, as Cotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados), a critério da Administradora, observado que: (a) os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas; e (b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Cotas sejam Investidores Qualificados e que tenham tido acesso ao Regulamento do Fundo e assinado o Termo de Adesão.

Artigo 56 Na hipótese de negociação de Cotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Cotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Cotista.

CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 57 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Artigo 58 Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 59 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Parágrafo Único Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 60 Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado o previsto no Artigo 61 abaixo.

Artigo 61 As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com os Percentuais de Provisão a seguir indicados, em cada dia útil:

Faixa	Período de Atraso	Percentual de Provisão sobre o Valor dos Direitos de Crédito adquiridos (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%

D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	atraso superior a 180 dias	100%

Parágrafo 1º A provisão para créditos de liquidação duvidosa será realizada, incluindo provisão para todos os créditos a vencer de 0,5% (meio por cento) no início do Fundo (D+0), constituindo assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido investido em Direitos de Crédito.

Parágrafo 2º O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 3º A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 62 Desde a Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará em cada Data de Verificação, ou seja, no 1º dia útil de cada mês calendário, se a Razão de Garantia é igual ou superior a 159% (cento e cinquenta e nove por cento).

Parágrafo Único A Razão de Garantia prevista no *caput* desse Artigo não poderá ser reduzida antes do resgate integral das Cotas Seniores da 2ª e 3ª séries. Resgatadas as Cotas Seniores da 2ª e 3ª séries, o limite mínimo da Razão de Garantia passará imediatamente a ser de 140% (cento e quarenta por cento).

Artigo 63 A Relação Mínima entre as Cotas Subordinadas e o total de Cotas Subordinadas e de Cotas Mezanino, somadas, deverá sempre corresponder a no mínimo 60% (sessenta por cento).

Parágrafo 1º Caso a Relação Mínima seja inferior a 60% (sessenta por cento), ou caso a Razão de Garantia não seja observada, a Administradora deverá comunicar os titulares de Cotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima e/ou à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Cotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Caso os titulares das Cotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no Parágrafo 1º deste Artigo, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Relação Mínima e/ou à Razão de Garantia, observado o Artigo 64,

alínea "b" abaixo.

CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 64 A Administradora verificará em cada Data de Verificação, ou seja, no 1º dia útil de cada mês calendário, a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação abaixo listados:

- (a) caso a Razão de Garantia não seja observada por um período de 15(quinze) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Cotistas Subordinados;
- (b) caso a Relação Mínima permaneça inferior a 60% (sessenta por cento) por um período de 15 (quinze) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Cotistas Subordinados;
- (c) caso haja a redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries ou classes de Cotas em circulação em dois sub-níveis;
- (d) caso o Fundo não observe por 15 (quinze) dias consecutivos os limites de concentração por Sacado e/ou Cedente, por tipo de ativo ou por segmento estabelecidos no Artigo 21 deste Regulamento, ressalvada a hipótese de desenquadramento passivo;
- (e) caso as amortizações programadas de qualquer série ou de qualquer classe não sejam efetuadas nas datas estabelecidas;
- (f) caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da sua data de vencimento atinjam 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (g) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito adotados pela Consultora, sem prévia aprovação da Assembléia Geral;
- (h) caso o limite de recompra, tal como descrito no Anexo V exceda 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em 2 (dois) meses consecutivos ou 4 em (quatro) meses alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (i) caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez não se encontrem enquadrados por mais que 15 (quinze) dias consecutivos; e
- (j) caso o total de pagamentos de Direitos de Crédito cedidos realizados pelos Sacados diretamente na conta do Cedente, tal como definido no Anexo V, seja superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em 2 (dois) meses consecutivos ou 4 (quatro) meses alternados em um período de 12 (doze) meses.

Artigo 65 Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXI, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (a) pela não liquidação do Fundo; ou (b) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo

independentemente da convocação de nova Assembleia Geral.

Parágrafo Único Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Artigo 66 São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato; e
- (c) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria, ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle da Consultora.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Cotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes.

Parágrafo 4º Observada a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Cotas Seniores e, posteriormente, todas as Cotas Mezanino, ao mesmo tempo, em igualdade de condições entre os titulares de Cotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Cotas Seniores e posteriormente das Cotas Mezanino em circulação até o limite dos recursos disponíveis; e

- (d) não haverá preferência no resgate das séries, a série que tiver o prazo mais curto de resgate poderá ter o seu prazo alongado, onde prevalecerá a decisão assemblear sobre a matéria.

Artigo 67 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 66 acima serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 66 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino.

Parágrafo Único Após o resgate integral antecipado das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino conforme estabelecido no Artigo 66 acima, os titulares das Cotas Subordinadas poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

Artigo 68 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 66 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, será constituído pelos titulares das Cotas em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 69 Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Cotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) pagamento aos titulares das Cotas Seniores, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização;
- (d) pagamento aos titulares das Cotas Mezanino, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização;
- (e) constituição da Reserva de Amortização na forma do Artigo 50 deste Regulamento;
- (f) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (g) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas.

Parágrafo Único Na ocorrência de um Evento de Liquidação, e enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) pagamento aos titulares das Cotas Seniores, por meio do resgate ou amortização;
- (c) pagamento aos titulares das Cotas Mezanino, por meio do resgate ou amortização;
- (d) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas.

CAPÍTULO XX – POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA

Artigo 70 O Anexo III a este Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo, e deverá ser aditado e registrado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º acima sempre que houver qualquer alteração relevante na Política de Cobrança, a critério da Administradora e da Consultora.

Artigo 71 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Cotistas, não estando a Administradora, a Consultora ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Administradora, a Consultora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo Fundo em face de terceiros ou dos Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Cotistas, observado o disposto no Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas:

- (a) diretamente pelo Fundo até o limite do valor das Cotas Subordinadas em circulação;
- (b) diretamente pelo Fundo até o limite das Cotas Mezanino em Circulação;
- (c) a parcela que exceder o limite das Cotas Subordinadas e Cotas Mezanino acima, deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Cotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada

diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Cotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada titular de Cotas Seniores no valor total das Cotas em circulação, na data da respectiva aprovação;

- (d) os recursos aportados ao Fundo pelos Cotistas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Cotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo 2º Fica estabelecido que, no caso de se verificar a hipótese tratada no Artigo 71, §1º, "c", acima, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (a) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o Artigo; e (b) da assunção, pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, a Consultora e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

Parágrafo 3º As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea "f" do Artigo 33 deste Regulamento.

Parágrafo 4º Todos os valores aportados pelos Cotistas ao Fundo nos termos do *caput* deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXI - ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 72 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (e) aprovar a substituição do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência de

Classificação de Risco; e

- (f) aprovar qualquer alteração do Regulamento.

Artigo 73 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 74 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico, mencionado no Artigo 83 deste Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Cotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Cotistas das matérias objeto da Assembleia Geral. Admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada conjuntamente com a primeira convocação.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (a) pela Administradora; ou (b) por Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral se instalará, (a) em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Seniores em circulação e 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Mezanino e Subordinadas em conjunto, em circulação; e (b) em segunda convocação, com Cotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Mezanino e das Cotas Subordinadas em conjunto, em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Consultora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Cotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 75 A cada Cota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do

Cotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 76 Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Cotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas presentes à Assembleia Geral, observado o quorum mínimo de instalação estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 74 acima.

Parágrafo 1º A alteração das características, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas dependerá da aprovação (a) da Assembleia Geral; e (b) dos titulares de 50% (cinquenta por cento) das Cotas Mezanino e Subordinadas em circulação.

Parágrafo 2º Qualquer alteração em relação às seguintes matérias dependerão da aprovação da maioria dos titulares das Cotas Subordinadas:

- (a) Critérios de Elegibilidade, Condições de Aquisição e requisitos de composição e diversificação da carteira do Fundo;
- (b) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- (c) amortização e/ou resgate das Cotas;
- (d) direito de voto de cada classe ou série;
- (e) inclusão de novos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo, ou alteração daqueles existentes;
- (f) cobrança de taxas e/ou encargos;
- (g) valorização das Cotas, inclusive alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino;
- (h) Razão de Garantia e Relação Mínima;
- (i) substituição do Custodiante, da Consultora, da Empresa de Auditoria ou da Agência de Classificação de Risco; e
- (j) prazo das Cotas.

Artigo 77 As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Cotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto nela proferido.

Artigo 78 Os Cotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 79 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 80 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12 deste Regulamento.

Artigo 81 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 82 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVI acima, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 60e 61 deste Regulamento.

Parágrafo Único Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, dos Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 83 Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto neste Regulamento ou exigido pelas normas pertinentes, quaisquer atos fatos decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Cotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (a) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (b) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Cotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 42 deste Regulamento.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem

Cotas.



Parágrafo 2º A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação ou aprovação de Assembleia Geral e alteração do presente Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração por meio de publicação no jornal então utilizado ou por meio de correio eletrônico enviado a cada Cotista.

Artigo 84 No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada trimestre, deverão ser colocados à disposição dos Cotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Cotas de titularidade de cada Cotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês imediatamente anterior; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Artigo 85 Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Cotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 86 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Cotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

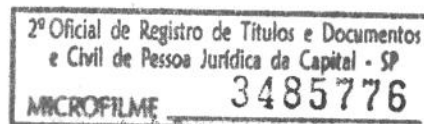
- (a) de 15 (quinze) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 87 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 88 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino, se necessário. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Cotistas na sede e agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino constitui fato relevante para fins de comunicação aos Cotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Cotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.



CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 89 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 90 Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional.

Artigo 91 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

Artigo 92 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 07 março de 2012.

Gradual CCTVM S/A

Frederico Jose Braga de Goes
Diretor

Américo dos Santos
Diretor

ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>Administradora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Standard & Poor's Rating Services, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
<u>Agente Escrirador:</u>	é a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Cotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>AR:</u>	é o Modelo de Carta Registrada junto ao Correio;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a assembleia geral de Cotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Banco Cobrador:</u>	é a Instituição Financeira responsável pelas cobranças dos recebíveis do Fundo;
<u>Base de Dados:</u>	é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos de Crédito e aos Sacados, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
<u>Boleto Bancário:</u>	é o documento emitido pelo Banco Cobrador para comunicar ao Sacado a forma de liquidação do Direito de Crédito;
<u>Cartório de Protestos:</u>	é o Cartório de registro de protestos da comarca do Sacado;
<u>Cedentes:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que cedem Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão;

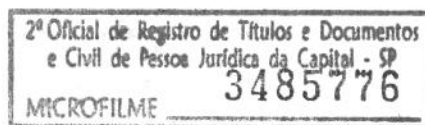
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
<u>Condições de Aquisição:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28, §3º, deste Regulamento;
<u>Consultora:</u>	é a Sul Invest Serviços Financeiros Ltda., sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, nº 869, 1º andar, Sala 101. Centro, CEP 80.060-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.181.400/0001-67;
<u>Conta de Arrecadação:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Consultora, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Consultora, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e o respectivo Cedente;
<u>Contrato de Consultoria:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e a Consultora;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo, com a interveniência da Consultora;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Emissão e Controle de Cotas Escriturais de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é a Proposta de Prestação de Serviços da KPMG Auditores Independentes, aceita pela Administradora;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o contrato para elaboração de classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e

	Administradora;
<u>Cotas:</u>	são as Cotas Seniores, as Cotas Mezanino e as Cotas Subordinadas;
<u>Cotas Seniores:</u>	são as Cotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Cotas Subordinadas:</u>	são as Cotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Cotas Mezanino:</u>	são as Cotas subordinadas mezanino emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Cotistas:</u>	são os titulares das Cotas;
<u>Critérios de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.820.817/0001-09, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, quando for o caso;
<u>Data de Aquisição e Pagamento:</u>	é a (a) data de verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos de Crédito, dos Critérios de Elegibilidade; ou (b) data de pagamento do Preço de Aquisição, o que por último ocorrer;
<u>Data de Emissão de Cotas:</u>	é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Cotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Cotas Mezanino ou de Cotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Cotas Seniores e de cada classe de Cotas Mezanino, indicada nos respectivos Suplementos;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas neste Regulamento;
<u>Diretor Designado:</u>	é o diretor da Administradora designado para, nos termos

	da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 27 deste Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contratos de Cessão, Regulamento, Prospecto, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, e Contrato de Serviços de Auditoria Independente;
<u>Encargos do Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 33 deste Regulamento;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora a qualquer título, encarregada da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 64 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 deste Regulamento;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Grupo Econômico:</u>	em relação a qualquer pessoa jurídica, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau;
<u>Índice de Liquidez:</u>	é definido como a razão entre: (a) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de Sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (b) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração, que não poderá ser inferior a 1 (um);
<u>Instituições Autorizadas:</u>	são as Instituições financeiras nacionais que tenham classificação de risco equivalente ou superior à de qualquer série de Cotas Seniores que esteja em circulação;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001;

<u>Investidor Qualificado:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Cotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII;
<u>Percentual de Provisão:</u>	é o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre o valor do Direito de Crédito antes da dedução de qualquer Valor Provisionado dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 61 deste Regulamento;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, conforme previsto no Anexo III a este Regulamento;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Cotas Seniores do Fundo;
<u>Relação Mínima</u>	é a relação mínima admitida entre o valor das Cotas Subordinadas em relação à somatória da totalidade das Cotas Subordinadas e das Cotas Mezanino, que equivale a 60% (sessenta por cento);
<u>Reserva de Amortização:</u>	é a reserva financeira a ser constituída pelo custodiante a fim de assegurar a amortização e o resgate das Cotas Seniores;
<u>Reserva de Liquidez:</u>	é a reserva constituída pela administradora a fim garantir os pagamentos das despesas mensais do fundo;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907,

	de 29 de novembro de 2001;
<u>Sacado:</u>	é o devedor dos Direitos de Crédito;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Suplemento:</u>	é o documento elaborado na forma do Anexo II a este Regulamento contendo, pelo menos, as seguintes informações relativas a cada uma das séries de Cotas emitidas: quantidade de Cotas, Data de Emissão de Cotas, Amortização Programada (se for o caso), Data de Resgate e meta de remuneração prioritária da respectiva série ou classe de Cotas;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 deste Regulamento;
<u>Taxa Mínima de Cessão:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 29 deste Regulamento;
<u>Terceiro Relacionado:</u>	é (a) qualquer pessoa jurídica que seja, direta ou indiretamente controlada, controladora ou que esteja sob controle comum da Consultora; (b) qualquer pessoa física que tenha participação societária superior a 10% (dez por cento) na Consultora ou em quaisquer das pessoas jurídicas referidas no item "a" acima, ou (c) qualquer fundo de investimento que tenha como titular da totalidade das cotas por ele emitidas a Consultora e/ou quaisquer das pessoas indicadas nos itens "a" e "b" acima;
<u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u>	é o documento por meio do qual o Cotista adere a este Regulamento, e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;
<u>Termo de Cessão:</u>	são os documentos pelos quais o Fundo adquire os Direitos de Crédito dos Cedentes nos termos de cada Contrato de Cessão;
<u>Valor Provisionado:</u>	com relação a cada Direito de Crédito Adquirido, é o Valor do Direito de Crédito multiplicado pelo Percentual de Provisão; e
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de cada Cota na Data de Emissão de cada série de Cotas Seniores ou na Data de Emissão de Cotas Subordinadas ou de Cotas Mezanino, conforme o caso.



ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO

Suplemento da [•] [série/classe] de Cotas [•]

“SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL”

CNPJ/MF nº 09.257.784/0001-02

A [•] [série/classe] de Cotas [•] do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL** (o “Fundo”), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em [•] de [•] de [•] no [•]º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº [•], terá as seguintes características:

- a) Quantidade de Cotas [•]: [•] ([•]);
- b) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- c) Período de Carência: de [•] de [•] de [•] até [•] de [•] de [•];
- d) Datas de Amortização: [•];
- e) Data de Resgate: [•] de [•] de [•];
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária: [•]; e
- g) Valor Unitário de Emissão: [•]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•]

“SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL”

Por:

Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

ANEXO III – POLÍTICA DE COBRANÇA

A Consultora adotará os seguintes procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito:

1. Em até 2 (dois) dias úteis após a aquisição do Direito de Crédito, o software da Consultora emite fax, carta simples ou AR para todos os Sacados informando a aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito, além de indicar a conta do Fundo na qual deverá ser efetuado o pagamento, encaminhando também notificação aos respectivos devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao artigo 290 do Código Civil;
2. Neste mesmo instante, a Consultora envia ao Banco Cobrador um arquivo com discriminação dos Direitos de Crédito adquiridos para que seja enviado boleto de cobrança para os Sacados. É obrigação de o Custodiante comparar ambos os arquivos para garantir que os títulos cedidos foram indicados para cobrança.
3. A critério da Consultora poderá ser enviada carta para os respectivos devedores dos Direitos de Crédito, solicitando confirmação, por escrito, acerca da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
4. Após 2 (dois) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato com os respectivos devedores para dar ciência do vencimento do Direito de Crédito e confirmação de recebimento do Boleto Bancário, assim como, da respectiva necessidade de liquidação em até 5 (cinco) dias úteis.
5. Em até 2 (dois) dias úteis após o vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato com os respectivos Cedentes para dar ciência do vencimento do Direito de Crédito.
6. Caso o Direito de Crédito não seja liquidado no prazo de 5 (cinco) dias úteis mencionado no item 4 acima, o título representativo do Direito de Crédito é levado a protesto no competente Cartório de Protestos.
 - 6.1 Caso o Cedente receba qualquer valor por engano em nome do Fundo, este deverá repassar para a conta do Fundo no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento.
 - 6.2 Em até 2 (dois) dias úteis após o encaminhamento ao competente Cartório de Protestos a Consultora entrará em contato com os referidos os cartórios para obter informação da tramitação de referido protesto do Direito de Crédito.
7. caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o processo de acompanhamento e cobrança dos Direitos de Crédito, a critério da Consultora, poderá ser concedida prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou outras alternativas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Créditos.
 - 7.1 As prorrogações poderão ser feitas respeitando-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias e serão concedidas no máximo duas vezes, respeitando ao prazo máximo aqui previsto.

8. Neste mesmo instante, a Consultora envia ao Banco Cobrador um arquivo com discriminação dos Direitos de Crédito adquiridos para que seja enviado boleto de cobrança para os Sacados. É obrigação do Custodiante comparar ambos os arquivos para garantir que os títulos cedidos foram indicados para cobrança, não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial contra o Sacado, Cedente e/ou respectivo garantidor (devedor solidário), de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.
9. Sendo constatada a ocorrência de inadimplência dos Sacados, é concedido a empresa Cedente o direito de recomprar os títulos em questão, observando que o valor das recompra dos títulos inadimplentes não poderá ser inferior a 10% do valor total da operação, ou a integralidade dos títulos inadimplentes;
10. Decorridos 180 dias a partir da data de vencimento do ativo no Fundo e, desde que o Fundo não esteja em Evento de Avaliação ou Liquidação antecipada, e que os níveis de garantia estejam enquadrados dentro dos respectivos limites a Consultora poderá sugerir a negociação ou a cessão para terceiros destes ativos respeitando as seguintes condições:
 - (a) exceto para empresas relacionadas aos Quotistas ou prestadores de serviços do fundo;
 - (b) em caso da empresa devedora estar em processo liquidação/falimentar o deságio não poderá ser superior a 90% do valor de face do ativo;
 - (c) em caso da empresa devedora estar em processo de recuperação judicial o deságio não poderá ser superior a 70% do valor de face do ativo; e
 - (d) nos demais casos de empresas devedoras inadimplentes a cessão para terceiros não poderá ser efetuada com deságio superior a 50% do valor de face do ativo.
11. A Consultora poderá utilizar-se de contas de domicílio bancário e de travas de domicílio bancárias, para assegurar a cobrança de direitos de créditos. Nessa hipótese, somente serão aceitas operações com as instituições financeiras denominadas comercialmente de Instituições Autorizadas, conforme definidas no Regulamento.

ANEXO IV – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política de concessão dos créditos ficará a cargo da Consultora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente capacitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos Sacados dos Direitos de Crédito. Após a submissão aos critérios indicados neste Anexo IV, para fins de aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito, deverão ser observados, adicionalmente e cumulativamente, os Critérios de Elegibilidade, as Condições de Aquisição e demais condições eventualmente previstas no Regulamento.

A aprovação do crédito é realizada mediante um processo de análise do Cedente e do Sacado, que envolve aspectos financeiros e mercadológicos.

As empresas Cedentes de Direitos de Créditos que pretendam ceder tais direitos ao Fundo, serão cadastradas junto a Consultora, e deverão apresentar no mínimo os seguintes documentos:

- (a) Contrato Social;
- (b) relação do faturamento mensal dos últimos 12 (doze) meses;
- (c) Cadastro de Pessoa Física dos sócios; e
- (d) comprovante de endereço dos sócios e da empresa;

Além dos Documentos solicitados, a Consultora deverá conferir se a empresa e os Direitos de Crédito atendem aos pré-requisitos básicos, antes da operação seguir para as demais etapas de avaliações de risco, quais sejam:

- (a) os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (b) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão; e
- (c) devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 deste Regulamento, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida.

Após a análise inicial do Cedente, este firma um Contrato de Cessão com o Fundo, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a todas as futuras cessões de Direitos de Crédito entre as partes, incluindo o estabelecimento dos sócios do Cedente como devedores solidários. Opcionalmente em conjunto ao Contrato de Cessão, os sócios e devedores solidários emitem uma nota promissória de valor equivalente ao limite do valor do contrato. O Contrato de Cessão juntamente com os documentos requisitados para análise é enviado para a Consultora onde é feita a sua guarda física.

Os dados cadastrais dos Cedentes são incluídos em um *software* especializado e analisados de acordo com critérios identificados na seção “Risco do Cedente” abaixo. Este é responsável pelo apontamento dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, através de inclusão das informações no *software*, a partir das quais é realizada a análise do Sacado.

Após a análise do Cedente e dos Sacados, a Consultora seleciona os Direitos de Crédito que serão aceitos para aquisição do Fundo. Se houver qualquer objeção quanto ao Sacado, este tem seu cadastro bloqueado no sistema, e somente pode ser liberado para mais operações mediante análise mais detalhada, caso a caso.

A cada nova aprovação da aquisição de Direitos de Crédito, um aditivo ao Contrato de Cessão é enviado ao Cedente.

Diariamente é enviado ao Custodiante do Fundo um arquivo com informações referentes a todos os títulos adquiridos, para que seja garantido o cumprimento quanto aos critérios de elegibilidade definidos neste Regulamento. Uma vez confirmada a elegibilidade, o Custodiante libera o montante relativo à operação diretamente ao Cedente.

Processo de Aprovação de Crédito

O processo de aprovação do crédito do Cedente e do Sacado é realizado pela Consultora, que realiza a análise segundo alguns critérios:

- (a) Risco do Cedente;
- (b) Risco do Sacado; e
- (c) Critérios Subjetivos.

I. Risco do Cedente

Com o intuito de mitigar o risco por Cedente, são realizados os seguintes procedimentos:

- (a) limite de Crédito por Cedente de 30% (trinta por cento) Da carteira de Direitos de Crédito;
- (b) no caso de novos Cedentes a confirmação é realizada em até 3 (três) dias úteis contados da data de formalização da transação;
- (c) o Cedente pode enviar os documentos em até 3 (três) dias úteis após a formalização da transação;
- (d) todos os dados dos Cedentes são inclusos no software especializado, que possui uma base de dados da própria Consultora, que automaticamente gera uma análise do perfil do Cedente contendo as seguintes informações:
 - (i) evolução do saldo devedor, aonde é analisado o montante total operado pelo Cedente nos últimos 6 (seis) meses;
 - (ii) Fluxo Operacional do Cedente, com discriminação de saldo a vencer, vencido, total do saldo devedor e o limite crédito; e
 - (iii) Índice de Liquidez, que acompanha o comportamento da carteira do Cedente nos últimos 6 (seis) meses, incluindo a forma de liquidação dos títulos. Nesse caso, é limitado em 7% (sete por cento) do saldo devido para liquidações por recompra;

- (e) na eventualidade da empresa Cedente, nos últimos 6 (seis) meses, apresentar índice superior a 7% (sete por cento) para liquidação por recompra, a Consultora condicionará novas operações com esse Cedente, há recompra mínima de 10% do valor total da operação até a liquidação da carteira inadimplente, na forma das Políticas de Cobrança estipuladas no ANEXO III desse regulamento.

II. Risco da Operação

As Cédulas de Crédito Bancário– CCB deverão observar as seguintes condições:

- (a) na hipótese de terem prazo inferior ou igual a 360 dias, a remuneração poderá ser prefixada ou ter como parâmetro de rentabilidade a variação da Taxa DI. Deverá ser garantida pela cessão fiduciária de direitos creditórios que representem no mínimo 70% (setenta por cento) do valor nominal da CCB, bem como aval ou fiança de pelo menos 1 (um) terceiro; e
- (b) na hipótese de terem prazo superior a 360 dias, a remuneração deverá ter como parâmetro de rentabilidade a variação da Taxa DI e ser garantida pela cessão fiduciária de direitos creditórios que representem no mínimo 70% (setenta por cento) do valor nominal da CCB, bem como aval ou fiança de pelo menos 1 (um) terceiro.

III. Risco do Sacado

O Cedente recebe uma senha de acesso ao software utilizado para análise das operações e inclui diretamente os dados dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, contendo:

- (a) informações cadastrais do Sacado;
- (b) número da fatura;
- (c) valor do Direito de Crédito; e
- (d) vencimento.

Uma vez incluídas as informações no *software*, os Sacados são analisados conforme os seguintes parâmetros:

- (a) não são aceitos Sacados com apontamentos no Serasa, SPC e/ou Equifax, quanto a cheques sem fundo, execuções judiciais, exceto se o somatório do valor de todos os direitos creditórios originados de Sacados com tais apontamentos, após a aquisição do pretendido direito creditório, considerando-se *pro forma*, não ultrapasse 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e
- (b) se houver histórico de operações com o Fundo, é levado em consideração o fluxo de pagamentos de cada Sacado.

IV. Critérios subjetivos

Os Critérios subjetivos podem influenciar positiva ou negativamente a aprovação do crédito. Cedentes pertencentes a setores com elevados níveis de concorrência, com poucas barreiras à

entrada de novos competidores também são evitados. Além disso, Cedentes que apresentam deficiências evidentes de gestão e estratégia também são evitados.

Monitoramento

A atualização dos registros é feita a cada 6 (seis) meses ou a cada nova cessão, uma vez que o próprio *software* impede a realização de qualquer operação do Cedente que não tenha registros atualizados relativos aos critérios indicados no “Risco do Cedente”.

O monitoramento da operação é diário, e se dá via o sistema de controle dos Direitos de Crédito desenvolvido internamente pela Consultora.

**ANEXO V - ÍNDICE DE RECOMPRA E ÍNDICE DE PAGAMENTOS REALIZADOS
PELO CEDENTE**

ÍNDICE DE RECOMPRA

O Índice de Recompra mencionado na alínea “g” do Artigo 64 deste Regulamento é definido como o produto da Divisão do Total de Direitos de Crédito Comprados num mês, pelo Total da Carteira de Direitos de Crédito do Fundo no primeiro dia útil do mesmo mês.

ÍNDICE DE PAGAMENTOS REALIZADOS PELO CEDENTE:

O Índice de Pagamentos Realizados pelo Cedente mencionado na alínea “i” do Artigo 64 deste Regulamento é definido como o produto da Divisão da Soma do Total de Todos os Direitos de Crédito cedidos contra um determinado sacado e pagos pelo mesmo Sacado diretamente na conta do Cedente num mês, com os Direitos de Créditos cedidos ao Fundo por aquele cedente e por ele recomprados no mesmo período, e divididos pelo Total da Carteira de Direitos de Crédito do Fundo contra aqueles sacados no primeiro dia útil do mesmo mês.

Suplemento das Cotas Seniores da 4ª série do

**SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL**

CNPJ nº 09.257.784/0001-02

A 4ª série de Cotas Seniores do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL** ("Fundo"), emitida nos termos da última versão do Regulamento, datada de 28 de outubro de 2011 e registrada no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº 3.475.099, terá as seguintes características:

- a) quantidade de Cotas Seniores da 4ª série: até 175 (cento e setenta e cinco);
- b) Data de Emissão de Cotas: será a data da primeira integralização de Cotas Seniores da 4ª série;
- c) prazo das Cotas Seniores da 4ª série: 36 (trinta e seis) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas;
- d) Amortização Programada:

Nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono) e 25º (vigésimo quinto) meses, contados a partir do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) do respectivo mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Seniores da 4ª série serão amortizadas em valor equivalente ao da valorização apurada nos termos do item "e" abaixo, observada a seguinte fórmula:

$$AMT = VCS_t - VCS_e$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono) e 25º (vigésimo quinto) meses, por Cota Senior da 4ª Série, na Data de Amortização;

VCS_t = valor da Cota Sênior da 4ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ; e

VCS_e = valor da Cota Sênior da 4ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Emissão de Cotas.

Sem prejuízo do disposto acima, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Seniores da 4ª série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSerie} - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, por Cota Sênior da 4ª série, na Data de Amortização;

VCS_t = conforme definido acima;

$PrazoSerie$ = número de meses do prazo da Cota Senior da 4ª série, conforme definido neste Suplemento; e

M = número do mês, contado a partir da Data de Emissão de Cotas, da ordem da parcela de Amortização Programada a ser calculada;

Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as Amortizações Programadas que vierem a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva Cota Sênior da 4ª série. Nesse sentido, somente após a Amortização Programada integral de montante correspondente ao valor do principal da Cota Senior da 4ª série é que o valor referente à valorização da Cota Senior da 4ª série passará a ser amortizado;

e) Data de Resgate: será a última Data de Amortização das Cotas Seniores da 4ª série, conforme previsto no item “d” acima;

f) meta de rentabilidade prioritária: desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 4ª série serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas, por 130% (cento e trinta por cento) da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“Taxa DI”), conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCS_t = valor da Cota Sênior da 4ª série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCS_{t-1} = valor da Cota Sênior da 4ª série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

AMT_{t-1} = valor da Amortização Programada, por Cota Sênior da 4ª série, na data $t - 1$, se houver;

$FatorCap_t$ = fator correspondente à Taxa DI na data t , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{t}{252}} - 1 \right] \times \frac{S}{100} \right\}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI do dia útil imediatamente anterior à na data t ; e

S = sobretaxa, sendo igual a 130 (cento e trinta); e

g) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais).

As Cotas Seniores da 4ª série terão os mesmos poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais séries de Cotas Seniores no Regulamento, exceto com relação à Amortização Programada e à meta de remuneração prioritária, especificadas e expressamente previstas neste Suplemento. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, não haverá prioridade entre as Cotas Seniores de diferentes séries para fins de amortização e/ou resgate.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 19 de dezembro de 2011.

Gizele Luoma
Gizele Luoma
Gizele Luoma
Procuradora
GRADUAL CORRETORA DE CAMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Antonio dos Santos
Diretor

Testemunhas:

1. *[Assinatura]*
Nome: *Anderson G. Novais*
RG: *18.859.751*
CPF: *151.510.868-63*

2. *[Assinatura]*
Nome: *Yormay Costa Fernandes*
RG: *18.060.083-7*
CPF: *037613675-13*

Suplemento das Cotas Seniores da 5ª Série do

**SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL**
CNPJ nº 09.257.784/0001-02

A 5ª série de Cotas Seniores do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL** ("Fundo"), emitida nos termos da última versão do Regulamento, datada de 28 de outubro de 2011 e registrada no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº 3.475.099, terá as seguintes características:

- a) quantidade de Cotas Seniores da 5ª série: até 175 (cento e setenta e cinco);
- b) Data de Emissão de Cotas: será a data da primeira integralização de Cotas Seniores da 5ª série;
- c) Prazo das Cotas Seniores da 5ª série: 60 (sessenta) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas;
- d) período de carência: 54 (cinquenta e quatro) meses a contar da Data de Emissão de Cotas;
- e) Amortização Programada:

A partir do 55º (quingentésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Seniores da 5ª série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSerie} - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, por Cota Sênior da 5ª série, na Data de Amortização;

VCS_t = valor da Cota Sênior da 5ª série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

PrazoSerie = número de meses do prazo da Cota Sênior da 5ª série, conforme definido neste Suplemento; e

M = número do mês, contado a partir da Data de Emissão de Cotas, da ordem da parcela de Amortização Programada a ser calculada;

Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as Amortizações Programadas que vierem a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva Cota Sênior da 5ª série. Nesse sentido, somente após a Amortização Programada integral de montante correspondente ao valor do principal da Cota Sênior da 5ª série é que o valor referente à valorização da Cota Sênior da 5ª série passará a ser amortizado;

- f) Data de Resgate: será a última Data de Amortização das Seniores da 5ª série, conforme

previsto no item "e" acima;

g) meta de rentabilidade prioritária: desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 5ª série serão corrigidas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA/IBGE"), acrescida de taxa de juros equivalente a 8% (oito por cento) ao ano, conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - AMT_{t-1}) \times \left[(1 + IPCA)^{\frac{1}{360} \times \text{dur}} \times (1 + TAXA)^{\frac{1}{360} \times \text{dur}} \right]$$

Sendo:

VCS_t = valor da Cota Sênior da 5ª série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCS_{t-1} = valor da Cota Sênior da 5ª série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

AMT_{t-1} = valor da Amortização Programada, por Cota Sênior da 5ª série, na data $t - 1$, se houver;

$IPCA$ = variação percentual mensal do IPCA/IBGE referente ao mês vigente; no caso de indisponibilidade do IPCA/IBGE para o mês vigente, será utilizada a última projeção do IPCA/IBGE divulgada pela ANBIMA, na respectiva data de cálculo, não obstante a eventual necessidade de ajuste futuro em decorrência da divulgação, pelo IBGE, do respectivo índice oficial;

dur = número de dias úteis do mês vigente; e

$TAXA$ = taxa de juros equivalente a 8% (oito por cento) ao ano; e

g) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais).

As Cotas Seniores da 5ª série terão os mesmos poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais séries de Cotas Seniores no Regulamento, exceto com relação à Amortização Programada e à meta de remuneração prioritária, especificadas e expressamente previstas neste Suplemento. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, não haverá prioridade entre as Cotas Seniores de diferentes séries para fins de amortização e/ou resgate.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 19 de dezembro de 2011.

Glizele Vicente Moraes

Glizele Vicente Moraes
Procuradora

[Assinatura]

Adriano dos Santos
Diretor

GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas:

1.

Nome: *Isidoro G. Nogueira*
RG: *18.859.751*
CPF: *151.510.868-63*

2.

Nome: *Roberto José Sena*
RG: *18.066.038-7*
CPF: *087.613.672-13*

Suplemento da 1ª emissão de Cotas Mezanino II do

**SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL**
CNPJ nº 09.257.784/0001-02

A 1ª emissão de Cotas Mezanino II do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL** ("Fundo"), emitida nos termos do Regulamento, registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº 3.475.099, terá as seguintes características:

- a) quantidade de Cotas Mezanino II: até 100 (cem);
- b) Data de Emissão de Cotas: será a data da primeira integralização de Cotas Mezanino II;
- c) prazo das Cotas Mezanino II: 48 (quarenta e oito) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas;
- d) Amortização Programada:

Nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono), 25º (vigésimo quinto), 31º (trigésimo primeiro) e 37º (trigésimo sétimo) meses, contados a partir do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) do respectivo mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Mezanino II serão amortizadas em valor equivalente ao da valorização apurada nos termos do item "e" abaixo, observada a seguinte fórmula:

$$AMT = VCM_t - VCM_e$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono), 25º (vigésimo quinto), 31º (trigésimo primeiro) e 37º (trigésimo sétimo) meses, por Cota Mezanino II, na Data de Amortização;

VCM_t = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ; e

VCM_e = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Emissão de Cotas.

Sem prejuízo do disposto acima, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Mezanino II serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSerie} - (M - 1)} \right) \times VCM_t$$

Sendo:



AMT = valor da Amortização Programada, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, por Cota Mezanino II, na Data de Amortização;

VCM_t = conforme definido acima;

$PrazoSerie$ = número de meses do prazo da Cota Mezanino II, conforme definido neste Suplemento; e

M = número do mês, contado a partir da Data de Emissão de Cotas, da ordem da parcela de Amortização Programada a ser calculada;

Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as Amortizações Programadas que vierem a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva Cota Mezanino II. Nesse sentido, somente após a Amortização Programada integral de montante correspondente ao valor do principal da Cota Mezanino II é que o valor referente à valorização da Cota Mezanino II passará a ser amortizado;

e) Data de Resgate: será a última Data de Amortização das Cotas Mezanino II, conforme previsto no item “d” acima;

f) meta de rentabilidade prioritária: desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Mezanino II serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas, por 150% (cento e cinquenta por cento) da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“Taxa DI”), conforme a fórmula abaixo:

$$VCM_t = (VCM_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCM_t = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCM_{t-1} = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

AMT_{t-1} = valor da Amortização Programada, por Cota Mezanino II, na data $t - 1$, se houver;

$FatorCap_t$ = fator correspondente à Taxa DI na data t , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right\} \times \frac{S}{100}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI do dia útil imediatamente anterior à na data t ; e

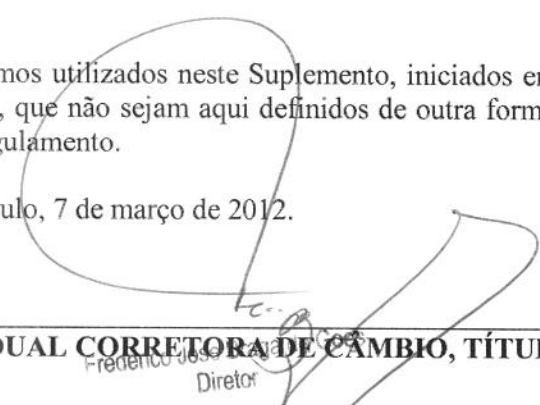

S = sobretaxa, sendo igual a 150 (cento e cinquenta); e

g) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais).

As Cotas Mezanino II terão prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Cotas Mezanino I, inclusive em caso de liquidação do Fundo. Ressalvado o disposto acima, as Cotas Mezanino II terão os mesmos direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais classes de Cotas Mezanino no Regulamento, exceto com relação à Amortização Programada e à meta de remuneração prioritária, especificadas e expressamente previstas neste Suplemento.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 7 de março de 2012.



GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

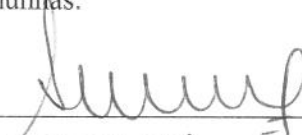
Testemunhas:

1.

Nome:

RG:

CPF:

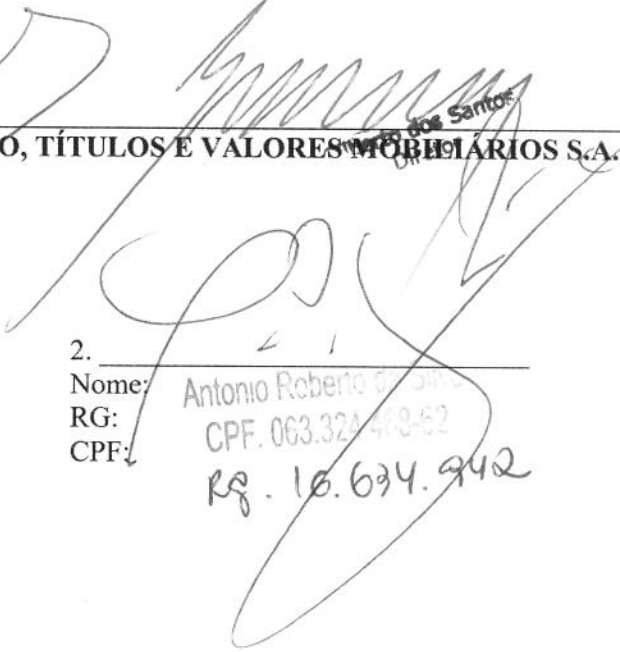

18.859.251
Sandra Gomes Novais
CPF: 151.510.868-63

2.

Nome:

RG:

CPF:


Antonio Roberto
CPF. 063.324.468-62
RG. 16.634.942

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

Modelo do Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PROMESSA E DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS FUTUROS E OUTRAS AVENÇAS

Contrato Nº1

Pelo presente instrumento, as partes, de um lado,

XXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua **XXXXXX**, cidade de **XXXXXX**, estado de **XX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente "CEDENTE".

e, de outro lado,

SUL INVEST FIDC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.257.784/0001-02 constituído sob a forma de condomínio fechado (.CESSIONÁRIO. ou .FUNDO.), neste ato representado na forma de seu Regulamento, pelo seu administrador GRADUAL CORRETORA DE CAMBIO, TIT. E VLRS MOBILIARIOS SA, com sede na cidade de São Paulo, estado de SP, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 50, 6 e 7 andar, CEP 04543-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73 (.ADMINISTRADOR.), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, sendo a CEDENTE e o FUNDO, em conjunto, referidos como .Partes. ou, individualmente, como .Parte.;

e ainda, na qualidade de Interveniente Anuente ao presente instrumento,

SUL INVEST SERVIÇOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.181.400/0001-67, com sede na cidade de Curitiba, estado do PARANÁ, na Rua Marechal Deodoro, nº 869, CJTO 101, Cep 80060-010, empresa especializada na análise de crédito e cobrança, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, doravante denominada "CONSULTORIA ESPECIALIZADA".

Representante do Cedente

Nome:
CPF/MF:
Nacionalidade:
Profissão:
CEP:
Estado:
E-mail:

Cart.Ident/Emissor:
Estado Civil:
Endereço:
Complemento:
Cidade:
Telefone:

Representante do Cessionário

Nome: PEDRO PAULO BARTOLOMEI DA SILVEIRA
CPF/MF: 045.188.828-65
Nacionalidade: BRASILEIRA
Profissão: ECONOMISTA
CEP: 04543-011
Estado: SP
E-mail:

Cart.Ident/Emissor: 9.664.961-6 / SSP SP
Estado Civil: SEPARADO JUDICIALMEN
Endereço: Av Pres Juscelino Kubitschek, nº 50
Complemento: 5º e 6º ANDAR
Cidade: São Paulo
Telefone: (11) 3372-8304

Representante do Cessionário

Nome: ANA CRISTINA SILVEIRA
CPF/MF: 544.537.121-20
Nacionalidade: BRASILEIRA
Profissão: Empresária
CEP: 80060-010
Estado: PR
E-mail: anacristina@sulinvestmulti.com.br

Cart.Ident/Emissor: 5.293.047-2 / PR
Estado Civil: Divorciada
Endereço: Rua Marechal Deodoro, 869
Complemento: Sala 101 1º andar
Cidade: Curitiba
Telefone: (41) 3013-2992

Responsável Solidário

Nome:
CPF/MF:
Nacionalidade:
Profissão:

Cart.Ident/Emissor:
Estado Civil:
Endereço:
Complemento:

CEP:
Estado:
E-mail:

Cidade:
Telefone:

Cônjuge:
Nome:
CPF/MF:
Nacionalidade:
Profissão:
CEP:
Estado:
E-mail:

Cart.Ident/Emissor:
Estado Civil:
Endereço:
Complemento:
Cidade:
Telefone:

Depositários

Nome:
CPF/MF:
Nacionalidade:
Profissão:
CEP:
Estado:
E-mail:

Cart.Ident/Emissor:
Estado Civil:
Endereço:
Complemento:
Cidade:
Telefone:

CONSIDERANDO QUE:

- i) a CEDENTE é uma pessoa jurídica cujo ramo de atividade está acima qualificado, que declara não utilizar em todas as suas atividades mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do Art 7º da Constituição da Republica do Brasil, bem como, que possui para o exercício de suas atividades todas as licenças exigidas pelas autoridades Federais, estaduais e municipais, inclusive, as eventuais licenças ambientais necessárias;
- ii) o CESSIONÁRIO é fundo de investimento em direitos creditórios constituído nos termos da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (.CMN.), e da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores, da Comissão de Valores Mobiliários (.CVM.);
- iii) no prazo de duração do FUNDO, como elemento essencial do presente negócio, o CEDENTE se compromete a ceder, e o CESSIONÁRIO se compromete, a exclusivo critério da ADMINISTRADORA, a adquirir Direitos Creditórios;
- iv) o FUNDO adquirirá os Créditos mediante pagamento em moeda corrente nacional e /ou mediante subscrição e integralização de Quotas Subordinadas no FUNDO pelo CEDENTE, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação, observados os termos deste Contrato e do Regulamento;

Resolvem as partes celebrar o presente Contrato, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

1.DEFINIÇÕES

1.1. As partes convencionam e adotam as seguintes definições para a finalidade de interpretação das cláusulas deste Contrato.

BANCO COBRADOR - é a instituição bancária responsável pela cobrança regular dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos ao FUNDO.

BANCO CUSTODIANTE - é a instituição bancária responsável pela liquidação financeira das cessões de DIREITOS CREDITÓRIOS ocorridas entre a CEDENTE e o FUNDO e pelos demais serviços estipulados no Regulamento do FUNDO.

DIREITOS CREDITÓRIOS - direitos de crédito originários de operações realizadas nos segmentos financeiros, industrial, comercial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços e os warrants. Sinônimo de recebíveis.

COBRANÇA AMIGÁVEL - é a cobrança extrajudicial dos DEVEDORES pelos DIREITOS CREDITÓRIOS não pagos nas datas de seus vencimentos.

CONSULTORIA ESPECIALIZADA - empresa, indicada pelo FUNDO, responsável pela análise e seleção dos DIREITOS CREDITÓRIOS, que também realiza o acompanhamento da oferta e cessão dos recebíveis e é ainda responsável pela recessão dos documentos relativos à cessão: cheques, duplicata mercantil, notas promissórias, warrants, boleto bancário e demais documentos comprobatórios da operação mercantil/de serviços e da entrega das mercadorias ou serviços.

CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS - a transferência pela CEDENTE, credora originária, de seus DIREITOS CREDITÓRIOS para o FUNDO, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, mantendo-se inalterados os restantes elementos da relação obrigacional.

CRÉDITOS PERFORMADOS - são aqueles créditos resultantes de Contratos em que a CEDENTE já cumpriu as suas obrigações (serviços já prestados ou mercadorias já entregues, e aceitos), restando apenas à obrigação do DEVEDOR de efetuar o pagamento.

DEVEDOR ou SACADO - é a pessoa física ou jurídica cliente da CEDENTE, SACADO da duplicata mercantil /de serviços, emissor do cheque ou demais títulos de créditos cedidos, responsável pelo pagamento do crédito ao FUNDO.

VÍCIO DO DIREITO CREDITÓRIO ou DO DOCUMENTO QUE REPRESENTA - qualquer defeito do direito creditório ou do título representativo do crédito que justifique a recusa do DEVEDOR em pagá-lo, no todo ou em parte.

RECOMPRA - é o ato pelo qual a CEDENTE recompra os títulos que cedeu para o FUNDO por qualquer motivo.

TERMO DE CESSÃO - é o documento utilizado para documentar as operações de cessão de crédito realizadas. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos SACADOS, além do valor pelo qual os créditos foram cedidos. Este documento prova a realização da cessão e obriga a CEDENTE a entregar ao FUNDO as duplicatas endossadas, os cheques e os demais documentos representativos dos créditos.

2. OBJETO

2.1. Este Contrato irá reger todas e quaisquer cessões de DIREITOS CREDITÓRIOS que forem feitas.

2.1.1. Em hipótese alguma se admitirá qualquer cessão de DIREITOS CREDITÓRIOS realizada fora ou que contrarie as cláusulas e termos deste Contrato.

2.2. A aceitação dos DIREITOS CREDITÓRIOS oferecidos pela CEDENTE é ato discricionário do CESSIONÁRIO.

2.3. Para que a cessão possa ser formalizada, a documentação que evidencie o lastro dos DIREITOS CREDITÓRIOS será analisada e os DIREITOS CREDITÓRIOS serão validados em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do CESSIONÁRIO.

2.4. Por meio da assinatura do TERMO DE CESSÃO, a CEDENTE cede e transfere ao CESSIONÁRIO, em caráter irrevogável e irretratável, todos os DIREITOS CREDITÓRIOS relacionados no referido TERMO DE CESSÃO.

2.5. O TERMO DE CESSÃO poderá ser firmado em forma eletrônica com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, produzindo todos os seus efeitos em relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do Artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

3. DIREITOS CREDITÓRIOS QUE PODERÃO SER CEDIDOS AO CESSIONÁRIO E OS CRITÉRIOS DE ANÁLISE E SELEÇÃO

3.1. Os DIREITOS CREDITÓRIOS que poderão ser cedidos ao CESSIONÁRIO deverão atender a política de investimentos estabelecida no Regulamento do CESSIONÁRIO e, sob pena de a cessão ser considerada nula e a CEDENTE ser obrigada a devolver os valores recebidos pela cessão, deverão também:

- a) ser originários dos segmentos financeiro, industrial, comercial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços e os warrants;
- b) resultar de vendas de produtos já entregues, da prestação de serviços já realizados, de transações já efetivamente realizadas, ou seja, constituam créditos performados;
- c) ser representados por duplicatas mercantis /de serviços, liquidados por meio de cheques para pagamento a prazo (vulgarmente conhecidos como cheques pré-datados) ou demais títulos previstos na legislação;
- d) ser originários de empresas sediadas no Brasil;
- e) atender aos demais critérios de elegibilidade previstos no Regulamento.

3.2. Todos os cheques, duplicatas e demais títulos relativos aos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos ao CESSIONÁRIO deverão ser endossados pela CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, podendo ser empregado endosso por chancela mecânica ou eletrônica.

3.2.1. Os cheques deverão ser nominais à CEDENTE e estar cruzados.

3.2.2. As duplicatas deverão estar assinadas pelos representantes da CEDENTE.

3.2.3 Os demais títulos de crédito deverão ser endossados e transferidos na forma própria.

3.3. As duplicatas deverão ter sido emitidas pela CEDENTE com base em fatura comercial, de prestação de serviços já realizados ou mercadorias já entregues.

3.4. Todas as duplicatas ou qualquer outro título de crédito emitido deverão estar suportados por notas fiscais /faturas que deram origem aos créditos e do documento que prove a entrega dos serviços ou das mercadorias (canhoto da fatura ou recibo assinado pelo DEVEDOR), os quais ficarão sob guarda da CEDENTE, que se compromete a entregá-los, quando solicitado, no prazo de cinco dias contados da solicitação, ficando, portanto, o depositário indicado no prefácio deste Contrato, responsável pela guarda dos documentos aqui estabelecida, respondendo por todos os encargos da função de depositário correspondentes.

4. DECLARAÇÕES, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

4.1. As partes signatárias deste Contrato declaram conhecer e aceitar o Regulamento do CESSIONÁRIO, especialmente os artigos relativos à política de investimentos e a aquisição de DIREITOS CREDITÓRIOS.

4.2. A CEDENTE e o CESSIONÁRIO obrigam-se a fornecer todas as informações e apresentar todos os documentos que lhes forem solicitados pela Empresa de Auditoria contratada para prestar serviços ao CESSIONÁRIO, em qualquer época, mesmo após e no caso de rescisão deste Contrato, e sempre que houver solicitação da Empresa de Auditoria.

4.2.1. As partes declaram que estão cientes de que essas informações e documentos serão frequentemente solicitados pela Empresa de Auditoria a fim de apurar se as cláusulas do Regulamento do CESSIONÁRIO e deste Contrato estão sendo respeitadas e para verificar o lastro, legitimidade e legalidade dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos.

4.3. A CEDENTE declara, respondendo civil e criminalmente pela veracidade dessas declarações, em relação a quaisquer cessões de crédito que sejam feitas, que:

- 4.3.1. Responsabiliza-se pela existência dos créditos representados pelos títulos negociados, por seus vícios redibitórios e pelo cumprimento das obrigações (vendas de produtos ou prestação de serviços) que deram origem aos créditos.
- 4.3.2. É responsável perante o CESSIONÁRIO pelos riscos e prejuízos dos créditos negociados no caso de serem opostas exceções quanto a sua legitimidade, legalidade e veracidade, ou seja, em razão de quaisquer vícios que possam ser opostos ao pagamento dos créditos.
- 4.3.3. Responde pela emissão dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos.
- 4.3.4. Responsabiliza-se civil e criminalmente pela legalidade, veracidade e legitimidade das duplicatas oriundas de suas operações mercantis, ciente de que a emissão fraudulenta de título sujeita os seus sócios ou prepostos às penas do Artigo 172 do Código Penal.
- 4.3.5. É responsável civil e criminalmente pelos cheques relativos aos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos decorrentes de vendas a prazo ou prestação de serviços, responsabilizando-se por eventuais vícios, inclusive no caso de suspeita de conluio com o emitente -DEVEDOR relacionado à contra-ordem ou .sustação do cheque. para fraudar o CESSIONÁRIO.
- 4.3.6. CESSIONÁRIO está autorizado a consultar qualquer sistema de risco de crédito existente sobre informações a respeito da CEDENTE ou dos DEVEDORES, inclusive o sistema gerido pelo Banco Central do Brasil, podendo prestar a esse sistema informações sobre o montante das dívidas, a vencer ou vencidas, bem como, o valor das coobrigações e garantias prestadas pela CEDENTE.
- 4.3.7. No caso do não pagamento dos DIREITOS CREDITÓRIOS nas datas dos seus respectivos vencimentos pelos DEVEDORES, o CESSIONÁRIO poderá comunicar o fato a qualquer serviço de proteção ao crédito, como SERASA, SPC, ou qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso nos pagamentos e o descumprimento de obrigações contratuais, informando os nomes dos DEVEDORES e da CEDENTE.
- 4.3.8. Caso deixe de cumprir a obrigação de recomprar os DIREITOS CREDITÓRIOS ou de indenizar o CESSIONÁRIO previsto na Cláusula Sexta do presente Contrato, ou ocorrer o descumprimento de qualquer outra obrigação assumida pela CEDENTE neste instrumento, o CESSIONÁRIO poderá comunicar o fato a qualquer serviço de proteção ao crédito, como SERASA, SPC, ou qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso nos pagamentos e o descumprimento de obrigações contratuais, informando o nome da CEDENTE e dos seus sócios coobrigados (RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS), conforme as responsabilidades de cada um.
- 4.3.9. Autoriza o CESSIONÁRIO a levar os cheques, duplicatas e demais títulos representativos dos créditos cedidos a protesto, ou executá-los e/ou cobra-los judicialmente, caso os pagamentos não sejam feitos nas datas dos vencimentos, e que se responsabiliza integralmente em caso de protesto ou cobrança judicial indevidos por sua culpa ou dolo nas cessões de créditos realizadas ou por erro nas informações prestadas ao CESSIONÁRIO.
- 4.3.10. Possui os originais ou cópias de todos os documentos comprobatórios da venda e entrega das mercadorias ou dos serviços que deram origem legítima e válida aos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos.
- 4.3.11. Autoriza o CESSIONÁRIO a ceder, quando quiser e a quem bem entender, os créditos que foram cedidos pela CEDENTE com base neste Contrato. Restando transferidas todas as obrigações pactuadas nesse Contrato, tanto da CEDENTE, quanto dos DEVEDORES SOLIDÁRIOS.
- 4.3.12. Todas as operações que deram origem aos DIREITOS CREDITÓRIOS encontram-se registradas em sua contabilidade.
- 4.3.13. Nenhuma das cessões de crédito ou operações realizadas com os seus clientes foi feita em fraude à execução ou fraude a credores ou sonegação fiscal, nem são provenientes de atividades criminosas que possam vir a caracterizar lavagem de dinheiro.

4.4. A CEDENTE obriga-se a:

4.4.1. Não modificar com o DEVEDOR as condições originais da venda do produto /mercadoria ou serviço após a cessão dos créditos ao CESSIONÁRIO.

4.4.2. Não alterar a data do vencimento do título cedido (prorrogar ou antecipar); a não deduzir, compensar, negociar, extinguir ou modificar qualquer característica dos créditos cedidos, exceto mediante previa anuência do CESSIONÁRIO.

4.4.3. Informar o CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do momento em que tomou conhecimento do fato, sobre qualquer reclamação, modificação, cancelamento, arrependimento do DEVEDOR ou quaisquer outras informações relativas aos DIREITOS CREDITÓRIOS.

4.4.4. Informar o CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da citação, intimação ou notificação, sobre qualquer ação judicial, protesto, notificação ou medida extrajudicial tendo como objeto os créditos negociados ou a operação de cessão ou, ainda, que digam respeito ao negócio de venda mercantil, de prestação de serviços ou outro negócio que deu origem aos créditos.

4.4.5. Não omitir nenhuma informação que, se fosse do conhecimento do CESSIONÁRIO, poderia impedir, alterar, desaconselhar ou colocar em risco a cessão dos DIREITOS CREDITÓRIOS.

4.4.6. Fornecer, em cinco dias úteis no máximo, sempre que solicitadas pelo CESSIONÁRIO, cópias ou os originais de toda a documentação comprobatória da origem legítima e válida dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos, incluindo duplicatas mercantis /de serviços, ou qualquer outro título de crédito emitido, notas fiscais e faturas, recibos de entrega dos serviços e mercadorias, Contratos firmados entre a CEDENTE e seus clientes e quaisquer outros documentos correlatos.

4.4.7. Realizar todos os procedimentos previstos nas cláusulas adiante relativos à oferta dos DIREITOS CREDITÓRIOS e formalização da cessão para todos os créditos cedidos.

4.4.8. Notificar os DEVEDORES (SACADOS das duplicatas) da cessão de crédito realizada, nos termos do Artigo 290 do Código Civil, informando que o pagamento deverá ser feito somente ao CESSIONÁRIO.

4.4.8.1. Independente do disposto no item anterior, a CEDENTE desde já outorga ao CESSIONÁRIO poderes para também notificar o DEVEDOR das cessões realizadas.

4.4.9. - Repassar ao CESSIONÁRIO o crédito recebido diretamente do DEVEDOR caso este, eventualmente, e por engano, faça o pagamento a CEDENTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de ficar caracterizada a apropriação indébita do valor recebido.

4.4.10. Reembolsar o CESSIONÁRIO de todos os gastos e despesas legais, inclusive honorários advocatícios, juros e correção monetária, no caso do CESSIONÁRIO ser acionado judicialmente ou tiver que mover qualquer ação judicial em decorrência de culpa da CEDENTE pelas cessões realizadas.

4.4.11. - Indenizar o CESSIONÁRIO de quaisquer prejuízos que tiverem sido causados pela CEDENTE por culpa ou inadimplemento das obrigações assumidas neste Contrato.

4.4.12. Comunicar ao CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o fato, qualquer alteração do seu Contrato Social, Estatuto ou mudança de endereço da CEDENTE ou de seus dados bancários.

4.4.13. Comunicar ao CESSIONÁRIO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência do fato, qualquer processo de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, etc.), alteração de sua atividade principal ou mudança de controle, direto ou indireto.

4.5. O CESSIONÁRIO obriga-se a:

4.5.1. Efetuar o pagamento a CEDENTE, em conta corrente bancária de sua titularidade, das cessões realizadas nos valores convencionados no TERMO DE CESSÃO e no prazo estipulado neste Contrato.

5. VÍCIOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

5.1. No caso de serem opostas quaisquer exceções aos DIREITOS ou títulos de crédito cedidos, a CEDENTE, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, assumirá integral responsabilidade por quaisquer vícios verificados, como, a título de exemplo, os seguintes:

a) Se os créditos representados pelos títulos cedidos forem objetos de outra alienação, ajuste, garantia, gravame ou ônus, sem o consentimento prévio e expresso do CESSIONÁRIO;

b) Se os créditos adquiridos pelo CESSIONÁRIO forem objetos de acordo entre a CEDENTE e o DEVEDOR, que possa ensejar arguição ou compensação e / ou outra forma de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem um dos DIREITOS emergentes dos títulos negociados;

c) Se o DEVEDOR refutar, contestar ou devolver total ou parcialmente os produtos, mercadorias ou prestação de serviços fornecidos por qualquer motivo, por exemplo: por não correspondência com aquilo que efetivamente foi contratado, vícios ou defeitos na qualidade dos serviços prestados, ou defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias; divergência nos prazos ou preços ajustados ; arrependimento e desistência dos serviços ou produtos adquiridos; avarias ou não recebimento das mercadorias;

d) Se a CEDENTE receber em pagamento, no todo ou em parte, valores relativos aos títulos de crédito negociados com o CESSIONÁRIO , além das cominações legais relativas ao endosso, fica a CEDENTE, obrigada a devolvê -los ao CESSIONÁRIO no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, sob pena de decorrido esse prazo, ficar caracterizada a apropriação indébita (Art. 168, do Código Penal);

e) Se a falta de pagamento por parte do DEVEDOR resultar de ato de responsabilidade da CEDENTE;

f) Se for oposta qualquer exceção, defesa ou justificativa pelo DEVEDOR baseada em fato de responsabilidade do CEDENTE ou contrário aos termos deste Contrato;

g) Ocorrendo qualquer medida judicial tomada pelo DEVEDOR tendo como objeto a causa originária do título, como, por exemplo, sustação de protesto, declaratória, anulatória etc., mesmo que sejam medidas apenas de interesse procrastinatório.

6. OBRIGAÇÃO DA CEDENTE PELOS VÍCIOS (OBRIGAÇÃO DE RECOMPRAR OS CRÉDITOS OU DE INDENIZAR O CESSIONÁRIO)

6.1. A CEDENTE assume a responsabilidade de, concluída a operação e sobrevivendo à constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções na origem do(s) crédito(s) negociado(s), recomprá-lo(s) do CESSIONÁRIO ou, na impossibilidade de recompra, indenizar o CESSIONÁRIO, pelo valor de face do título negociado, acrescido de multa de 10,0% (dez por cento), de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração, e juros compensatórios de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração, de atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, das perdas e danos e honorários de advogado, tudo conforme autorizam os Artigos 389 e 394 aos 396 do Código Civil.

6.2. O prazo para a CEDENTE recomprar o(s) crédito(s) será de 24 (vinte quatro) horas após ser cientificada da constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções.

6.2.1. A recusa na recompra do (s) créditos no prazo estipulado, poderá dar ensejo à cobrança judicial contra a CEDENTE e os RESPONSÁVEIS SOLIDARIOS.

6.2.2. Qualquer tolerância em relação ao disposto nesta CLÁUSULA será considerada mera liberalidade do CESSIONÁRIO.

6.3. No caso do CESSIONÁRIO acionar judicialmente os DEVEDORES ou for por eles acionado em decorrência dos casos previstos nesta cláusula, obriga-se a CEDENTE a reembolsar o CESSIONÁRIO, com

todos os acréscimos legais, todas as despesas que este tiver tido, incluindo despesas com advogados, perícias e custas processuais.

7. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO CEDENTE E DOS RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS DESTE CONTRATO EM CASO DE INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR/SACADO

7.1. O CESSIONÁRIO terá direito de regresso contra a CEDENTE em razão do inadimplemento dos DEVEDORES dos créditos cedidos, ou seja, a CEDENTE responde pelo cumprimento da prestação constante dos recebíveis cedidos, e também por todas as despesas decorrentes dos recebíveis cedidos que não forem pagos pelos DEVEDORES à época do efetivo vencimento.

7.2. Assinam também este Contrato, como RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS de todas as suas cláusulas, as pessoas identificadas no prefácio deste instrumento, sócios ou não da CEDENTE, que se declaram solidariamente responsáveis por todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela CEDENTE, ciente que poderão ser exigidas pelo CESSIONÁRIO ou qualquer outro detentor dos créditos cedidos, assinando este Contrato, concordando com todos os seus termos.

7.2.1. Independentemente de terem ou não assinado os títulos cedidos como avalistas, os RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS são solidariamente responsáveis pelo seu pagamento.

7.3. Se a CEDENTE ou qualquer um dos RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS, na hipótese desta CLÁUSULA ou da CLÁUSULA anterior, efetuar o pagamento do boleto bancário correspondente ao crédito cedido, o pagador subrogar-se-á, de pleno direito, na condição de credor conforme o disposto no Artigo 346, inciso III, do Código Civil.

7.4. Se a CEDENTE ou qualquer dos RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS solicitem que a CESSIONÁRIA prorogue o vencimento dos recebíveis cedidos, responderão por todos os eventuais encargos desta prorrogação decorrentes.

8. GARANTIAS

8.1. Para garantir o pagamento de qualquer débito relacionado a este Contrato, o CESSIONÁRIO poderá exigir, no ato de assinatura deste instrumento, que a CEDENTE entregue nota promissória de sua emissão, com prazo de apresentação dentro de 3 (três) anos, com pacto adjeto de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, compensatórios também de 1,0% (um por cento) ao mês, mais correção monetária a taxa correspondente à variação do IGP-M/FGV, permanecendo íntegras suas responsabilidades até o total e definitivo cumprimento das obrigações avençadas até o limite deste contrato ora fixado em R\$ 1.000.000,00.

8.1.1. A nota promissória deverá ser avalizada pelos RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS, permanecendo íntegras suas responsabilidades até o total e definitivo cumprimento das obrigações avençadas, nos termos dos arts. 264 e 265 do Código Civil e até o limite deste contrato acima fixado.

8.1.2. A CEDENTE obriga-se a reforçar ou substituir a garantia na hipótese de sua perda ou diminuição do seu valor.

9. PROCEDIMENTO PARA A OFERTA E ACEITAÇÃO DOS RECEBÍVEIS

9.1. Para a formalização das ofertas de DIREITOS CREDITÓRIOS pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO, serão adotados os seguintes procedimentos:

9.1.1. A CEDENTE deverá transmitir a CONSULTORIA à relação dos recebíveis ofertados, oriundos de vendas mercantis, prestação de serviços e outras transações realizadas pela CEDENTE, contendo o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos DEVEDORES.

9.1.2. A CONSULTORIA irá selecionar quais títulos ofertados atendem os requisitos da política de investimentos do CESSIONÁRIO, aplicando critérios próprios de análise dos créditos e de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do CESSIONÁRIO. Os títulos que atendam os requisitos serão considerados DIREITOS CREDITÓRIOS eleitos e seus dados serão transmitidos pela CONSULTORIA ao BANCO CUSTODIANTE indicado no Regulamento do CESSIONÁRIO, através de arquivo eletrônico em formato (layout) específico,

contemplando, além dos dados recebidos da CEDENTE, o valor pelos quais os créditos estão sendo cedidos ao CESSIONÁRIO.

9.1.3. Recebidos pelo BANCO CUSTODIANTE os dados dos DIREITOS CREDITÓRIOS escolhidos, a ADMINISTRADORA irá averiguar se a aquisição pelo CESSIONÁRIO dos DIREITOS CREDITÓRIOS eleitos é compatível com as obrigações passivas do CESSIONÁRIO estabelecidas em seu Regulamento, considerados o fluxo de caixa existente e a remuneração dessas obrigações passivas. Por sua vez, o BANCO CUSTODIANTE irá validar os DIREITOS CREDITÓRIOS em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do CESSIONÁRIO.

9.1.4. Verificada a compatibilidade e validade dos recebíveis indicadas na CLÁUSULA anterior, a ADMINISTRADORA comandará a emissão do TERMO DE CESSÃO, a ser assinado pelas partes de acordo com a Cláusula Décima, preferencialmente em forma eletrônica.

9.1.5. A CONSULTORIA contratada pelo CESSIONÁRIO selecionará os recebíveis e acompanhará todo o procedimento de oferta e de cessão, e será também a responsável pela re-cessão dos títulos ou dos documentos representativos dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos e dos demais documentos comprobatórios da operação mercantil.

10. FORMALIZAÇÃO DAS CESSÕES DOS DIREITOS CRÉDITORIOS

10.1. Cada aquisição de DIREITOS CREDITÓRIOS será formalizada e demonstrada por meio de um instrumento denominado TERMO DE CESSÃO, onde irão constar a relação e identificação completa das duplicatas e cheques e demais títulos de créditos (numeração, valores e datas de vencimento), os nomes e CNPJ ou CPF dos DEVEDORES das duplicatas ou dos DEVEDORES dos demais títulos, e o valor total de aquisição dos títulos cedidos. Esse documento utilizará preferencialmente a forma eletrônica, desde que produzido com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.

10.2. Os cheques e as duplicatas e os demais títulos, com endosso em preto em favor do CESSIONÁRIO, serão entregues pela CEDENTE à CONSULTORIA.

10.3. O TERMO DE CESSÃO é considerado uma venda à vista pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO, de seus DIREITOS CREDITÓRIOS, mediante um preço certo e ajustado entre as partes, pagável à vista, passando o CESSIONÁRIO a ser o único e legítimo proprietário dos créditos.

10.3.1. Pela assinatura no TERMO DE CESSÃO a CEDENTE transfere a titularidade dos seus DIREITOS ao CESSIONÁRIO.

10.3.2. Uma vez firmado o TERMO DE CESSÃO pela CEDENTE e pelo CESSIONÁRIO, representado pela ADMINISTRADORA, esta enviará instrução ao BANCO CUSTODIANTE para que este transfira o montante total discriminado no TERMO DE CESSÃO para a conta corrente bancária da CEDENTE indicada no documento.

10.4. A CEDENTE obriga-se a dar ciência aos DEVEDORES da alienação dos títulos, no ato da negociação, informando-lhes que o respectivo pagamento deverá ser feito somente ao CESSIONÁRIO.

11. LIQUIDAÇÃO DAS CESSÕES

11.1. O CESSIONÁRIO pagará pelo valor objeto das cessões dos DIREITOS CREDITÓRIOS através de TED ou outra forma autorizada pelo Banco Central do Brasil, diretamente à CEDENTE.

11.1.1. Só serão admitidas remessas para a conta corrente da própria CEDENTE, ou seja, não serão efetuadas remessas para contas de terceiros, ainda que sejam pessoas ligadas a CEDENTE.

11.2. O pagamento de cada cessão de crédito ocorrerá na data da assinatura do TERMO DE CESSÃO pela CEDENTE e pelo CESSIONÁRIO, respeitada os horários estabelecidos em comum acordo com o custodiante, previamente notificada às partes deste instrumento através de correspondência, fax ou correio eletrônico.

11.3. Para a realização dos pagamentos a CEDENTE indicará a conta bancária, a ser consignada em cada TERMO DE CESSÃO de crédito.

11.4 Com o pagamento realizado conforme o procedimento acima e no valor informado no TERMO DE CESSÃO, a CEDENTE confere ao CESSIONÁRIO a mais ampla, rasa e geral quitação, para não mais reclamar a respeito do negócio realizado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - COBRANÇA E PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS AO CESSIONÁRIO

12.1. A cobrança dos DIREITOS CREDITÓRIOS será feita:

a) Por meio do depósito dos cheques emitidos para a liquidação dos DIREITOS CREDITÓRIOS cedidos (endossados pela CEDENTE ao CESSIONÁRIO; por chancela mecânica ou eletrônica) e entregues ao BANCO COBRADOR para guarda e cobrança, na conta corrente que o CESSIONÁRIO mantém no BANCO COBRADOR.

b) No caso de duplicatas e outros títulos, as cobranças sendo feitas por meio de boletos bancários emitidos pelo BANCO COBRADOR ou pela CONSULTORIA tendo o CESSIONÁRIO por favorecido.

12.2. O recebimento dos DIREITOS CREDITÓRIOS, resultante da liquidação dos boletos e cheques relativos às operações realizadas com base neste Contrato, será realizado direto e exclusivamente em conta corrente do CESSIONÁRIO junto ao BANCO COBRADOR.

12.3. Consideram-se, para todos os efeitos legais, liquidados os DIREITOS CREDITÓRIOS no momento em que o DEVEDOR ou terceiro efetuar o seu respectivo pagamento.

12.3.1. Na eventualidade da não liquidação dos créditos cedidos, será a CEDENTE comunicada para cumprir com a prestação constante no título no prazo de 24 (vinte e quatro horas), sob pena de decorrido o prazo citado ser aplicados sobre o crédito inadimplido, em relação à CEDENTE, correção monetária e juros, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do título.

12.3.2. Para o exercício do direito de regresso contra os co-obrigados pelo pagamento e encontrando-se a CEDENTE em mora no cumprimento de sua obrigação, o respectivo título de crédito será apontado no Tabelionato de Protesto, no prazo legal.

13. CONFIDENCIALIDADE

13.1. As cláusulas deste Contrato são estritamente confidenciais. Nenhuma das partes pode prestar informações a terceiros do seu conteúdo ou das transações com base nele realizadas sem o prévio consentimento por escrito da outra parte, exceto nos seguintes casos:

a) Quando o fornecimento da informação seja obrigatório por lei, à regulamentação ou por qualquer determinação governamental ou judicial que deva ser cumprida;

b) Quando forem informações que devam ser transmitidas aos advogados, contadores, auditores, agências de rating, cotistas ou demais pessoas físicas ou jurídicas envolvidas no desenvolvimento dos serviços objeto deste Contrato, sempre dentro do curso normal de seus negócios, desde que os mesmos estejam cientes da natureza confidencial das informações e, também, concordem em manter o sigilo das mesmas.

14. NATUREZA EXECUTIVA DESTE CONTRATO

14.1. A este Contrato, assinado pelas partes e por duas testemunhas, e aos TERMOS DE CESSÃO dele decorrentes, atribui-se a condição de título executivo extrajudicial nos termos dos Artigos 583 e 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

14.1.1. A liquidez deste Contrato, para fins legais, será apurada pela soma dos valores do (s) título(s) cedido(s) e não liquidado(s) pelo(s) DEVEDOR (ES), por qualquer motivo: (I) por vício do crédito ou título; (II) por simples inadimplemento.

15. SITUAÇÃO DAS CESSÕES DE CRÉDITO EFETUADAS NO CASO DE FALÊNCIA DA CEDENTE

15.1. Em caso de falência da CEDENTE, nos termos do Artigo 136, Parágrafo Primeiro, da Lei Número 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresaria), não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos portadores dos valores mobiliários emitidos pelo CESSIONÁRIO.

16. COMUNICAÇÕES

16.1. Todas as demandas e notificações judiciais envolvendo as partes serão feitas através de procedimentos processuais específicos e nos endereços indicados neste Contrato, porém, as notificações extrajudiciais e demais correspondências poderão ser trocadas entre as partes através de carta simples, com AR e até mesmo por correio eletrônico, direcionadas aos representantes de cada uma das partes, já indicados no prefácio deste Contrato.

17. LIBERALIDADE

17.1. O não exercício, por qualquer das partes, de DIREITOS relativos ao presente Contrato será considerado como mera liberalidade e tolerância, não representando, em hipótese alguma, novação, revogação ou renúncia aos mesmos ou direito de exigi-los no futuro.

18. INTEGRIDADE DO CONTRATO

18.1. Este Contrato constitui o entendimento integral entre as partes contratantes e revoga expressamente todas e quaisquer tratativas ou discussões entre elas em relação ao objeto deste instrumento.

19. ALTERAÇÕES

19.1. Nenhuma alteração ao presente Contrato será considerada válida a menos que acordada expressamente por meio de aditamento contratual assinado pelas partes.

19.2. A renúncia, escrita ou verbal, por qualquer das partes, de qualquer direito oriundo deste Contrato dado em uma ocasião, não as obrigará em qualquer ocasião subsequente, sendo que uma concessão dada por qualquer das partes não será tratada como uma variação deste Contrato, a menos que expressamente avençada por escrito como alteração, de conformidade com o constante no item anterior desta cláusula.

20. INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES

20.1. Se qualquer condição deste Contrato for considerada nula, inexecutável ou sem efeito, no todo ou em parte, as demais condições deverão permanecer válidas e serão interpretadas de forma a preservar a validade do seu restante e os propósitos que as partes atribuíram ao mesmo.

21. VIGÊNCIA

21.1. O presente Contrato vigorará por prazo indeterminado ou durante o prazo de duração porventura estabelecido no Regulamento do CESSIONÁRIO.

22. EXTINÇÃO DO CONTRATO

22.1. - Este Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, se a CEDENTE deixar de cumprir qualquer obrigação assumida neste Contrato ou se verificar que prestou declarações inverídicas, neste instrumento ou em qualquer dos TERMOS DE CESSÃO.

22.1.1. Em caso de rescisão, o CESSIONÁRIO permanece com o direito de receber todos os créditos que tiverem sido transferidos, inclusive pela via judicial.

22.1.2. Se a rescisão tiver ocorrido por descumprimento contratual, ou dolo da CEDENTE, esta responderá por todas as obrigações assumidas neste instrumento, além das perdas e danos sofridos pelo CESSIONÁRIO.

22.2. Este Contrato poderá ser denunciado, pela CEDENTE ou pelo CESSIONÁRIO, a qualquer tempo, sem ônus algum, obrigando-se às partes a não efetuarem mais nenhuma cessão de crédito entre si a partir de então.

22.2.1. Neste caso, para as cessões já realizadas, o Contrato mantém sua eficácia.

22.2.2. Se, no entanto, após a denúncia, por engano ou equívoco das partes, for realizada qualquer cessão de crédito, aplicam-se a ela as mesmas regras e cláusulas deste Contrato.

23. OMISSÕES

23.1. Os casos omissos resolver-se-ão pela legislação comercial e civil em vigor, pelas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e pelos princípios gerais do direito do comércio.

24. FORO

24.1. Todas as obrigações aqui assumidas, serão satisfeitas no endereço do CESSIONÁRIO, bem como, o FORO, competente para dirimir quaisquer controvérsia desse instrumento será o da Comarca do CESSIONÁRIO, com renúncia a qualquer outro.

24.2. A critério exclusivo do CESSIONÁRIO, este poderá interpor medida no FORO do domicílio do CEDENTE ou dos RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS aqui estabelecidos, para a propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao presente Contrato.

24.3 - A CEDENTE declara estar ciente que uma vez ter a assinatura do contrato firmado entre as partes, bem como dos documentos deste contrato decorrentes, sido firmadas de forma eletrônica, com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, o uso de senhas fornecidas pelo FUNDO à CEDENTE para a realização das operações, ou o uso dos e-CPF e/ou e-CNPJ utilizados também quando das assinaturas das operações de cessão, serão de responsabilidade exclusiva da CEDENTE, cabendo assim à mesma o monitoramento e o cuidado com o fornecimento das referidas senhas e chaves de acesso a seus prepostos.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Contrato na presença de duas testemunhas.

São Paulo, 06/06/2011.

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representate(s) do Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Responsável(eis) Solidário(s)

Cônjuge(s) Responsável(eis) Solidário(s)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fiel(is) Depositário(s)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante(s) da Contratada

GRADUAL CORRETORA DE CAMBIO, TIT. E VLRS MOBILIARIOS SA

Representante da Anuente Consultoria Especializada

ANA CRISTINA SILVEIRA

Testemunhas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

Demonstrações Financeira do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos
Creditórios Multisetorial
CNPJ nº 09.257.784/0001-02**
(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e
Valores Mobiliários S.A. – CNPJ Nº 33.918.160/0001-73)

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2010 e 2009



Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro 2010 e 2009

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Demonstrativo da composição e diversificação da carteira	5
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7 - 20



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Cotistas e à Administradora do

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial ("Fundo"), que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 31 de dezembro de 2010 e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho das suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, de acordo com as normas vigentes à época da emissão do relatório em 15 de maio de 2010, que não conteve qualquer modificação.

São Paulo, 8 de julho de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira

em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificação	Valor atual	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades	235	0,82
Banco conta movimento	235	0,82
Aplicações interfinanceiras de liquidez	584	2,03
Operações Compromissadas - NTN-B	584	2,03
Títulos e Valores Mobiliários	13	0,05
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	13	0,05
Direitos creditórios	28.877	100,16
Direitos creditórios a vencer	24.862	86,23
Direitos creditórios vencidos	2.403	8,33
Cédulas de crédito bancário - CCB	1.940	6,73
(-) Provisão de créditos e liquidação duvidosa (PCLD)	(328)	(1,14)
Valores a receber	461	1,60
Direitos creditórios a liquidar	583	2,02
(-) Provisão de créditos e liquidação duvidosa (PCLD)	(122)	(0,42)
Valores a pagar	(1.338)	(4,64)
Taxa de administração	(11)	(0,04)
Direitos creditórios a liquidar	(1.316)	(4,56)
Outros	(11)	(0,04)
Patrimônio líquido	28.832	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2010	2009
Patrimônio líquido no início do exercício		
Cotas subordinadas 5.640,2604 cotas a R\$ 1.917,7983	10.817	-
Cotas seniores I 400,0000 cotas a R\$ 1.242,7811	497	-
Cotas subordinadas 5.640,2604 cotas a R\$ 1.291,1218		7.282
Cotas seniores 400,0000 cotas a R\$ 1.119.9873		448
Cotas emitidas		
Cotas subordinadas 215,6348 cotas	480	-
Cotas seniores III 99,6408 cotas	10.000	-
Cotas mezanino 25,1969 cotas	2.523	-
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	<u>24.317</u>	<u>7.730</u>
Resultado do período		
Receitas	<u>6.511</u>	<u>3.962</u>
Rendas com direitos creditórios	6.455	3.915
Rendas de títulos e valores mobiliários	56	47
Despesas	<u>(1.996)</u>	<u>(378)</u>
Provisão para perdas com direitos creditórios	(406)	(44)
Taxa de administração	(73)	(56)
Despesas de Consultoria	(991)	-
Despesas administrativas	(526)	(278)
Resultado do exercício	<u>4.515</u>	<u>3.584</u>
Patrimônio líquido do final do exercício	<u><u>28.832</u></u>	<u><u>11.314</u></u>
Cotas subordinadas 5.855,8952 cotas a R\$ 2.665,0406	15.606	-
Cotas mezanino 25,1969 cotas a R\$ 101.748,2956	2.564	-
Cotas seniores I 400,0000 cotas a R\$ 1.376,9064	551	-
Cotas seniores III 99,6408 cotas a R\$ 101.473,1977	10.111	-
Cotas subordinadas 5.640,2604 cotas a R\$ 1.917,7982	-	10.817
Cotas seniores 400,0000 cotas a R\$ 1.242,7811	-	497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial iniciou suas atividades em 19 de fevereiro de 2008 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

O Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido em:

- (a) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil;
- (b) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional;
- (c) Certificados e recibos de depósito bancário exclusivamente das instituições financeiras nacionais, denominadas por Banco Itaú, Banco Bradesco, Banco do Brasil e Banco HSBC, com prazo máximo da operação de 30 (trinta) dias
- (d) Cotas de fundos de investimentos administrados pelas instituições financeiras nacionais, denominadas comercialmente por Banco Itaú, Banco Bradesco, Banco do Brasil e Banco HSBC cuja classificação de risco seja equivalente ou superior a do Fundo; desde que os referidos fundos adquiram exclusivamente os ativos listados nos itens “a”, “b”, e “c” acima;
e
- (e) Valores Mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), cuja classificação de risco seja equivalente ou superior a do Fundo.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, não há garantia de eliminação dos riscos relacionados ao Fundo e podem colocar em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem, os quais sujeitam-no às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez - Operações compromissadas

São operações com compromisso de recompra com vencimento em data futura, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Títulos públicos

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos (nota explicativa nº 4)

c. Direitos creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

d. Direitos creditórios vencidos

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

e. Direitos creditórios a liquidar

O saldo de R\$ 1.316, registrado em “valores a pagar”, refere-se a direitos creditórios liquidados por meio de depósito efetuados em contas correntes do Fundo a serem identificados posteriormente pela Administradora e Custodiante/Controlador.

f. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

O Fundo considera como perda todos os direitos creditórios em atraso superior a 180 dias. Nesses casos, efetua a provisão da integralidade dos valores devidos e não pagos no fundo.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Caso os créditos inadimplentes sejam de alguma forma, recuperados após o registro da PCLD, estes são destinados exclusivamente e integralmente ao Fundo sendo revertida a provisão anteriormente constituída.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa feita pelo Fundo atinge ainda os demais direitos creditórios, do mesmo devedor inadimplente, ou seja, estabelece-se o maior risco de provisão, mesmo que ainda não conhecidas, por se referirem a direitos de crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- (i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

a. Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Títulos para negociação	Curva	Valor de mercado	Faixas de vencimento
Títulos de emissão do Tesouro Nacional:			
Nota do Tesouro Nacional – Série B	<u>13</u>	<u>13</u>	Após 1 ano
Total dos títulos para negociação	<u>13</u>	<u>13</u>	

b. Valor de mercado

O valor de mercado é atualizado com base nos preços unitário de fechamento divulgado nos boletins publicados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais).

5 Direitos creditórios

a. Critérios de elegibilidade

Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo deverão atender cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- Devem ser representados por duplicatas, cédulas de crédito bancárias – CCB, cheques, cédulas hipotecárias, cédulas de crédito imobiliário – CCI, contratos de arrendamento mercantil e notas promissórias originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem no setores industrial, comercial, imobiliário ou de prestação de serviços no Brasil;
- Os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- Os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito lastreados em Duplicatas e cheques, devem ser de no mínimo de 5 (cinco) dias e no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão.
- Os prazos de vencimento dos Direitos Creditórios lastreados em notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil, cédulas hipotecárias, cédula de crédito bancário – CCB, devem ser de, no máximo, 720 (setecentos e vinte) dias, sendo que o prazo médio não poderá ser superior a 390 (trezentos e noventa) dias contados da data da formalização da respectiva cessão; e
- O prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado pro forma antes da aquisição pretendida; e
- Devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, calculado pro forma antes da aquisição pretendida, exceto com relação aos Grupos Econômicos que serão verificados pela Consultora.
- Os direitos de crédito adquiridos de um cedente não poderão ter origem em operação da empresa cedente com empresa sacada pertencente ao mesmo Grupo Econômico

b. Composição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Nível de risco	Título		PCLD	
	A vencer	Vencidos	%	Valor
Até 14 dias	23.965	579	0,5	123
Entre 15 e 30 dias	138	298	1,0	4
Entre 31 e 60 dias	759	1.310	3,0	62
Entre 61 e 90 dias	-	58	10,0	6

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Nível de risco	Título		PCLD	
	A vencer	Vencidos	%	Valor
Entre 91 e 120 dias	-	7	30,0	2
Entre 121 e 150 dias	-	7	50,0	3
Entre 151 e 180 dias	-	55	70,0	39
Superior a 180 dias	<u>-</u>	<u>89</u>	100,0	<u>89</u>
	<u>24.862</u>	<u>2.403</u>		<u>328</u>

Adicionalmente a PCLD acima, durante o exercício foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 122, referente aos títulos protestados e por decurso de prazo.

c. Movimentação da Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa

Saldo em 31 de dezembro de 2009	R\$ 44
Constituições	R\$ 406
Saldo em 31 de dezembro de 2010	R\$ 450

d. Recompras de direitos creditórios

A CEDENTE dos direitos creditórios assume a responsabilidade de, concluída a operação e sobrevindo à constatação de vícios ou de quaisquer exceções na origem dos créditos negociados do Fundo ou, na impossibilidade de recompra, indenizar o Fundo, pelo valor de face do título negociado, acrescido de multa e de juros moratórios e juros compensatórios de atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, sendo que a multa e os juros moratórios estão estabelecidos em cada contrato de cessão.

Caso seja cientificada da constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções, o prazo para a CEDENTE recomprar os créditos está definido no contrato de cessão.

Durante o exercício ocorreram recompras no montante de R\$ 6.342.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

6 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo não poderá realizar operações em mercado de derivativos e ou liquidação futura ou a termo, em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, ficando vedada, inclusive, a realização de operações para fins de proteção (hedge).

7 Gerenciamento de riscos

Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos as flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociações atípicas do mercado de atuação e, apesar de a Administradora manter sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista.

O risco do Fundo está diretamente ligado às aplicações efetuadas na forma da sua política de investimento, definida em seu Regulamento, cujo cumprimento é monitorado pelo Sistema de Controle de Fundos da Administradora. Além disso, os riscos relacionados ao Fundo encontram-se descritos em seu Regulamento e em seu Prospecto.

8 Características e valorização das cotas

O Fundo poderá emitir cotas de classe sênior, subordinada e subordinada mezanino.

- (a) **Cotas Seniores** – São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate. Seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação do seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da cota sênior no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (b) **Cotas Subordinadas** – São aquelas que se subordinam às cotas seniores para efeito de amortização e resgate. Após a incorporação dos resultados acima descritos para as cotas seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às cotas subordinadas. As cotas subordinadas possuem direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceto aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de Eventos de Liquidação ou de Avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Consultora das suas obrigações, sendo que a cada cota subordinada corresponderá 01 (um) voto.
- (c) **Cotas Mezanino** – São aquelas que se subordinam às cotas seniores e tem prioridade em relação às cotas subordinadas para fins de amortização e/ou resgate. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores em circulação quando da sua emissão. Terá seu valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate. As cotas mezanino possuem direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada cota mezanino corresponderá 01 (um) voto.

9 Emissões e resgates de cotas

a. Emissão

As Cotas Seniores, Cotas Subordinadas e Cotas Subordinada Mezanino serão emitidas por seu valor calculado na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Cota de D0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

O valor mínimo para a subscrição inicial de cotas é de R\$ 100 (cem mil reais).

b. Resgate

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Cotas Seniores e as Cotas Mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas datas de resgate, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo suplemento de emissão das referidas, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

c. Amortização

As Cotas Seniores e as Cotas Mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas datas de resgate, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo suplemento de emissão das referidas cotas.

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas parcialmente por decisão da instituição administradora, homologada pela assembléia de cotistas, sempre que o seu valor representar mais de 159% (cento e cinquenta e nove por cento) do patrimônio do Fundo.

O total da amortização deve ser tal que a relação entre as cotas subordinadas e as cotas mezanino seja superior a 50% (cinquenta por cento), o excesso de cobertura.

10 Taxa de administração

Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, que incluem a gestão da carteira, o Fundo paga a taxa de 0,50% (meio por cento) ao ano sobre o patrimônio de até R\$ 20.000 ou 0,40% (quatro décimos por cento) sobre a parcela do patrimônio que exceder R\$ 20.000, calculada diariamente sobre o patrimônio líquido diário do fundo e paga mensalmente até o quinto dia útil do mês subsequente.

O valor mínimo mensal da taxa de administração é de R\$ 5.

No exercício foi apropriada a importância de R\$ 73 (R\$ 56 no exercício de 2009) a título de taxa de administração, sendo que, não há cobrança de taxa de *performance* por parte da administradora.

Além da taxa de administração, o Fundo está sujeito às taxas de administração dos fundos nos quais porventura invista.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

11 Custódia

Os títulos representativos dos direitos creditórios são custodiados sob responsabilidade do Banco Paulista S.A. Os títulos públicos e as operações compromissadas estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.

O controle das cotas do Fundo está sob responsabilidade do Administrador e a guarda da documentação dos títulos dos direitos creditórios, em conformidade com o contrato de cessão está sob responsabilidade da Empresa de Consultoria Especializada AAS Fomento S/A na condição de fiel depositário.

12 Operações do Fundo com Administrador/Gestor e/ou empresas ligadas

O Fundo não possui ativos emitidos por empresas ligadas.

13 Evolução do valor da cota e rentabilidade

Data	Valor da cota sênior I	Rentabilidade %	Data	Valor da cota subordinada	Rentabilidade %
31/12/2010	1.376,9064	10,79	31/12/2010	2.665,0406	38,96
31/12/2009	1.242,7811	10,96	31/12/2009	1.917,7982	48,53
31/12/2008	1.119,9873	11,99	31/12/2008	1.291,1218	29,11
19/02/2008*	1.000,0000	-	19/02/2008*	1.000,0000	-
31/12/2010	101.473,1977	1,47	31/12/2010	101.748,2956	1,75
24/11/2010*	100.000,0000	-	24/11/2010*	100.000,0000	-

* Início das atividades do Fundo

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As cotas seniores são remuneradas de acordo com as meta de rentabilidade prioritária definida em cada suplemento, conforme abaixo:

Cota Senior I: 110% do CDI over, com base no período de 252 dias

Cota Senior III: 135% do CDI over, com base no período de 252 dias

Cota Mezanino: 160% do CDI over, com base no período de 252 dias

14 Divulgação das informações

As informações obrigatórias sobre o fundo ficam disponíveis na sede da Administradora.

15 Legislação tributária

Imposto de renda

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

Seguindo a expectativa da Administradora e do Gestor de manter a carteira do Fundo, exceto de direitos creditórios, com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, de acordo com o prazo de aplicação contado entre a data de aplicação e a data do resgate:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos às regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Administradora envidará seus melhores esforços para que o Fundo mantenha o prazo médio de sua carteira de Ativos Financeiros em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo, para fins tributários, como um fundo de investimento de longo prazo, exceto de direitos creditórios, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 487, de 30 de dezembro de 2004, emanada pela Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda, conforme alterada, de tempos em tempos, ou conforme a regulamentação que venha a substituí-la, durante o prazo de duração do Fundo.

16 Política de distribuição dos resultados

Os resultados auferidos são imediatamente reinvestidos no Fundo mediante a valorização das cotas.

17 Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

A Administradora contratou o Banco Paulista S.A. para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

18 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que a Administradora, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes relacionados aos fundos de investimento por ele administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais seja o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários SA.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

19 Demandas judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a Administração do Fundo.

20 Informações adicionais

Em 10 de setembro de 2010 foi realizada Ata de Assembléia Geral Ordinária, para deliberação de alteração e inserção dos artigos 15º, 22º, 31º, 72º, 76º do Regulamento.

* * *

Gerson Luiz Mendes de Brito
Contador CRC 1SP112144/O-0

Pedro Paulo Bartolomei da Silveira
Diretor responsável

ANEXO IV

Relatório da Agência Classificadora de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 23 de março de 2012

Comunicado à Imprensa

Standard & Poor's reafirma ratings do Sul Invest FIDC após alterações na estrutura

Analistas Principais: Hebertt Soares, São Paulo, (55) 11 3039-9742, hebertt_soares@standardandpoors.com e Maria Renata Lotfi, São Paulo, 55 (11) 3039-9724, renata_lotfi@standardandpoors.com

Analista de Monitoramento: Gustavo Belger, São Paulo, (55) 11 3039-9743, gustavo_belger@standardandpoors.com

Diretor Analítico: Juan Pablo De Molleín, Emerging Markets, Structured Finance, Nova York, (1) 212-438-2536, juan_demollein@standardandpoors.com

Resumo

- A afirmação segue-se às alterações no regulamento da transação referentes à prioridade de amortização e/ou resgate das Cotas Mezanino II em relação às Cotas Mezanino I;
- Os ratings preliminares 'brAA (sf)' atribuídos à segunda, terceira, quarta e quinta séries de cotas seniores do Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial (Sul Invest FIDC) indicam que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência.
- Os ratings preliminares 'brB (sf)' atribuído à primeira e à segunda classes de cotas mezanino do Sul Invest FIDC indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC, são MAIS VULNERÁVEIS a perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.
- O reforço de qualidade de crédito disponível às cotas seniores e subordinadas mezanino é proporcionado pela subordinação de cotas e spread excedente.

São Paulo (Standard & Poor's), 23 de março de 2012 — A Standard & Poor's Ratings Services reafirmou hoje os ratings preliminares 'brAA (sf)' e 'brB (sf)' atribuídos, respectivamente, às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino do Sul Invest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial (Sul Invest FIDC). A reafirmação segue-se às alterações no regulamento da transação referentes à prioridade de amortização e/ou resgate das Cotas Mezanino II em relação às Cotas Mezanino I. Na avaliação da Standard & Poor's, tais alterações não impactam os níveis de proteção de crédito mínimos disponíveis às cotas seniores e mezanino, que mantiveram-se inalterados.

Ainda que as cotas mezanino I sejam agora subordinadas às cotas mezanino II, essa proteção de crédito adicional será limitada e temporária, uma vez que as cotas mezanino I apresentam um prazo de vencimento inferior ao das cotas mezanino II, ainda não emitidas.

Os direitos creditórios elegíveis que lastreiam o Sul Invest FIDC incluem duplicatas e cheques. O FIDC também pode adquirir cédulas de crédito bancário (CCBs), limitadas a um total de 10% de seu patrimônio líquido (PL). O FIDC realiza compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis. Assim que os direitos creditórios são pagos, novos direitos creditórios elegíveis podem ser adquiridos.

O rating preliminar 'brAA (sf)' atribuído às segunda, terceira, quarta e quinta séries de cotas seniores do Sul Invest FIDC expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas, e indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem proteção MUITO FORTE

contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

O rating preliminar 'brB (sf)' atribuído à primeira e segunda classe de cotas mezanino do Sul Invest FIDC expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas. O rating preliminar atribuído a estas cotas indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC, são MAIS VULNERÁVEIS a perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

O reforço de qualidade de crédito disponível às cotas seniores e subordinadas mezanino é proporcionado pela subordinação de cotas (mínimo de 37,1% para a segunda e terceira série de cota seniores, 31,0% para a quarta e quinta séries de cotas seniores, 22,3% para a primeira classe de cotas mezanino e 18,6% para a segunda classe de subordinadas mezanino). O FIDC também pode se beneficiar de um spread excedente, quando houver, proporcionado pela taxa de desconto aplicada na aquisição dos recebíveis elegíveis, que deve ser equivalente ao maior entre 165% da Taxa DI Over e os custos esperados do FIDC (rentabilidade-alvo ponderada das cotas acrescida de um spread de 1% a.a. e dos custos fixos e taxas esperados do FIDC).

Resumo das Ações de Rating				
Instrumento	De	Para	Montante Preliminar (em milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
2a série de cotas seniores	brAA (sf) preliminar	brAA (sf) preliminar – reafirmação	20,2*	23 de outubro de 2013
3a série de cotas seniores	brAA (sf) preliminar	brAA (sf) preliminar – reafirmação	21,7*	23 de outubro de 2013
4a série de cotas seniores	brAA (sf) preliminar	brAA (sf) preliminar – reafirmação	17,5	36 meses após a data de emissão
5a série de cotas seniores	brAA (sf) preliminar	brAA (sf) preliminar – reafirmação	17,5	60 meses após a data de emissão
Cota Mezanino I	brB (sf) preliminar	brB (sf) preliminar – reafirmação	5,7*	23 de outubro de 2013
Cota Mezanino II	brB (sf) preliminar	brB (sf) preliminar – reafirmação	10,0	48 meses após a data de emissão
* Valores aproximados do Patrimônio Líquido em circulação em 30 de novembro de 2011.				

A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito da Standard & Poor's atende emissores, seguradores, terceiros, intermediários e investidores no mercado financeiro brasileiro para oferecer tanto ratings de crédito de dívida (que se aplicam a instrumentos específicos de dívida) quanto ratings de crédito de empresas (que se aplicam a um devedor). Os ratings de crédito na Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos de rating globais da Standard & Poor's com a adição do prefixo "br" para indicar "Brasil", e o foco da escala é o mercado financeiro brasileiro. A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito não é diretamente comparável à escala global da Standard & Poor's ou a qualquer outra escala nacional utilizada pela Standard & Poor's ou por suas afiliadas, refletindo sua estrutura única, desenvolvida exclusivamente para atender as necessidades do mercado financeiro brasileiro.

Publicações Relacionadas

- **"Metodologia e Premissas Utilizadas na Análise de Rating de Operações Estruturadas de Recebíveis Comerciais no Brasil,"** publicado em 13 de maio de 2009;
- **"Ratings em Retrospectiva: Recorde de novas emissões de operações estruturadas brasileiras no segundo semestre de 2011; ratings mantêm-se estáveis"** publicado em 6 de março de 2012
- **"Global Structured Finance Scenario and Sensitivity Analysis: The Effects of The Top Five Macroeconomic Factors"**, publicado em 4 de novembro de 2011
- **"Methodology: Credit Stability Criteria"**, publicado em 3 de Maio de 2010
- **"Counterparty And Supporting Obligations Methodology And Assumptions"**, publicado em 6

de Dezembro de 2010.

Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's

A Regra 17g-7 da Securities And Exchange Commission (SEC) exige que uma Organização Nacionalmente Reconhecida de Ratings Estatísticos (NRSRO, na sigla em inglês) inclua uma descrição das representações, garantias e mecanismos de execução disponíveis aos investidores e uma descrição de como estes se diferem das representações, garantias e mecanismos de aplicação em emissões de títulos similares, no caso de qualquer relatório que acompanhe um rating de crédito relacionado a um título lastreado por ativos como definido na Regra.

O Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's 17g-7 incluso neste relatório de rating está disponível em <http://standardandpoorsdisclosure-17g7.com/1111347.pdf>

Copyright© 2012 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completitude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

Deliberações da Administradora de 19 de dezembro de 2011 e de 7 de março de 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL**

CNPJ nº 09.257.784/0001-02

DELIBERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 33.918.160/0001-73 ("Administradora"), na qualidade de instituição administradora do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - MULTISETORIAL**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.257.784/0001-02 ("Fundo"), resolve, observado o disposto nos artigos 34 e 36 do regulamento do Fundo ("Regulamento"):

1. Deliberar a emissão de (a) até 175 (cento e setenta e cinco) cotas seniores da 4ª série, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) cada ("Cotas Seniores da 4ª Série"), perfazendo o volume total de emissão de até R\$17.500.000,00 (dezesete milhões e quinhentos mil reais), as quais serão distribuídas nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003; (b) até 175 (cento e setenta e cinco) cotas seniores da 5ª série, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) cada ("Cotas Seniores da 5ª Série"), perfazendo o volume total de emissão de até R\$17.500.000,00 (dezesete milhões e quinhentos mil reais), as quais serão distribuídas nos termos da Instrução CVM nº 400/03; e (c) até 100 (cem) cotas subordinadas mezanino da classe II, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) cada ("Cotas Mezanino II"), perfazendo o volume total de emissão de até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), as quais serão distribuídas nos termos da Instrução CVM nº 400/03.
2. Aprovar os suplementos constantes dos anexos I, II e III, relativos, respectivamente, às Cotas Seniores da 4ª Série, às Cotas Seniores da 5ª Série e às Cotas Mezanino II, contendo os termos e condições específicos a que tais cotas estão sujeitas no que diz respeito à quantidade de cotas, data de emissão, amortização, data de resgate e meta de remuneração prioritária. Os suplementos em questão passam, a partir desta data, a integrar o Regulamento.
3. Este documento será registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo.

São Paulo, 19 de dezembro de 2011

[Assinatura]
GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas.

1. *[Assinatura]*
Nome: *[Assinatura]*
RG: 18.853.751
CPF: 151.510.868-63

2. *[Assinatura]*
Nome: *[Assinatura]*
RG: 18.060.083-7
CPF: 037.613.673-13

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 - 7º Andar
Itaim Bibi - São Paulo - SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466


GRADUAL
INVESTIMENTOS

2º

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77
Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - Sé - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP
Emol. R\$ 5.703,84 Protocolado e prenotado sob o n. **3.479.520** em
Estado R\$ 1.621,10 **20/12/2011** e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp R\$ 1.200,81 sob o n. **3.479.520**, em títulos e documentos.
R. Civil R\$ 300,21 Averbado à margem do registro n. **3477777**
T. Justiça R\$ 300,21 São Paulo, 20 de dezembro de 2011

Total R\$ 9.126,17

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba


Gentil Domingues dos Santos - Oficial
Marcelo S. Espedito - Escrevente Autorizado

ANEXO I

SUPLEMENTO DAS COTAS SENIORES DA 4ª SÉRIE

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

Suplemento das Cotas Seniores da 4ª série do

**SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL**

CNPJ nº 09.257.784/0001-02

A 4ª série de Cotas Seniores do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL** ("Fundo"), emitida nos termos da última versão do Regulamento, datada de 28 de outubro de 2011 e registrada no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº 3.475.099, terá as seguintes características:

- a) quantidade de Cotas Seniores da 4ª série: até 175 (cento e setenta e cinco);
- b) Data de Emissão de Cotas: será a data da primeira integralização de Cotas Seniores da 4ª série;
- c) prazo das Cotas Seniores da 4ª série: 36 (trinta e seis) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas;
- d) Amortização Programada:

Nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono) e 25º (vigésimo quinto) meses, contados a partir do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) do respectivo mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Seniores da 4ª série serão amortizadas em valor equivalente ao da valorização apurada nos termos do item "e" abaixo, observada a seguinte fórmula:

$$AMT = VCS_t - VCS_g$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono) e 25º (vigésimo quinto) meses, por Cota Senior da 4ª Série, na Data de Amortização;

VCS_t = valor da Cota Sênior da 4ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ; e

VCS_g = valor da Cota Sênior da 4ª Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Emissão de Cotas.

Sem prejuízo do disposto acima, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Seniores da 4ª série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSerie} - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, a partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, por Cota Sênior da 4ª série, na Data de Amortização;

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

VCS_t = conforme definido acima;

$PrazoSerie$ = número de meses do prazo da Cota Senior da 4ª série, conforme definido neste Suplemento; e

M = número do mês, contado a partir da Data de Emissão de Cotas, da ordem da parcela de Amortização Programada a ser calculada;

Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as Amortizações Programadas que vierem a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva Cota Sênior da 4ª série. Nesse sentido, somente após a Amortização Programada integral de montante correspondente ao valor do principal da Cota Senior da 4ª série é que o valor referente à valorização da Cota Senior da 4ª série passará a ser amortizado;

e) Data de Resgate: será a última Data de Amortização das Cotas Seniores da 4ª série, conforme previsto no item “d” acima;

f) meta de rentabilidade prioritária: desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 4ª série serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas, por 130% (cento e trinta por cento) da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“Taxa DI”), conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCS_t = valor da Cota Sênior da 4ª série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCS_{t-1} = valor da Cota Sênior da 4ª série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

AMT_{t-1} = valor da Amortização Programada, por Cota Sênior da 4ª série, na data $t - 1$, se houver;

$FatorCap_t$ = fator correspondente à Taxa DI na data t , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{S}{360}} - 1 \right] \times \frac{S}{100} \right\}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI do dia útil imediatamente anterior à na data t ; e

S = sobretaxa, sendo igual a 130 (cento e trinta); e

g) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais).

As Cotas Seniores da 4ª série terão os mesmos poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais séries de Cotas Seniores no Regulamento, exceto com relação à Amortização Programada e à meta de remuneração prioritária, especificadas e expressamente previstas neste Suplemento. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, não haverá prioridade entre as Cotas Seniores de diferentes séries para fins de amortização e/ou resgate.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 19 de dezembro de 2011.

Glizete M. de Moraes
Glizete M. de Moraes
Procuradora
Antonio dos Santos
Administrador
GRADUAL CORRETORA DE CAMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas:

1. *[Assinatura]*
Nome: *Anderson G. Novais*
RG: *18.859.757*
CPF: *151.510.863-63*

2. *[Assinatura]*
Nome: *Forney Costa Spanandis*
RG: *18.060.083-7*
CPF: *03.761.367-13*

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

ANEXO II

SUPLEMENTO DAS COTAS SENIORES DA 5ª SÉRIE

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

Suplemento das Cotas Seniores da 5ª Série do

**SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL**

CNPJ nº 09.257.784/0001-02

A 5ª série de Cotas Seniores do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL** ("Fundo"), emitida nos termos da última versão do Regulamento, datada de 28 de outubro de 2011 e registrada no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº 3.475.099, terá as seguintes características:

- a) quantidade de Cotas Seniores da 5ª série: até 175 (cento e setenta e cinco);
- b) Data de Emissão de Cotas: será a data da primeira integralização de Cotas Seniores da 5ª série;
- c) Prazo das Cotas Seniores da 5ª série: 60 (sessenta) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas;
- d) período de carência: 54 (cinquenta e quatro) meses a contar da Data de Emissão de Cotas;
- e) Amortização Programada:

A partir do 55º (quingüagésimo quinto) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Seniores da 5ª série serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSerie} - (M - 1)} \right) \times VCS_t$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, por Cota Sênior da 5ª série, na Data de Amortização;

VCS_t = valor da Cota Sênior da 5ª série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

PrazoSerie = número de meses do prazo da Cota Sênior da 5ª série, conforme definido neste Suplemento; e

M = número do mês, contado a partir da Data de Emissão de Cotas, da ordem da parcela de Amortização Programada a ser calculada;

Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as Amortizações Programadas que vierem a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva Cota Sênior da 5ª série. Nesse sentido, somente após a Amortização Programada integral de montante correspondente ao valor do principal da Cota Sênior da 5ª série é que o valor referente à valorização da Cota Sênior da 5ª série passará a ser amortizado;

- f) Data de Resgate: será a última Data de Amortização das Seniores da 5ª série, conforme

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

previsto no item "e" acima;

g) meta de rentabilidade prioritária: desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Seniores da 5ª série serão corrigidas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA/IBGE"), acrescida de taxa de juros equivalente a 8% (oito por cento) ao ano, conforme a fórmula abaixo:

$$VCS_t = (VCS_{t-1} - AMT_{t-1}) \times \left[(1 + IPCA)_{\text{dum}} \times (1 + TAXA)^{\frac{t}{252}} \right]$$

Sendo:

VCS_t = valor da Cota Sênior da 5ª série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCS_{t-1} = valor da Cota Sênior da 5ª série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

AMT_{t-1} = valor da Amortização Programada, por Cota Sênior da 5ª série, na data $t - 1$, se houver;

$IPCA$ = variação percentual mensal do IPCA/IBGE referente ao mês vigente; no caso de indisponibilidade do IPCA/IBGE para o mês vigente, será utilizada a última projeção do IPCA/IBGE divulgada pela ANBIMA, na respectiva data de cálculo, não obstante a eventual necessidade de ajuste futuro em decorrência da divulgação, pelo IBGE, do respectivo índice oficial;

dum = número de dias úteis do mês vigente; e

$TAXA$ = taxa de juros equivalente a 8% (oito por cento) ao ano; e

g) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais).

As Cotas Seniores da 5ª série terão os mesmos poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais séries de Cotas Seniores no Regulamento, exceto com relação à Amortização Programada e à meta de remuneração prioritária, especificadas e expressamente previstas neste Suplemento. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, não haverá prioridade entre as Cotas Seniores de diferentes séries para fins de amortização e/ou resgate.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 19 de dezembro de 2011.

[Assinatura]

Gizele Vicente Moura
Procuradora

[Assinatura]

Marcelo dos Santos
Diretor

GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas:

1. *[Assinatura]*
Nome: **Joana G. Neres**
RG: **18.859.75**
CPF: **151.510.868-63**

2. *[Assinatura]*
Nome: **Robson Eze Senhand**
RG: **18060083-7**
CPF: **087.613.678-18**

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 - 7º Andar
Itaim Bibi - São Paulo - SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

GRADUAL
INVESTIMENTOS

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital - SP
MICROFILME 3479520

ANEXO III

SUPLEMENTO DAS COTAS MEZANINO II

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

Suplemento da 1ª emissão de Cotas Mezanino II do

**SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL**

CNPJ nº 09.257.784/0001-02

A 1ª emissão de Cotas Mezanino II do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL** ("Fundo"), emitida nos termos da última versão do Regulamento, datada de 28 de outubro de 2011 e registrada no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº 3.475.099, terá as seguintes características:

- a) quantidade de Cotas Mezanino II: até 100 (cem);
- b) Data de Emissão de Cotas: será a data da primeira integralização de Cotas Mezanino II;
- c) prazo das Cotas Mezanino II: 48 (quarenta e oito) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas;
- d) Amortização Programada:

Nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono), 25º (vigésimo quinto), 31º (trigésimo primeiro) e 37º (trigésimo sétimo) meses, contados a partir do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) do respectivo mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Mezanino II serão amortizadas em valor equivalente ao da valorização apurada nos termos do item "e" abaixo, observada a seguinte fórmula:

$$AMT = VCM_t - VCM_e$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono), 25º (vigésimo quinto), 31º (trigésimo primeiro) e 37º (trigésimo sétimo) meses, por Cota Mezanino II, na Data de Amortização;

VCM_t = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ; e

VCM_e = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Emissão de Cotas.

Sem prejuízo do disposto acima, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Mezanino II serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSerie} - (M - 1)} \right) \times VCM_t$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, por Cota Mezanino II, na Data de Amortização;

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 - 7º Andar
Itaim Bibi - São Paulo - SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

VCM_t = conforme definido acima;

$Prazo_{Serie}$ = número de meses do prazo da Cota Mezanino II, conforme definido neste Suplemento; e

M = número do mês, contado a partir da Data de Emissão de Cotas, da ordem da parcela de Amortização Programada a ser calculada;

Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as Amortizações Programadas que vierem a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva Cota Mezanino II. Nesse sentido, somente após a Amortização Programada integral de montante correspondente ao valor do principal da Cota Mezanino II é que o valor referente à valorização da Cota Mezanino II passará a ser amortizado;

e) Data de Resgate: será a última Data de Amortização das Cotas Mezanino II, conforme previsto no item "d" acima;

e) meta de rentabilidade prioritária: desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Mezanino II serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas, por 150% (cento e cinquenta por cento) da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("Taxa DI"), conforme a fórmula abaixo:

$$VCM_t = (VCM_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCM_t = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCM_{t-1} = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

AMT_{t-1} = valor da Amortização Programada, por Cota Mezanino II, na data $t - 1$, se houver;

$FatorCap_t$ = fator correspondente à Taxa DI na data t , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{1}{360}} - 1 \right] \times \frac{S}{100} \right\}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI do dia útil imediatamente anterior à na data t ; e

S = sobretaxa, sendo igual a 150 (cento e cinquenta); e

f) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais).

As Cotas Mezanino II terão os mesmos direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais classes de Cotas Mezanino no Regulamento, exceto com relação à Amortização Programada e à meta de remuneração prioritária, especificadas e expressamente previstas neste Suplemento. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, não haverá prioridade entre as Cotas Mezanino de diferentes classes para fins de amortização e/ou resgate.

fm.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 19 de dezembro de 2011.

[Assinatura]
GRADUAL CORRETORA DE CAMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
[Assinatura]
[Assinatura]

Testemunhas:

1. *[Assinatura]*
Nome: *[Assinatura]*
RG: 18.859.751
CPF: 151.510.868-63

2. *[Assinatura]*
Nome: *[Assinatura]*
RG: 18.060.083-1
CPF: 087.613.618-18

**SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL**

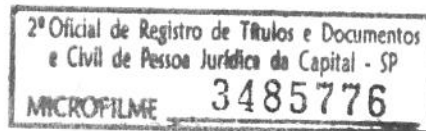
CNPJ nº 09.257.784/0001-02

DELIBERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 33.918.160/0001-73 ("Administradora"), na qualidade de instituição administradora do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – MULTISETORIAL**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.257.784/0001-02 ("Fundo"), resolve, em atendimento às exigências constantes do Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº036/2012, datado de 24 de janeiro de 2012 ("Ofício"), e observado o disposto no artigo 73 do regulamento do Fundo ("Regulamento") e no artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001:

1. Retificar a deliberação da Administradora, datada de 19 de dezembro de 2011, que aprovou a emissão das cotas seniores da 4ª e da 5ª série ("Cotas Seniores da 4ª Série" e "Cotas Seniores da 5ª Série", respectivamente) e das cotas subordinadas mezanino da classe II ("Cotas Mezanino II" e, em conjunto com as Cotas Seniores da 4ª e da 5ª Série, "Cotas") do Fundo, distribuídas nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, deixando clara a possibilidade de colocação parcial das Cotas, caso em que (a) a Oferta será mantida independentemente da quantidade de Cotas subscritas, não havendo montante mínimo de colocação; e (b) não haverá captação de recursos pelo Fundo por meio de fontes alternativas.
2. Alterar o Regulamento, nos termos abaixo:
 - a) os artigos 13 e 14 do Regulamento foram corrigidos, em observância à deliberação da assembleia geral de cotistas do Fundo realizada em 10 de setembro de 2010, exclusivamente para elidir a menção às funções de escrituração das cotas do Fundo, que antes eram de responsabilidade do custodiante e atualmente são exercidas pela própria Administradora;
 - b) os encargos do Fundo passam a abranger as despesas relacionadas à sua manutenção, incluindo os custos referentes à colocação de cotas do Fundo; dessa forma, o artigo 33, alínea "g", do Regulamento, passa a vigorar com a seguinte redação:

"(g) quaisquer despesas inerentes à constituição, manutenção ou liquidação do Fundo, incluindo, entre essas, os custos referentes à colocação das Cotas, ou à realização de Assembleia Geral;";
 - c) o artigo 36 do Regulamento foi ajustado de modo a prever, de forma ainda mais clara, a possibilidade de emissão de uma ou mais classes de cotas subordinadas mezanino pelo Fundo, nos termos a seguir:



“Artigo 36 O Fundo poderá realizar a emissão de uma ou mais classes de Cotas Mezanino, observado que:”;

- d) foi inserido, no artigo 37 do Regulamento, o parágrafo 1º, conforme redação abaixo, referente à subordinação entre as diferentes classes de cotas subordinadas mezanino, para fins de amortização e/ou resgate, de acordo com o disposto nos respectivos suplementos:

“Parágrafo 1º A subordinação entre as diferentes classes de Cotas Mezanino, para fins de amortização e/ou resgate, observará o disposto nos respectivos Suplementos.”;

- e) ainda, o artigo 45 foi adequado para prever a forma de cálculo do valor unitário das cotas subordinadas mezanino de diferentes classes, respeitada, quando houver, a preferência entre elas, conforme redação abaixo:

“Artigo 45 A partir da 1ª Data de Emissão das Cotas Mezanino, seu respectivo valor unitário da Cota Mezanino de cada classe, respeitada a preferência entre as diferentes classes de Cotas Mezanino, nos termos dos respectivos Suplementos, será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) *na hipótese de existir apenas uma classe de Cotas Mezanino, o valor do Patrimônio Líquido deduzido do valor das Cotas Seniores e/ou das Cotas Mezanino de classes prioritárias, se houver, em circulação determinado conforme o Artigo 44, acima, na data de cálculo, dividido pelo número de Cotas Mezanino em circulação de referida classe, na mesma data; na hipótese de existir mais de uma classe de Cotas Mezanino em circulação, sem preferência entre elas, o valor unitário das Cotas Mezanino de cada uma dessas classes deverá ser obtido pela (i) aplicação da fórmula indicada no respectivo Suplemento para cada uma dessas classes em circulação, considerando-se eventuais amortizações, de forma a se definir a proporção do valor de cada uma delas em relação a 1 (um) inteiro, na data em que se passar a utilizar metodologia em questão; (ii) multiplicação da proporção definida para cada uma das classes, nos termos do item “i” acima, pelo valor total do patrimônio das Cotas Mezanino em circulação dessas classes, o qual será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido deduzido do valor das Cotas Seniores e/ou das Cotas Mezanino de classes prioritárias, se houver; e (iii) divisão do resultado da multiplicação referida no item “ii”, acima, pelo número total de Cotas Mezanino da respectiva classe; ou*
- (b) *o valor unitário da Cota Mezanino de referida classe no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a emissão no respectivo Suplemento.”;*
- f) o artigo 53, parágrafo 4º, do Regulamento foi ajustado para constar, de forma expressa, a necessidade de se observar a ordem de prioridade entre as classes de cotas do Fundo prevista no Regulamento e nos respectivos suplementos, nos termos a seguir:

“Parágrafo 4º Caso exista previsão de amortização das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino em um respectivo mês, a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações programadas dessas classes de Cotas, de acordo com a ordem de prioridade prevista neste Regulamento e nos respectivos Suplementos, em detrimento da amortização das Cotas Subordinadas.”;

- g) a redação do artigo 54, parágrafo 3º, do Regulamento, foi alterada para deixar clara a hipótese prevista no artigo 68 do Regulamento, como segue:

“Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, Excepcionalmente na hipótese prevista no Artigo 68 deste Regulamento, caso o Fundo venha a ser liquidado e não disponha de recursos para o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, será constituído pelos titulares das Cotas em circulação um condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito.”; e

- h) foi inserida, no primeiro parágrafo do Anexo IV do Regulamento, explanação acerca de como a política de concessão de crédito adotada pela consultora do Fundo é compatibilizada com os critérios de elegibilidade, as condições de aquisição e demais condições previstas no Regulamento, conforme redação abaixo:

“A política de concessão dos créditos ficará a cargo da Consultora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente capacitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos Sacados dos Direitos de Crédito. Após a submissão aos critérios indicados neste Anexo IV, para fins de aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito, deverão ser observados, adicionalmente e cumulativamente, os Critérios de Elegibilidade, as Condições de Aquisição e demais condições eventualmente previstas no Regulamento.”.

3. Modificar o penúltimo parágrafo do suplemento das Cotas Mezanino II, exclusivamente para atender às exigências do Ofício, no tocante à prioridade de amortização e/ou resgate das Cotas Mezanino II em relação às cotas subordinadas mezanino da classe I do Fundo, que passa a vigorar com a redação a seguir:

“As Cotas Mezanino II terão prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Cotas Mezanino I, inclusive em caso de liquidação do Fundo. Ressalvado o disposto acima, as Cotas Mezanino II terão os mesmos direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais classes de Cotas Mezanino no Regulamento, exceto com relação à Amortização Programada e à meta de remuneração prioritária, especificadas e expressamente previstas neste Suplemento.”

4. De forma a adequar a documentação do Fundo às modificações descritas acima, o Regulamento e o suplemento das Cotas Mezanino II passam a vigorar nos termos dos documentos anexos a esta deliberação, ficando integralmente revogadas suas versões anteriores.

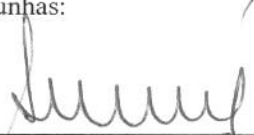
5. A Administradora notificará os cotistas do Fundo, inclusive os investidores que subscreveram e integralizaram as Cotas Mezanino II até a presente data, acerca das alterações ao Regulamento e ao suplemento das Cotas Mezanino II ora realizadas, em até 30 (trinta) dias a contar desta deliberação, nos termos do Regulamento.

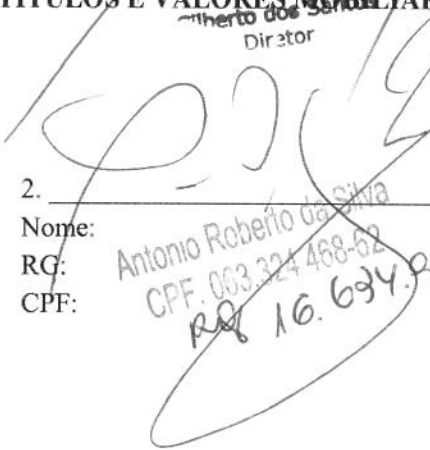
6. Este documento será registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo.

São Paulo, 7 de março de 2012.

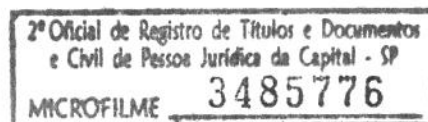
GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Testemunhas:

1. 
Nome: Sandra Gomes Novais
RG: 18.859.751
CPF: 151.510.868-63

2. 
Nome: Antonio Roberto da Silva
RG: 063.324.468-82
CPF: 16.634.942

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77
Rua Senador Paulo Egidio, 72 cj.110 - Sé - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP
Emol. R\$ 268,26 Protocolado e prenotado sob o n. **3.485.776** em
Estado R\$ 76,14 **07/03/2012** e registrado hoje, em microfilme
Ipesp R\$ 56,52 sob o n. **3.485.776** em títulos e documentos.
R. Civil R\$ 14,29 Averbado à margem do registro n. **3479520**
T. Justiça R\$ 14,29 São Paulo, 07 de março de 2012
Total R\$ 429,50
Selos e taxas
Recolhidos
p/verba
Gentil Domingues dos Santos - Oficial
Roberto Ferreira de Souza - Substituto do Oficial



ANEXO I

REGULAMENTO CONSOLIDADO

REGULAMENTO

DO

**“SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL”**

Datado de

7 de março de 2012

ÍNDICE:

CAPÍTULO I - FUNDO	3
CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO.....	3
CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA	3
CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA.....	5
CAPÍTULO V - CUSTODIANTE	9
CAPÍTULO VI - CONSULTORA.....	12
CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	13
CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE....	16
CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO	18
CAPÍTULO X - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO	23
CAPÍTULO XI - COTAS.....	25
CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS COTAS.....	27
CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS.....	29
CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS COTISTAS.....	31
CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS COTAS	31
CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	32
CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	33
CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO.....	3433
CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	36
CAPÍTULO XX - POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA.....	37
CAPÍTULO XXI - ASSEMBLEIA GERAL	38
CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	4140
CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41
CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	41
CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	42
CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS	4342
ANEXO I - DEFINIÇÕES	44
ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO	50
ANEXO III - POLÍTICA DE COBRANÇA.....	51
ANEXO IV - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	53
ANEXO V - ÍNDICE DE RECOMPRA E ÍNDICE DE PAGAMENTOS REALIZADOS PELO CEDENTE	57

**REGULAMENTO
DO
"SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL"**

CAPÍTULO I - FUNDO

Artigo 1º O "SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL", disciplinado pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento.

Parágrafo 1º Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo I ao presente Regulamento.

Parágrafo 2º No prazo de até 10 (dez) dias corridos contados (a) da aprovação pela Administradora; e (b) da aprovação pela Assembleia Geral, o Suplemento e eventuais aditamentos ao Regulamento, respectivamente, deverão ser levados a registro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 2º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Cotas Seniores somente poderão ser resgatadas nas respectivas Datas de Resgate, ou em virtude de sua liquidação antecipada conforme o previsto no Capítulo XVIII deste Regulamento.

Parágrafo Único É admitida, ainda, a amortização de Cotas, nos termos do Capítulo XIII deste Regulamento.

Artigo 3º Somente podem participar do Fundo, na qualidade de Cotistas, Investidores Qualificados.

CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4º O Fundo terá prazo de duração indeterminado, a partir da 1ª Data de Emissão de Cotas.

Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto nos Capítulos XVIII e XXI deste Regulamento.

CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA

Artigo 5º O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73.

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (a) da lei e das normas

regulamentares aplicáveis; (b) deste Regulamento; (c) das deliberações da Assembleia Geral; (d) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas.

Parágrafo 2º Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 3º Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
- (b) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção: (i) das procurações outorgadas à Consultora; e (ii) das procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- (c) contratar em nome do Fundo e às custas deste, sem prejuízo de sua responsabilidade, terceiros para a execução dos serviços de consultoria de crédito do Fundo, controladoria, custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativas aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 6º A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, por decisão dos titulares das Cotas reunidos em Assembleia Geral, na forma do Capítulo XXI, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Artigo 7º A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, pode renunciar à administração do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI deste Regulamento.

Parágrafo Único Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.

Artigo 8º A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos

de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 9º A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Cotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Cotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o Artigo 12 deste Regulamento;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
- (c) disponibilizar aos Cotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los do (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da taxa de administração cobrada;
- (d) disponibilizar aos Cotistas, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico referido no Artigo 83 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Cotas, o valor do Patrimônio Líquido e das Cotas, e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão de Garantia, apurada nos termos do Capítulo XVII abaixo, e o último relatório sobre o Fundo e suas Cotas disponibilizado pela Agência de Classificação de Risco;
- (e) colocar à disposição dos Cotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Cotas, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;

- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas de toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, quando e se exigido pela legislação pertinente, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino pela Agência de Classificação de Risco;
- (i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais referidos no Artigo 12 deste Regulamento;
- (j) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo VII deste Regulamento;
- (k) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco e da Consultora, e à celebração do Contrato de Custódia, Contrato de Serviços de Classificação de Risco e do Contrato de Consultoria;
- (l) celebrar, em nome do Fundo, o Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos, todos os Termos de Cessão;
- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações,
 - (i) a escrituração das Cotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Cotistas;
 - (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Cotistas;
 - (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Cotistas, em perfeita ordem; e
 - (iv) o fornecimento aos Cotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo, e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;

- (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros;
- (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (o) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
 - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, da Consultora ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Consultoria.
- (p) providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (q) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (r) manter a Conta de Arrecadação até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, e transferir diariamente para a Conta do Fundo a totalidade dos recursos depositados na Conta de Arrecadação;
- (s) na eventualidade de o Fundo entrar em Evento de Avaliação a Administradora deverá levar a registro, em cartório de títulos e documentos, todos os Contratos de Cessão e coobrigação celebrados entre o Fundo e as Cedentes referentes a Direitos Creditórios cujo prazo para o respectivo vencimento seja igual ou superior a 90 (noventa) dias; e
- (t) com o auxílio do Custodiante, preparar e encaminhar aos Cotistas, mensalmente, relatório em que conste as seguintes informações: (a) percentual de recompra, renegociação e prorrogação do prazo dos Direitos de Crédito; e (b) confirmação do atendimento aos limites de concentração estabelecidos no artigo 21.

Artigo 10 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras

sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

Artigo 11 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Capítulo VII deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Cotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Cotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros;
- (k) emitir qualquer classe ou série de Cotas em desacordo com este Regulamento;
- (l) prometer rendimento predeterminado aos condôminos; e
- (m) adquirir Ativos Financeiros de titularidade da Administradora.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Cotas, reunidos em Assembleia Geral, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos não expressamente previstos como encargos do Fundo que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) alterar o Custodiante, a Empresa de Auditoria, a Agência Classificadora de Risco ou a Consultora; e
- (c) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia,

além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

Artigo 12 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Cotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas a taxas de mercado.

CAPÍTULO V – CUSTODIANTE

Artigo 13 Os serviços de Custódia qualificada é exercido pelo Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.820.817/0001-09.

Artigo 14 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Contrato de Custódia, celebrado entre o Custodiante e o Fundo;
- (b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- (c) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - (i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo e comprovantes de pagamentos de valores creditados em cada uma das dessas contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;

- (e) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (f) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Administradora;
- (g) verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- (h) informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência: (i) de qualquer Evento de Liquidação; e (ii) de descumprimento, pela Administradora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação;
- (i) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Direitos de Crédito cedidos e pagos ao Fundo; e
- (j) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, nos Documentos Comprobatórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Consultora com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios nos termos do Contrato de Custódia. Os parâmetros de quantidade dos Direitos de Crédito cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes procedimentos:
- (k) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem. Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a 90% (noventa por cento) a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_o = \frac{1}{E_o^2}$$

$$A = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

Sendo:

E_o = Erro Estimado

A = Tamanho da Amostra

N = População Total

n_o = Fator Amostral

- (i.a) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.
- (ii) Etapas
 - (ii.a) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser

analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade dos cedentes a serem analisados; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados;

- (ii.b) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.
- (ii.c) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem.
- (ii.d) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Sacados em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item "i", será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente divide-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

- (ii.e) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo o escopo detalhado:
- obtenção de base de dados analítica por recebível;
 - seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
 - verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;

- verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (nota fiscal, comprovante de entrega de mercadorias ou serviços e comunicação ao devedor);
- nos títulos de crédito, verificação do endosso, responsável solidário e aceite;
- evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

(l) A conciliação do recebimento dos Boletos Bancários.

Parágrafo Único Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

Artigo 15 No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora, a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC; (ii) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros; e
- (c) efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

Parágrafo Único: A Administradora abrirá conta corrente de livre movimentação junto a Instituições Autorizadas. Essa Conta do Fundo concentrará todos os recursos do Fundo, inclusive os oriundos de pagamentos feitos pelos Sacados na Conta de Arrecadação, mantida junto ao mesmo banco, que serão transferidos para a Conta do Fundo. O Custodiante e/ou Administradora efetuará os pagamentos das compras de Direitos de Crédito e outras Obrigações do Fundo, comandando Transferências Eletrônicas Disponíveis, transferências entre contas ou Documentos de Ordem de Crédito diretamente da Conta do Fundo para o respectivo beneficiário.

CAPÍTULO VI-CONSULTORA

Artigo 16 A atividade de consultoria de crédito do Fundo ficará a cargo da **Sul Invest Serviços Financeiros Ltda.**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, nº 869, 1º andar, Sala 101. Centro, CEP 80.060-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.181.400/0001-67, autorizada a realizar a prestação de serviços de análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, cobrança dos Direitos de Crédito.

Artigo 17 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Consultoria, a Consultora será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) analisar e selecionar Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observadas as Condições de Aquisição;
- (b) realizar a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Consultoria;
- (c) realizar a guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Custódia, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos da regulamentação aplicável; e
- (d) orientar o Fundo a negociar e vender, a qualquer terceiro, quaisquer Direitos de Crédito.

Artigo 18 Sujeito às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando a possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, a Consultora terá poderes para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado inadimplente, incluindo, mas não se limitando ao prazo e à taxa de cessão do Direito de Crédito, bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (a) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer; ou (b) recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

Artigo 19 Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pela Consultora, conforme o estabelecido neste Regulamento.

CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 20 O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo (a) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos dos Contratos de Cessão; e (b) de Ativos Financeiros.

Artigo 21 Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (a) o total de Direitos de Crédito cedidos ou com a coobrigação de qualquer Cedente, conforme prevista no respectivo Contrato de Cessão, não poderá representar mais de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido;
- (b) os somatórios dos Direitos de Crédito em aberto dos 5 (cinco) maiores Cedentes não poderá ultrapassar o limite de 23% (vinte e três por cento) do Patrimônio Líquido;

- (c) o total de obrigação de cada Sacado não poderá ser superior a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido, exceto no caso de emissor de Cédulas de Crédito Bancário – CCB, que poderá representar, individualmente, até 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido;
- (d) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo;
- (e) as CCB não poderão exceder a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido, e deverão ser garantidas pela cessão fiduciária de direitos creditórios;
- (f) o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito e outros ativos de responsabilidade de um mesmo Sacado, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade acima dos limites estabelecidos neste Artigo, e desde que não ultrapasse 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido, quando o Sacado ou o coobrigado apresentar classificação de risco igual ou superior ao de todas as Cotas Seniores que estejam em circulação; e
- (g) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (%do Patrimônio Líquido)	Máximo (%do Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Imobiliário	0%	30%
Prestação de Serviços	0%	40%

Parágrafo 1º Os limites de concentração estabelecido no *caput* deste Artigo deverão ser verificados e observados (a) previamente a cada aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, de forma a se certificar que a pretendida aquisição não levaria ao desenquadramento desses limites; e (b) com relação ao Grupo Econômico do Cedente e do Sacado.

Parágrafo 2º Caso por qualquer motivo aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos neste Artigo, a Consultora deverá observar os seguintes procedimentos para reenquadramento dos limites de concentração:

- (a) as aquisições de Direitos de Crédito deverão buscar minimizar o desenquadramento da carteira; e
- (b) as aquisições deverão ser tais que não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasione qualquer outro desenquadramento da carteira.

Parágrafo 3º Fica estabelecido um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do registro deste Regulamento no cartório de títulos e documentos, para o integral

enquadramento dos limites de diversificação e composição da carteira estabelecidos neste Artigo.

Artigo 22 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados da 1ª Data de Emissão de Cotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade. O saldo remanescente deverá ser obrigatoriamente aplicado pelo administrador em “Ativos Financeiros” compreendidos:

- (a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN;
- (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN;
- (c) Certificado de Recibo de Depósito Bancário emitidos exclusivamente pelas Instituições Autorizadas, com prazo máximo da operação de 30 (trinta) dias;
- (d) cotas de fundos de investimentos administrados pelas Instituições Autorizadas, desde que os referidos fundos adquiram exclusivamente os ativos listados nos itens “a”, “b”, e “c” acima; e
- (e) valores mobiliários e Ativos Financeiros de renda fixa, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), cuja classificação de risco seja equivalente ou superior à de qualquer série de Cotas Seniores que esteja em circulação.

Parágrafo 1º O Fundo poderá manter até R\$20.000,00 (vinte mil reais) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido, não investido em Direitos de Crédito, em moeda corrente nacional.

Parágrafo 2º O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito diretamente da Administradora ou realizar aplicações em Direitos de Crédito de emissão e/ou de coobrigação da Administradora, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo 3º O Fundo não poderá realizar aquisição ou cessão de Direitos de Crédito de/para a Consultora, e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo 4º O Fundo não poderá realizar operações em mercado de derivativos e ou de liquidação futura ou a termo, em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, ficando vedada, inclusive, a realização de operações para fins de proteção (*hedge*).

Parágrafo 5º A Administradora envidará seus melhores esforços para que o Fundo mantenha o prazo médio de sua carteira de Ativos Financeiros em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo, para fins tributários, como um fundo de investimento de longo prazo.

Artigo 23 A Administradora e o Custodiante não respondem pela solvência dos devedores dos Direitos de Crédito, ou pela origem, existência, liquidez e certeza de tais Direitos de Crédito.

Artigo 24 Cada um dos Cedentes é responsável pela origem, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Artigo 25 Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Artigo 26 Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 27 Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da política de concessão de crédito constante do Anexo IV deste Regulamento, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito deverão contar com os Documentos Comprobatórios, que consistem na documentação que comprove a efetiva conclusão do negócio originador, sendo que as operações originadas por compras e vendas a prazo deverão ter comprovação da entrega de tais produtos, e as operações originadas por prestação de serviços deverão ter a comprovação da conclusão de tais serviços, estando certo que os Direitos de Crédito não se enquadrarão nas especificações do Artigo 40, §9º, I da Instrução CVM 356.

Parágrafo 2º A política de concessão dos créditos descrita neste Regulamento ficará a cargo da Consultora, que é responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente habilitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes e/ou dos respectivos Sacados dos Direitos de Crédito.

Parágrafo 3º O Fundo adquirirá dos Cedentes, na Data de Aquisição e Pagamento, os Direitos de Crédito adquiridos nos termos de cada Termo de Cessão.

Artigo 28 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- (a) devem ser representados por duplicatas, CCB, cheques, cédulas hipotecárias, contratos de arrendamento mercantil e notas promissórias originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem nos setores industrial, comercial, imobiliário ou de prestação de serviços no Brasil;
- (b) os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (c) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito lastreados em duplicatas e cheques devem ser de no mínimo de 3 (três) dias e no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão;
- (d) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito lastreados em notas promissórias,

contratos de arrendamento mercantil, cédulas hipotecárias e CCB, devem ser de, no máximo, 720 (setecentos e vinte) dias, sendo que o prazo médio não poderá ser superior a 390 (trezentos e noventa) dias conforme apurado na data da formalização da respectiva cessão;

- (e) o prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 70 (setenta) dias, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida;
- (f) devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 acima, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida; e
- (g) os Direitos de Crédito adquiridos de um mesmo Cedente não poderão ter origem em operação da empresa Cedente com Sacado pertencente ao mesmo Grupo Econômico.

Parágrafo 1º A verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

Parágrafo 2º A Consultora será responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, observando a política de concessão de crédito definida no Anexo IV deste Regulamento e as Condições de Aquisição. A Consultora ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o atendimento do Direito de Crédito adquirido às Condições de Aquisição e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda à verificação do enquadramento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

Parágrafo 3º Sem prejuízo do estabelecido no *caput* deste Artigo, a Consultora deverá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam às seguintes Condições de Aquisição:

- (a) os Direitos de Crédito elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a política de concessão de crédito descrita no Anexo IV deste Regulamento;
- (b) os Cedentes deverão declarar que os Direitos de Crédito Elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (c) os Sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Consultora poderá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito devidos por Sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial, desde que a soma dos valores relativos a essas pendências não supere o montante equivalente a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido;
- (d) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito devidos por Sacados se existirem Direitos de Crédito que integrem a carteira do Fundo devidos por esses Sacados ou por qualquer empresa do seu Grupo Econômico vencidos e não pagos há mais de 20 (vinte) dias;
- (e) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes cujo índice de

Direitos de Crédito liquidados pontualmente por inferior a 75% (setenta e cinco por cento) nos últimos 12 (doze) meses, conforme apontamento junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax;

- (f) devem observar a Taxa Mínima de Cessão prevista no Artigo 29 abaixo;
- (g) o respectivo Sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
- (h) o Cedente deverá ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; e (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

Parágrafo 4º A Consultora deverá encaminhar ao Custodiante e à Administradora, no momento da cessão, relatório atestando que todas as Condições de Aquisição foram devidamente verificadas e que os Direitos de Crédito em questão obedecem a tais requisitos.

Artigo 29 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma Taxa Mínima de Cessão individual equivalente a 165% (cento e sessenta e cinco por cento) do DI Extra Grupo, ou conforme a fórmula especificada abaixo, entre as duas a que for maior:

$$\left\{ \frac{\sum (QQS_n \times RAQS_n) + (QQM \times RAQM)}{(QQS + QQM)} + CT + 1\% \right\}$$

QQS: Quantidade de Cotas Seniores em circulação da série “n”;
RAQS_n: Meta de Rentabilidade das Cotas Seniores da série “n”;
QQM: Quantidade de Cotas Mezanino em circulação;
RAQM: Meta de Rentabilidade das Cotas Mezanino em circulação; e
CT: Custos fixos e taxas de Administração e Gestão do Fundo.

CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO

Artigo 30 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Cotistas. Os Cedentes, a Administradora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (a) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (b) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (c) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização ou resgate de suas Cotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único As aplicações dos Cotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas partes relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 31 Abaixo seguem os riscos associados ao investimento no Fundo e aos Ativos Financeiros e Direitos de Crédito.

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, quaisquer

Cedentes e os devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e o pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores, pelos respectivos Cedentes e eventuais garantidores.

- (b) Investimento de baixa liquidez. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimento mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Cotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Cotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Cotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Cotas pode implicar a impossibilidade de venda das Cotas ou a venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Cotistas.

- (c) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Cotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas Seniores, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

- (d) Amortização e resgate condicionado das Cotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Cotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Cotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Cotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Consultora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (e) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Cotas. O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas.

Desse modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva, ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento, não conseguindo recuperar o capital investido nas Cotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante e a Consultora, qualquer multa ou penalidade.

- (f) Guarda dos Documentos Comprobatórios. A Consultora será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Custódia. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

- (g) Cobrança judicial dos Direitos de Crédito. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Cotas Subordinadas, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Cotas Seniores reunidos em Assembleia Geral na forma do Capítulo XXI deste Regulamento. A Administradora

e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Cotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX deste Regulamento.

- (h) Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo. O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua política de investimentos, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da carteira do Fundo e da falta novos de aportes por parte dos Cotistas Subordinados, as Cotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Cotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no Fundo de forma a arcar com os seus encargos.
- (i) Risco de mercado. O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e consequentemente a rentabilidade das Cotas.
- (j) Risco de crédito. O risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da carteira do Fundo e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores ou devedores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez de tais ativos, provocando perdas para o Fundo e para os Cotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores ou devedores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.
- (k) Liquidez restrita dos principais ativos do Fundo. Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por empresas nos segmentos previstos neste Regulamento e selecionados pela Consultora, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha que alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Cotistas.
- (l) Regularidade dos Direitos de Crédito. O Custodiante realizará verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem estatística – ou seja, esta auditoria não compreenderá a revisão de todos os Direitos de Crédito, mas apenas de alguns selecionados estatisticamente, de forma a verificar a regularidade de seus Documentos Comprobatórios. Mesmo com a realização dessa auditoria, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício,

pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.

- (m) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (*mark-to-market*), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Cotas.
- (n) Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente na Conta de Arrecadação. Os valores depositados na Conta de Arrecadação serão transferidos diariamente para a Conta do Fundo. Apesar de o Fundo contar com a obrigação do respectivo banco de realizar diariamente as transferências dos recursos depositados na Conta de Arrecadação para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Cotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Cotistas, caso haja inadimplemento pelo banco, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo. Não há qualquer garantia de cumprimento pelo referido banco de suas obrigações acima destacadas.
- (o) Risco de não originação de Direitos de Crédito. A Consultora é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o este Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pela Consultora. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados à Consultora, caso exista qualquer dificuldade da Consultora em desenvolver suas atividades de análise e seleção de Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados.
- (p) Risco decorrente dos critérios adotados pelo Cedente para a concessão do crédito. O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Consultora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Consultora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso o Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda.
- (q) Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial e de prestação de serviços entre os Cedentes e seus devedores.

Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

- (r) Risco de descasamento de taxas. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Em vista que o valor das Cotas Seniores será atualizado de acordo com as metas de rentabilidade prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno: (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo; e (ii) das Cotas Seniores.

Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que os Cedentes, Administradora, a Consultora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

- (s) Riscos relacionados à participação societária da Consultora. Os sócios da Consultora, na qualidade de Cotistas Subordinados, terão direito a solicitar uma amortização extraordinária até que as Cotas Seniores e as Cotas Mezanino sejam totalmente resgatadas. Entretanto, o montante referente a esta amortização estará limitado a até 20% (vinte por cento) do saldo devedor das Cotas Subordinadas, na data em que a amortização foi solicitada. A amortização extraordinária faz com que haja potencial exposição de riscos de alocação de carteira e de carregamento negativo. Além disso, caso ocorra a entrada de recursos de elevado valor, oriundos de recebimentos de Direitos de Crédito de maior quantia, os Cotistas do Fundo poderão ter frustrado o prazo de aplicação e, por conseguinte, de rentabilidade.
- (t) Riscos relacionados à necessidade de aprovação dos titulares de Cotas Subordinadas nas deliberações da Assembleia Geral. O Parágrafo 3º do Artigo 76 deste Regulamento estabelece a necessidade de aprovação da maioria das Cotas Subordinadas em determinadas matérias de deliberações da Assembleia Geral. Tal direito conferido aos titulares das Cotas Subordinadas torna o quorum de deliberação mais restrito e difícil de ser atingido, podendo gerar atrasos e/ou dificuldades da tomada das decisões em relação a essas matérias.

CAPÍTULO X – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 32 Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá Taxa de Administração mensal, sendo calculada e provisionada todo dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = (((tx/252) / 100) \times PL (D - 1))$$

onde:

TA= taxa de administração;

Tx= (a) 0,4 para o PL de até R\$25.000.000,00 (vinte cinco milhões de reais); (b) 0,3 para o PL igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte cinco milhões de reais) e inferior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (c) 0,2 para o PL igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais);

PL(D-1): Patrimônio Líquido no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento da taxa de administração;

Parágrafo 1º O valor mínimo mensal da taxa de administração será de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo 2º A taxa de Administração será paga no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento.

Parágrafo 3º A Administradora não receberá taxa de performance.

Parágrafo 4º A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo a prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Artigo 33 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Cotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição, manutenção ou liquidação do Fundo, incluindo, entre essas, os custos referentes à colocação das Cotas, ou à realização de Assembleia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas com a contratação da Consultora;

- (i) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco;
- (j) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (k) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo; e
- (l) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do artigo 31 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XI - COTAS

Artigo 34 O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Cotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido e nenhum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (c) haja solicitação expressa e por escrito da Consultora para a emissão das Cotas Seniores;
- (d) o Fundo não esteja em desacordo com sua Razão de Garantia, alocação mínima de Direitos de Crédito nos termos do Artigo 22 deste Regulamento e com o Índice de Liquidez;
- (e) a emissão pretendida não leve ao desenquadramento da Razão de Garantia e da Relação Mínima; e
- (f) a emissão pretendida não afete negativamente a classificação de risco das Cotas que estejam em circulação.

Artigo 35 As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Cotas Subordinadas e às Cotas Mezanino, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 44 deste Regulamento; e

- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 1º O valor total das Cotas Seniores é equivalente ao somatório do valor das Cotas Seniores de cada série.

Parágrafo 2º As Cotas Seniores serão distribuídas de acordo com os prazos e regras da CVM.

Parágrafo 3º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Parágrafo 4º A subscrição inicial mínima de Cotas Seniores será de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo 5º É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do Fundo a qualquer série de Cotas Seniores.

Artigo 36 O Fundo poderá realizar a emissão de uma ou mais classes de Cotas Mezanino, observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha e nenhum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento; e
- (c) após a 1ª Emissão de Cotas Mezanino, a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Cotas Mezanino dos Cotistas detentores da totalidade das Cotas Subordinadas em circulação.

Artigo 37 As Cotas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Cotas Seniores e têm prioridade em relação às Cotas Subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores que estejam em circulação quando da sua emissão;
- (c) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no *caput* do Artigo 45 deste Regulamento; e
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Mezanino corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 1º A subordinação entre as diferentes classes de Cotas Mezanino, para fins de amortização e/ou resgate, observará o disposto nos respectivos Suplementos.

Parágrafo 2º É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do Fundo a qualquer classe de Cotas Mezanino.

Artigo 38 O Fundo poderá emitir Cotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Cotas Subordinadas.

Parágrafo Único As Cotas Subordinadas têm as seguintes características e vantagens e os mesmos direitos e obrigações, conforme abaixo:

- (a) subordinam-se às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino para efeito de amortização e resgate observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino em circulação, exceto se respeitada a Razão de Garantia;
- (c) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 46 deste Regulamento; e
- (e) cada Cota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto e conferirá direito a voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Único É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do Fundo a qualquer classe de Cotas Subordinadas.

Artigo 39 As Cotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo Único As Cotas Subordinadas somente podem ser negociadas com Terceiros Relacionados.

Artigo 40 As Cotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação.

CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS COTAS

Artigo 41 As Cotas do Fundo serão emitidas por seu valor na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Cota de D + 0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 42 A condição de Cotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Cotista.

Parágrafo 1º Quando de seu ingresso no Fundo, cada Cotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar, conforme o caso, um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º No ato de subscrição de Cotas Seniores e de Cotas Mezanino, o subscritor (a) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora); e (b) se comprometerá a integralizar as Cotas subscritas na forma prevista no boletim de subscrição das Cotas, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 3º O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (a) a obrigação da Administradora, perante o Cotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (b) a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

Artigo 43 Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

Artigo 44 A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Cotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores em circulação na data de cálculo; na hipótese de existir mais de uma série de Cotas Seniores em circulação, o valor unitário das Cotas Seniores de cada série deverá ser obtido pela (i) aplicação da fórmula indicada no respectivo Suplemento para cada uma das séries em circulação, considerando-se eventuais amortizações, de forma a se definir a proporção do valor de cada uma delas em relação a 1 (um) inteiro, na data em que se passar a utilizar metodologia em questão; (ii) multiplicação da proporção definida para cada uma das séries, nos termos do item “i” acima, pelo valor total do Patrimônio Líquido; e (iii) divisão do resultado da multiplicação referida no item “ii”, acima, pelo número total de Cotas Seniores da respectiva série; ou
- (b) valor apurado para a respectiva série no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento.

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Cotas Seniores, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Cotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Cotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Cotas.

Parágrafo 2º Em todo dia útil, após a incorporação dos resultados descritos no *caput* deste Artigo às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Cotas Mezanino, conforme disposto no Artigo 45 abaixo, e/ou às Cotas Subordinadas.

Artigo 45 A partir da 1ª Data de Emissão das Cotas Mezanino, o valor unitário da Cota Mezanino de cada classe, respeitada a preferência entre as diferentes classes de Cotas Mezanino, nos termos dos respectivos Suplementos, será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido deduzido do valor das Cotas Seniores e/ou das Cotas Mezanino de classes prioritárias, se houver, em circulação, na data de cálculo, dividido pelo número de Cotas Mezanino em circulação de referida classe, na mesma data; na hipótese de existir mais de uma classe de Cotas Mezanino em circulação, sem preferência entre elas, o valor unitário das Cotas Mezanino de cada uma dessas classes deverá ser obtido pela (i) aplicação da fórmula indicada no respectivo Suplemento para cada uma dessas classes em circulação, considerando-se eventuais amortizações, de forma a se definir a proporção do valor de cada uma delas em relação a 1 (um) inteiro, na data em que se passar a utilizar metodologia em questão; (ii) multiplicação da proporção definida para cada uma das classes, nos termos do item "i" acima, pelo valor total do patrimônio das Cotas Mezanino em circulação dessas classes, o qual será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido deduzido do valor das Cotas Seniores e/ou das Cotas Mezanino de classes prioritárias, se houver; e (iii) divisão do resultado da multiplicação referida no item "ii", acima, pelo número total de Cotas Mezanino da respectiva classe; ou
- (b) o valor unitário da Cota Mezanino de referida classe no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a emissão no respectivo Suplemento.

Artigo 46 A partir da 1ª Data de Emissão de Cotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino em circulação, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS

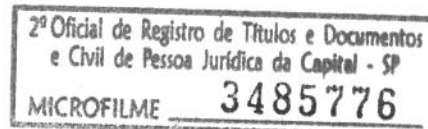
Artigo 47 As Cotas Seniores e as Cotas Mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Artigo 48 Sem prejuízo do previsto no Artigo 49 abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Cotas Seniores e classe de Cotas Mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Artigo 49 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries ou classes específicas de Cotas Seniores e de Cotas Mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos Cotistas das classes e séries afetadas.

Parágrafo Único Os titulares das Cotas do Fundo não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Cotas em condições diversas das

previstas neste Regulamento.



Artigo 50 A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das Cotas. Para tanto, a Administradora e a Consultora deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento dos Parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º A cada amortização de Cotas Seniores, a administradora devera constituir, com pelo menos 30 dias de antecedência Reserva de Amortização, esta reserva devera ter valor não inferior ao valor da amortização a ser paga e ser composta exclusivamente por recursos em moeda corrente, operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais e títulos públicos federais líquidos.

Parágrafo 2º Para fins de atender o disposto neste Artigo, parcela dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverá ter prazo de vencimento inferior ao prazo de vencimento das Cotas Seniores em circulação, de forma a viabilizar a constituição da Reserva de Amortização.

Parágrafo 3º A Administradora deverá obedecer a um casamento de prazos efetivo entre ativo e passivo do Fundo. Assim, o prazo e/ou a liquidez dos ativos deve ser compatível com a necessidade de liquidez do Fundo. Para tanto, para cada amortização ou resgate de Cotas a Administradora deverá apartar parcela de ativos adimplentes cujo montante será definido pela multiplicação do montante estimado de cada amortização ou resgate pela Razão de Garantia do Fundo. O montante assim obtido determinará a parcela de ativos que não poderão ter vencimento posterior à data do evento, seja amortização, seja resgate.

Parágrafo 4º A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos neste Artigo quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma do Parágrafo 1º acima.

Artigo 51 A Administradora deverá manter Reserva de Liquidez, alocando no mínimo 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em moeda corrente nacional, ou aplicando tal quantia exclusivamente em Ativos Financeiros.

Artigo 52 A Administradora deverá calcular o Índice de Liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (a) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de Sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (b) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração, que não poderá ser inferior a 1 (um).

Artigo 53 Caso a relação entre as Cotas Subordinadas e o total de Cotas Subordinadas e de Cotas Mezanino seja superior a 60% (sessenta por cento), configurando Excesso de Cobertura, a Administradora poderá realizar a amortização parcial não programada das Cotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos respectivos Cotistas, desde que a amortização não programada não desenquadre o limite mínimo estabelecido como Razão de Garantia no Artigo 62 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Cotas Subordinadas mensalmente, todo primeiro dia útil do mês.

Parágrafo 2º O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Cotas Subordinadas, na forma deste Artigo, deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 3º A amortização prevista neste Artigo somente ocorrerá na medida em que seja mantido o enquadramento do Fundo ao Índice de Liquidez, à Reserva de Amortização, à Reserva de Liquidez e à alocação mínima dos Direitos de Crédito, se nenhum Evento de Avaliação ou de Liquidação esteja em curso, e desde que o Fundo continue enquadrado após a amortização prevista.

Parágrafo 4º Caso exista previsão de amortização das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino em um respectivo mês, a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações programadas dessas classes de Cotas, de acordo com a ordem de prioridade prevista neste Regulamento e nos respectivos Suplementos, em detrimento da amortização das Cotas Subordinadas.

CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS COTISTAS

Artigo 54 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 deste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo (a) aos titulares das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 44 e 45 deste Regulamento; e (b) aos titulares das Cotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 53 deste Regulamento ou após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, nos montantes apurados conforme o Artigo 46 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional. Excepcionalmente na hipótese prevista no Artigo 68 deste Regulamento, caso o Fundo venha a ser liquidado e não disponha de recursos para o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, será constituído pelos titulares das Cotas em circulação um condomínio, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Cotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

Artigo 55 As Cotas Seniores e as Cotas Mezanino serão registradas para negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP

(para distribuição primária, as Cotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados), a critério da Administradora, observado que: (a) os Cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Cotas; e (b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Cotas sejam Investidores Qualificados e que tenham tido acesso ao Regulamento do Fundo e assinado o Termo de Adesão.

Artigo 56 Na hipótese de negociação de Cotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Cotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Cotista.

CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 57 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Artigo 58 Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 59 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Parágrafo Único Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 60 Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado o previsto no Artigo 61 abaixo.

Artigo 61 As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com os Percentuais de Provisão a seguir indicados, em cada dia útil:

Faixa	Período de Atraso	Percentual de Provisão sobre o Valor dos Direitos de Crédito adquiridos (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%

D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	atraso superior a 180 dias	100%

Parágrafo 1º A provisão para créditos de liquidação duvidosa será realizada, incluindo provisão para todos os créditos a vencer de 0,5% (meio por cento) no início do Fundo (D+0), constituindo assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido investido em Direitos de Crédito.

Parágrafo 2º O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 3º A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 62 Desde a Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará em cada Data de Verificação, ou seja, no 1º dia útil de cada mês calendário, se a Razão de Garantia é igual ou superior a 159% (cento e cinquenta e nove por cento).

Parágrafo Único A Razão de Garantia prevista no *caput* desse Artigo não poderá ser reduzida antes do resgate integral das Cotas Seniores da 2ª e 3ª séries. Resgatadas as Cotas Seniores da 2ª e 3ª séries, o limite mínimo da Razão de Garantia passará imediatamente a ser de 140% (cento e quarenta por cento).

Artigo 63 A Relação Mínima entre as Cotas Subordinadas e o total de Cotas Subordinadas e de Cotas Mezanino, somadas, deverá sempre corresponder a no mínimo 60% (sessenta por cento).

Parágrafo 1º Caso a Relação Mínima seja inferior a 60% (sessenta por cento), ou caso a Razão de Garantia não seja observada, a Administradora deverá comunicar os titulares de Cotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima e/ou à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Cotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Caso os titulares das Cotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no Parágrafo 1º deste Artigo, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Relação Mínima e/ou à Razão de Garantia, observado o Artigo 64,

alínea "b" abaixo.

CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 64 A Administradora verificará em cada Data de Verificação, ou seja, no 1º dia útil de cada mês calendário, a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação abaixo listados:

- (a) caso a Razão de Garantia não seja observada por um período de 15(quinze) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Cotistas Subordinados;
- (b) caso a Relação Mínima permaneça inferior a 60% (sessenta por cento) por um período de 15 (quinze) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Cotistas Subordinados;
- (c) caso haja a redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries ou classes de Cotas em circulação em dois sub-níveis;
- (d) caso o Fundo não observe por 15 (quinze) dias consecutivos os limites de concentração por Sacado e/ou Cedente, por tipo de ativo ou por segmento estabelecidos no Artigo 21 deste Regulamento, ressalvada a hipótese de desenquadramento passivo;
- (e) caso as amortizações programadas de qualquer série ou de qualquer classe não sejam efetuadas nas datas estabelecidas;
- (f) caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da sua data de vencimento atinjam 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (g) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito adotados pela Consultora, sem prévia aprovação da Assembléia Geral;
- (h) caso o limite de recompra, tal como descrito no Anexo V exceda 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em 2 (dois) meses consecutivos ou 4 em (quatro) meses alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (i) caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez não se encontrem enquadrados por mais que 15 (quinze) dias consecutivos; e
- (j) caso o total de pagamentos de Direitos de Crédito cedidos realizados pelos Sacados diretamente na conta do Cedente, tal como definido no Anexo V, seja superior a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em 2 (dois) meses consecutivos ou 4 (quatro) meses alternados em um período de 12 (doze) meses.

Artigo 65 Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXI, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (a) pela não liquidação do Fundo; ou (b) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo

independentemente da convocação de nova Assembleia Geral.

Parágrafo Único Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Artigo 66 São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato; e
- (c) cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria, ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle da Consultora.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Cotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes.

Parágrafo 4º Observada a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Cotas Seniores e, posteriormente, todas as Cotas Mezanino, ao mesmo tempo, em igualdade de condições entre os titulares de Cotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Cotista no valor total das Cotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Cotas Seniores e posteriormente das Cotas Mezanino em circulação até o limite dos recursos disponíveis; e

- (d) não haverá preferência no resgate das séries, a série que tiver o prazo mais curto de resgate poderá ter o seu prazo alongado, onde prevalecerá a decisão assemblear sobre a matéria.

Artigo 67 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 66 acima serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 66 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino.

Parágrafo Único Após o resgate integral antecipado das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino conforme estabelecido no Artigo 66 acima, os titulares das Cotas Subordinadas poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

Artigo 68 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 66 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino, será constituído pelos titulares das Cotas em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 69 Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Cotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) pagamento aos titulares das Cotas Seniores, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização;
- (d) pagamento aos titulares das Cotas Mezanino, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização;
- (e) constituição da Reserva de Amortização na forma do Artigo 50 deste Regulamento;
- (f) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (g) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas.

Parágrafo Único Na ocorrência de um Evento de Liquidação, e enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) pagamento aos titulares das Cotas Seniores, por meio do resgate ou amortização;
- (c) pagamento aos titulares das Cotas Mezanino, por meio do resgate ou amortização;
- (d) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas.

CAPÍTULO XX – POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA

Artigo 70 O Anexo III a este Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo, e deverá ser aditado e registrado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º acima sempre que houver qualquer alteração relevante na Política de Cobrança, a critério da Administradora e da Consultora.

Artigo 71 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Cotistas, não estando a Administradora, a Consultora ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Administradora, a Consultora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo Fundo em face de terceiros ou dos Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Cotistas, observado o disposto no Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas:

- (a) diretamente pelo Fundo até o limite do valor das Cotas Subordinadas em circulação;
- (b) diretamente pelo Fundo até o limite das Cotas Mezanino em Circulação;
- (c) a parcela que exceder o limite das Cotas Subordinadas e Cotas Mezanino acima, deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Cotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada

diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Cotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada titular de Cotas Seniores no valor total das Cotas em circulação, na data da respectiva aprovação;

- (d) os recursos aportados ao Fundo pelos Cotistas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Cotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo 2º Fica estabelecido que, no caso de se verificar a hipótese tratada no Artigo 71, §1º, “c”, acima, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (a) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o Artigo; e (b) da assunção, pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, a Consultora e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

Parágrafo 3º As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea “f” do Artigo 33 deste Regulamento.

Parágrafo 4º Todos os valores aportados pelos Cotistas ao Fundo nos termos do *caput* deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXI - ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 72 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (e) aprovar a substituição do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência de

Classificação de Risco; e

- (f) aprovar qualquer alteração do Regulamento.

Artigo 73 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 74 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico, mencionado no Artigo 83 deste Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Cotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Cotistas das matérias objeto da Assembleia Geral. Admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada conjuntamente com a primeira convocação.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (a) pela Administradora; ou (b) por Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral se instalará, (a) em primeira convocação, com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Seniores em circulação e 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Mezanino e Subordinadas em conjunto, em circulação; e (b) em segunda convocação, com Cotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Cotas Mezanino e das Cotas Subordinadas em conjunto, em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Consultora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Cotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 75 A cada Cota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do

Cotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 76 Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Cotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas presentes à Assembleia Geral, observado o quorum mínimo de instalação estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 74 acima.

Parágrafo 1º A alteração das características, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas dependerá da aprovação (a) da Assembleia Geral; e (b) dos titulares de 50% (cinquenta por cento) das Cotas Mezanino e Subordinadas em circulação.

Parágrafo 2º Qualquer alteração em relação às seguintes matérias dependerão da aprovação da maioria dos titulares das Cotas Subordinadas:

- (a) Critérios de Elegibilidade, Condições de Aquisição e requisitos de composição e diversificação da carteira do Fundo;
- (b) distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;
- (c) amortização e/ou resgate das Cotas;
- (d) direito de voto de cada classe ou série;
- (e) inclusão de novos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação do Fundo, ou alteração daqueles existentes;
- (f) cobrança de taxas e/ou encargos;
- (g) valorização das Cotas, inclusive alteração do parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino;
- (h) Razão de Garantia e Relação Mínima;
- (i) substituição do Custodiante, da Consultora, da Empresa de Auditoria ou da Agência de Classificação de Risco; e
- (j) prazo das Cotas.

Artigo 77 As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Cotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto nela proferido.

Artigo 78 Os Cotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 79 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 80 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12 deste Regulamento.

Artigo 81 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 82 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVI acima, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 60e 61 deste Regulamento.

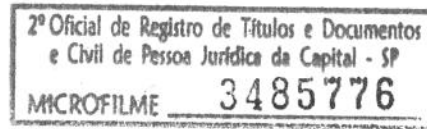
Parágrafo Único Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, dos Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 83 Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto neste Regulamento ou exigido pelas normas pertinentes, quaisquer atos fatos decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Cotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (a) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (b) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Cotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 42 deste Regulamento.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem

Cotas.



Parágrafo 2º A Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação ou aprovação de Assembleia Geral e alteração do presente Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração por meio de publicação no jornal então utilizado ou por meio de correio eletrônico enviado a cada Cotista.

Artigo 84 No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada trimestre, deverão ser colocados à disposição dos Cotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Cotas de titularidade de cada Cotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês imediatamente anterior; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Artigo 85 Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Cotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 86 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Cotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 15 (quinze) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 87 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 88 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Cotas Seniores e às Cotas Mezanino, se necessário. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Cotistas na sede e agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino constitui fato relevante para fins de comunicação aos Cotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Cotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 89 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 90 Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por “dia útil” segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional.

Artigo 91 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

Artigo 92 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 07 março de 2012.

Gradual CCTVM S/A

Frederico Jose Braga de Goes
Diretor

Américo dos Santos
Diretor

ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>Administradora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Standard & Poor's Rating Services, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
<u>Agente Escrirador:</u>	é a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Cotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>AR:</u>	é o Modelo de Carta Registrada junto ao Correio;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a assembleia geral de Cotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Banco Cobrador:</u>	é a Instituição Financeira responsável pelas cobranças dos recebíveis do Fundo;
<u>Base de Dados:</u>	é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos de Crédito e aos Sacados, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
<u>Boleto Bancário:</u>	é o documento emitido pelo Banco Cobrador para comunicar ao Sacado a forma de liquidação do Direito de Crédito;
<u>Cartório de Protestos:</u>	é o Cartório de registro de protestos da comarca do Sacado;
<u>Cedentes:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que cedem Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão;

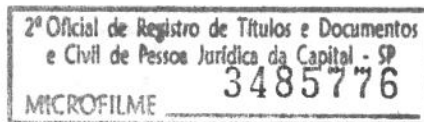
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
<u>Condições de Aquisição:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28, §3º, deste Regulamento;
<u>Consultora:</u>	é a Sul Invest Serviços Financeiros Ltda., sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Marechal Deodoro, nº 869, 1º andar, Sala 101. Centro, CEP 80.060-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.181.400/0001-67;
<u>Conta de Arrecadação:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Consultora, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Consultora, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e o respectivo Cedente;
<u>Contrato de Consultoria:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e a Consultora;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo, com a interveniência da Consultora;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Emissão e Controle de Cotas Escriturais de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é a Proposta de Prestação de Serviços da KPMG Auditores Independentes, aceita pela Administradora;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o contrato para elaboração de classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Mezanino do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e

	Administradora;
<u>Cotas:</u>	são as Cotas Seniores, as Cotas Mezanino e as Cotas Subordinadas;
<u>Cotas Seniores:</u>	são as Cotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Cotas Subordinadas:</u>	são as Cotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Cotas Mezanino:</u>	são as Cotas subordinadas mezanino emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Cotistas:</u>	são os titulares das Cotas;
<u>Critérios de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco Paulista S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.355, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.820.817/0001-09, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, quando for o caso;
<u>Data de Aquisição e Pagamento:</u>	é a (a) data de verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos de Crédito, dos Critérios de Elegibilidade; ou (b) data de pagamento do Preço de Aquisição, o que por último ocorrer;
<u>Data de Emissão de Cotas:</u>	é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Cotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Cotas Mezanino ou de Cotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Cotas Seniores e de cada classe de Cotas Mezanino, indicada nos respectivos Suplementos;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas neste Regulamento;
<u>Diretor Designado:</u>	é o diretor da Administradora designado para, nos termos

	da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 27 deste Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contratos de Cessão, Regulamento, Prospecto, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, e Contrato de Serviços de Auditoria Independente;
<u>Encargos do Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 33 deste Regulamento;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora a qualquer título, encarregada da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 64 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 deste Regulamento;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Grupo Econômico:</u>	em relação a qualquer pessoa jurídica, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau;
<u>Índice de Liquidez:</u>	é definido como a razão entre: (a) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de Sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (b) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração, que não poderá ser inferior a 1 (um);
<u>Instituições Autorizadas:</u>	são as Instituições financeiras nacionais que tenham classificação de risco equivalente ou superior à de qualquer série de Cotas Seniores que esteja em circulação;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001;

<u>Investidor Qualificado:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Cotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII;
<u>Percentual de Provisão:</u>	é o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre o valor do Direito de Crédito antes da dedução de qualquer Valor Provisionado dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 61 deste Regulamento;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, conforme previsto no Anexo III a este Regulamento;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Cotas Seniores do Fundo;
<u>Relação Mínima</u>	é a relação mínima admitida entre o valor das Cotas Subordinadas em relação à somatória da totalidade das Cotas Subordinadas e das Cotas Mezanino, que equivale a 60% (sessenta por cento);
<u>Reserva de Amortização:</u>	é a reserva financeira a ser constituída pelo custodiante a fim de assegurar a amortização e o resgate das Cotas Seniores;
<u>Reserva de Liquidez:</u>	é a reserva constituída pela administradora a fim garantir os pagamentos das despesas mensais do fundo;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907,

	de 29 de novembro de 2001;
<u>Sacado:</u>	é o devedor dos Direitos de Crédito;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Suplemento:</u>	é o documento elaborado na forma do Anexo II a este Regulamento contendo, pelo menos, as seguintes informações relativas a cada uma das séries de Cotas emitidas: quantidade de Cotas, Data de Emissão de Cotas, Amortização Programada (se for o caso), Data de Resgate e meta de remuneração prioritária da respectiva série ou classe de Cotas;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 deste Regulamento;
<u>Taxa Mínima de Cessão:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 29 deste Regulamento;
<u>Terceiro Relacionado:</u>	é (a) qualquer pessoa jurídica que seja, direta ou indiretamente controlada, controladora ou que esteja sob controle comum da Consultora; (b) qualquer pessoa física que tenha participação societária superior a 10% (dez por cento) na Consultora ou em quaisquer das pessoas jurídicas referidas no item "a" acima, ou (c) qualquer fundo de investimento que tenha como titular da totalidade das cotas por ele emitidas a Consultora e/ou quaisquer das pessoas indicadas nos itens "a" e "b" acima;
<u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u>	é o documento por meio do qual o Cotista adere a este Regulamento, e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;
<u>Termo de Cessão:</u>	são os documentos pelos quais o Fundo adquire os Direitos de Crédito dos Cedentes nos termos de cada Contrato de Cessão;
<u>Valor Provisionado:</u>	com relação a cada Direito de Crédito Adquirido, é o Valor do Direito de Crédito multiplicado pelo Percentual de Provisão; e
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de cada Cota na Data de Emissão de cada série de Cotas Seniores ou na Data de Emissão de Cotas Subordinadas ou de Cotas Mezanino, conforme o caso.



ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO

Suplemento da [•] [série/classe] de Cotas [•]

“SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL”

CNPJ/MF nº 09.257.784/0001-02

A [•] [série/classe] de Cotas [•] do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL** (o “Fundo”), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em [•] de [•] de [•] no [•]º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº [•], terá as seguintes características:

- a) Quantidade de Cotas [•]: [•] ([•]);
- b) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- c) Período de Carência: de [•] de [•] de [•] até [•] de [•] de [•];
- d) Datas de Amortização: [•];
- e) Data de Resgate: [•] de [•] de [•];
- f) Meta de Rentabilidade Prioritária: [•]; e
- g) Valor Unitário de Emissão: [•]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•]

“SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL”

Por:
Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

ANEXO III – POLÍTICA DE COBRANÇA

A Consultora adotará os seguintes procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito:

1. Em até 2 (dois) dias úteis após a aquisição do Direito de Crédito, o software da Consultora emite fax, carta simples ou AR para todos os Sacados informando a aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito, além de indicar a conta do Fundo na qual deverá ser efetuado o pagamento, encaminhando também notificação aos respectivos devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao artigo 290 do Código Civil;
2. Neste mesmo instante, a Consultora envia ao Banco Cobrador um arquivo com discriminação dos Direitos de Crédito adquiridos para que seja enviado boleto de cobrança para os Sacados. É obrigação de o Custodiante comparar ambos os arquivos para garantir que os títulos cedidos foram indicados para cobrança.
3. A critério da Consultora poderá ser enviada carta para os respectivos devedores dos Direitos de Crédito, solicitando confirmação, por escrito, acerca da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
4. Após 2 (dois) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato com os respectivos devedores para dar ciência do vencimento do Direito de Crédito e confirmação de recebimento do Boleto Bancário, assim como, da respectiva necessidade de liquidação em até 5 (cinco) dias úteis.
5. Em até 2 (dois) dias úteis após o vencimento do Direito de Crédito, a Consultora entrará em contato com os respectivos Cedentes para dar ciência do vencimento do Direito de Crédito.
6. Caso o Direito de Crédito não seja liquidado no prazo de 5 (cinco) dias úteis mencionado no item 4 acima, o título representativo do Direito de Crédito é levado a protesto no competente Cartório de Protestos.
 - 6.1 Caso o Cedente receba qualquer valor por engano em nome do Fundo, este deverá repassar para a conta do Fundo no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento.
 - 6.2 Em até 2 (dois) dias úteis após o encaminhamento ao competente Cartório de Protestos a Consultora entrará em contato com os referidos os cartórios para obter informação da tramitação de referido protesto do Direito de Crédito.
7. caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o processo de acompanhamento e cobrança dos Direitos de Crédito, a critério da Consultora, poderá ser concedida prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou outras alternativas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Créditos.
 - 7.1 As prorrogações poderão ser feitas respeitando-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias e serão concedidas no máximo duas vezes, respeitando ao prazo máximo aqui previsto.

8. Neste mesmo instante, a Consultora envia ao Banco Cobrador um arquivo com discriminação dos Direitos de Crédito adquiridos para que seja enviado boleto de cobrança para os Sacados. É obrigação do Custodiante comparar ambos os arquivos para garantir que os títulos cedidos foram indicados para cobrança, não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial contra o Sacado, Cedente e/ou respectivo garantidor (devedor solidário), de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.
9. Sendo constatada a ocorrência de inadimplência dos Sacados, é concedido a empresa Cedente o direito de recomprar os títulos em questão, observando que o valor das recompra dos títulos inadimplentes não poderá ser inferior a 10% do valor total da operação, ou a integralidade dos títulos inadimplentes;
10. Decorridos 180 dias a partir da data de vencimento do ativo no Fundo e, desde que o Fundo não esteja em Evento de Avaliação ou Liquidação antecipada, e que os níveis de garantia estejam enquadrados dentro dos respectivos limites a Consultora poderá sugerir a negociação ou a cessão para terceiros destes ativos respeitando as seguintes condições:
 - (a) exceto para empresas relacionadas aos Quotistas ou prestadores de serviços do fundo;
 - (b) em caso da empresa devedora estar em processo liquidação/falimentar o deságio não poderá ser superior a 90% do valor de face do ativo;
 - (c) em caso da empresa devedora estar em processo de recuperação judicial o deságio não poderá ser superior a 70% do valor de face do ativo; e
 - (d) nos demais casos de empresas devedoras inadimplentes a cessão para terceiros não poderá ser efetuada com deságio superior a 50% do valor de face do ativo.
11. A Consultora poderá utilizar-se de contas de domicílio bancário e de travas de domicílio bancárias, para assegurar a cobrança de direitos de créditos. Nessa hipótese, somente serão aceitas operações com as instituições financeiras denominadas comercialmente de Instituições Autorizadas, conforme definidas no Regulamento.

ANEXO IV – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política de concessão dos créditos ficará a cargo da Consultora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente capacitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos Sacados dos Direitos de Crédito. Após a submissão aos critérios indicados neste Anexo IV, para fins de aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito, deverão ser observados, adicionalmente e cumulativamente, os Critérios de Elegibilidade, as Condições de Aquisição e demais condições eventualmente previstas no Regulamento.

A aprovação do crédito é realizada mediante um processo de análise do Cedente e do Sacado, que envolve aspectos financeiros e mercadológicos.

As empresas Cedentes de Direitos de Créditos que pretendam ceder tais direitos ao Fundo, serão cadastradas junto a Consultora, e deverão apresentar no mínimo os seguintes documentos:

- (a) Contrato Social;
- (b) relação do faturamento mensal dos últimos 12 (doze) meses;
- (c) Cadastro de Pessoa Física dos sócios; e
- (d) comprovante de endereço dos sócios e da empresa;

Além dos Documentos solicitados, a Consultora deverá conferir se a empresa e os Direitos de Crédito atendem aos pré-requisitos básicos, antes da operação seguir para as demais etapas de avaliações de risco, quais sejam:

- (a) os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (b) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão; e
- (c) devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 deste Regulamento, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida.

Após a análise inicial do Cedente, este firma um Contrato de Cessão com o Fundo, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a todas as futuras cessões de Direitos de Crédito entre as partes, incluindo o estabelecimento dos sócios do Cedente como devedores solidários. Opcionalmente em conjunto ao Contrato de Cessão, os sócios e devedores solidários emitem uma nota promissória de valor equivalente ao limite do valor do contrato. O Contrato de Cessão juntamente com os documentos requisitados para análise é enviado para a Consultora onde é feita a sua guarda física.

Os dados cadastrais dos Cedentes são incluídos em um *software* especializado e analisados de acordo com critérios identificados na seção “Risco do Cedente” abaixo. Este é responsável pelo apontamento dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, através de inclusão das informações no *software*, a partir das quais é realizada a análise do Sacado.

Após a análise do Cedente e dos Sacados, a Consultora seleciona os Direitos de Crédito que serão aceitos para aquisição do Fundo. Se houver qualquer objeção quanto ao Sacado, este tem seu cadastro bloqueado no sistema, e somente pode ser liberado para mais operações mediante análise mais detalhada, caso a caso.

A cada nova aprovação da aquisição de Direitos de Crédito, um aditivo ao Contrato de Cessão é enviado ao Cedente.

Diariamente é enviado ao Custodiante do Fundo um arquivo com informações referentes a todos os títulos adquiridos, para que seja garantido o cumprimento quanto aos critérios de elegibilidade definidos neste Regulamento. Uma vez confirmada a elegibilidade, o Custodiante libera o montante relativo à operação diretamente ao Cedente.

Processo de Aprovação de Crédito

O processo de aprovação do crédito do Cedente e do Sacado é realizado pela Consultora, que realiza a análise segundo alguns critérios:

- (a) Risco do Cedente;
- (b) Risco do Sacado; e
- (c) Critérios Subjetivos.

I. Risco do Cedente

Com o intuito de mitigar o risco por Cedente, são realizados os seguintes procedimentos:

- (a) limite de Crédito por Cedente de 30% (trinta por cento) Da carteira de Direitos de Crédito;
- (b) no caso de novos Cedentes a confirmação é realizada em até 3 (três) dias úteis contados da data de formalização da transação;
- (c) o Cedente pode enviar os documentos em até 3 (três) dias úteis após a formalização da transação;
- (d) todos os dados dos Cedentes são inclusos no software especializado, que possui uma base de dados da própria Consultora, que automaticamente gera uma análise do perfil do Cedente contendo as seguintes informações:
 - (i) evolução do saldo devedor, aonde é analisado o montante total operado pelo Cedente nos últimos 6 (seis) meses;
 - (ii) Fluxo Operacional do Cedente, com discriminação de saldo a vencer, vencido, total do saldo devedor e o limite crédito; e
 - (iii) Índice de Liquidez, que acompanha o comportamento da carteira do Cedente nos últimos 6 (seis) meses, incluindo a forma de liquidação dos títulos. Nesse caso, é limitado em 7% (sete por cento) do saldo devido para liquidações por recompra;

- (e) na eventualidade da empresa Cedente, nos últimos 6 (seis) meses, apresentar índice superior a 7% (sete por cento) para liquidação por recompra, a Consultora condicionará novas operações com esse Cedente, há recompra mínima de 10% do valor total da operação até a liquidação da carteira inadimplente, na forma das Políticas de Cobrança estipuladas no ANEXO III desse regulamento.

II. Risco da Operação

As Cédulas de Crédito Bancário– CCB deverão observar as seguintes condições:

- (a) na hipótese de terem prazo inferior ou igual a 360 dias, a remuneração poderá ser prefixada ou ter como parâmetro de rentabilidade a variação da Taxa DI. Deverá ser garantida pela cessão fiduciária de direitos creditórios que representem no mínimo 70% (setenta por cento) do valor nominal da CCB, bem como aval ou fiança de pelo menos 1 (um) terceiro; e
- (b) na hipótese de terem prazo superior a 360 dias, a remuneração deverá ter como parâmetro de rentabilidade a variação da Taxa DI e ser garantida pela cessão fiduciária de direitos creditórios que representem no mínimo 70% (setenta por cento) do valor nominal da CCB, bem como aval ou fiança de pelo menos 1 (um) terceiro.

III. Risco do Sacado

O Cedente recebe uma senha de acesso ao software utilizado para análise das operações e inclui diretamente os dados dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, contendo:

- (a) informações cadastrais do Sacado;
- (b) número da fatura;
- (c) valor do Direito de Crédito; e
- (d) vencimento.

Uma vez incluídas as informações no *software*, os Sacados são analisados conforme os seguintes parâmetros:

- (a) não são aceitos Sacados com apontamentos no Serasa, SPC e/ou Equifax, quanto a cheques sem fundo, execuções judiciais, exceto se o somatório do valor de todos os direitos creditórios originados de Sacados com tais apontamentos, após a aquisição do pretendido direito creditório, considerando-se *pro forma*, não ultrapasse 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e
- (b) se houver histórico de operações com o Fundo, é levado em consideração o fluxo de pagamentos de cada Sacado.

IV. Critérios subjetivos

Os Critérios subjetivos podem influenciar positiva ou negativamente a aprovação do crédito. Cedentes pertencentes a setores com elevados níveis de concorrência, com poucas barreiras à

entrada de novos competidores também são evitados. Além disso, Cedentes que apresentam deficiências evidentes de gestão e estratégia também são evitados.

Monitoramento

A atualização dos registros é feita a cada 6 (seis) meses ou a cada nova cessão, uma vez que o próprio *software* impede a realização de qualquer operação do Cedente que não tenha registros atualizados relativos aos critérios indicados no “Risco do Cedente”.

O monitoramento da operação é diário, e se dá via o sistema de controle dos Direitos de Crédito desenvolvido internamente pela Consultora.

ANEXO V - ÍNDICE DE RECOMPRA E ÍNDICE DE PAGAMENTOS REALIZADOS PELO CEDENTE

ÍNDICE DE RECOMPRA

O Índice de Recompra mencionado na alínea “g” do Artigo 64 deste Regulamento é definido como o produto da Divisão do Total de Direitos de Crédito Comprados num mês, pelo Total da Carteira de Direitos de Crédito do Fundo no primeiro dia útil do mesmo mês.

ÍNDICE DE PAGAMENTOS REALIZADOS PELO CEDENTE:

O Índice de Pagamentos Realizados pelo Cedente mencionado na alínea “i” do Artigo 64 deste Regulamento é definido como o produto da Divisão da Soma do Total de Todos os Direitos de Crédito cedidos contra um determinado sacado e pagos pelo mesmo Sacado diretamente na conta do Cedente num mês, com os Direitos de Créditos cedidos ao Fundo por aquele cedente e por ele recomprados no mesmo período, e divididos pelo Total da Carteira de Direitos de Crédito do Fundo contra aqueles sacados no primeiro dia útil do mesmo mês.



ANEXO II

SUPLEMENTO DAS COTAS MEZANINO II

Suplemento da 1ª emissão de Cotas Mezanino II do

**SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL**
CNPJ nº 09.257.784/0001-02

A 1ª emissão de Cotas Mezanino II do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL** ("Fundo"), emitida nos termos do Regulamento, registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº 3.475.099, terá as seguintes características:

- a) quantidade de Cotas Mezanino II: até 100 (cem);
- b) Data de Emissão de Cotas: será a data da primeira integralização de Cotas Mezanino II;
- c) prazo das Cotas Mezanino II: 48 (quarenta e oito) meses a contar do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas;
- d) Amortização Programada:

Nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono), 25º (vigésimo quinto), 31º (trigésimo primeiro) e 37º (trigésimo sétimo) meses, contados a partir do mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) do respectivo mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Mezanino II serão amortizadas em valor equivalente ao da valorização apurada nos termos do item "e" abaixo, observada a seguinte fórmula:

$$AMT = VCM_t - VCM_e$$

Sendo:

AMT = valor da Amortização Programada, nos 7º (sétimo), 13º (décimo terceiro), 19º (décimo nono), 25º (vigésimo quinto), 31º (trigésimo primeiro) e 37º (trigésimo sétimo) meses, por Cota Mezanino II, na Data de Amortização;

VCM_t = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ; e

VCM_e = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Emissão de Cotas.

Sem prejuízo do disposto acima, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, inclusive, contado desde o mês em que ocorrer a Data de Emissão de Cotas, desde que o Fundo tenha recursos, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês, ou se o dia 15 (quinze) não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente, as Cotas Mezanino II serão amortizadas nas condições abaixo especificadas:

$$AMT = \left(\frac{1}{\text{PrazoSerie} - (M - 1)} \right) \times VCM_t$$

Sendo:



AMT = valor da Amortização Programada, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês, por Cota Mezanino II, na Data de Amortização;

VCM_t = conforme definido acima;

$PrazoSerie$ = número de meses do prazo da Cota Mezanino II, conforme definido neste Suplemento; e

M = número do mês, contado a partir da Data de Emissão de Cotas, da ordem da parcela de Amortização Programada a ser calculada;

Independentemente do disposto acima, para fins contábeis e fiscais, as Amortizações Programadas que vierem a ser realizadas afetarão, primeiramente, o valor do principal da respectiva Cota Mezanino II. Nesse sentido, somente após a Amortização Programada integral de montante correspondente ao valor do principal da Cota Mezanino II é que o valor referente à valorização da Cota Mezanino II passará a ser amortizado;

e) Data de Resgate: será a última Data de Amortização das Cotas Mezanino II, conforme previsto no item “d” acima;

f) meta de rentabilidade prioritária: desde que o Patrimônio Líquido assim permita, as Cotas Mezanino II serão remuneradas, diariamente, a partir da Data de Emissão de Cotas, por 150% (cento e cinquenta por cento) da variação acumulada da Taxa DI Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“Taxa DI”), conforme a fórmula abaixo:

$$VCM_t = (VCM_{t-1} - AMT_{t-1}) \times FatorCap_t$$

Sendo:

VCM_t = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data t ;

VCM_{t-1} = valor da Cota Mezanino II, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, na data $t - 1$;

AMT_{t-1} = valor da Amortização Programada, por Cota Mezanino II, na data $t - 1$, se houver;

$FatorCap_t$ = fator correspondente à Taxa DI na data t , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorCap_t = 1 + \left\{ \left(1 + \frac{DI_t}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right\} \times \frac{S}{100}$$

Sendo:

DI_t = Taxa DI do dia útil imediatamente anterior à na data t ; e

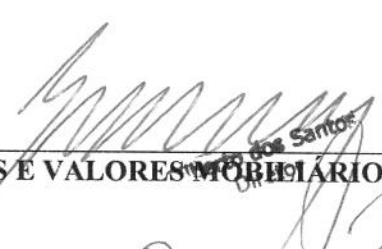
S = sobretaxa, sendo igual a 150 (cento e cinquenta); e

g) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais).

As Cotas Mezanino II terão prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Cotas Mezanino I, inclusive em caso de liquidação do Fundo. Ressalvado o disposto acima, as Cotas Mezanino II terão os mesmos direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais classes de Cotas Mezanino no Regulamento, exceto com relação à Amortização Programada e à meta de remuneração prioritária, especificadas e expressamente previstas neste Suplemento.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 7 de março de 2012.


GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

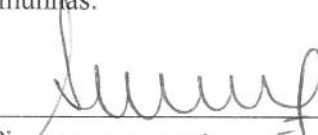
Testemunhas:

1.

Nome:

RG:

CPF:

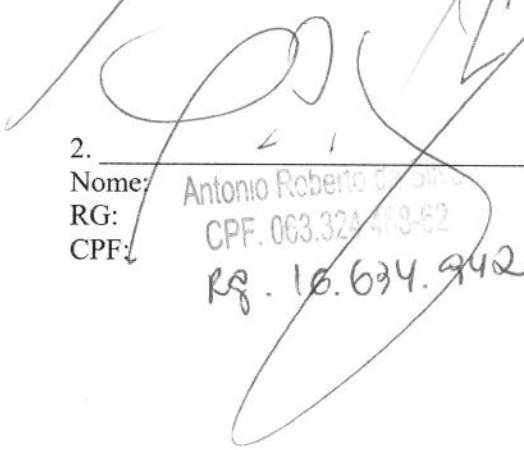

18.859.257
Sandra Gomes Novais
CPF: 151.510.868-63

2.

Nome:

RG:

CPF:


Antonio Roberto
CPF. 063.324.468-62
RG. 16.634.942

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

Declarações da Instituição Líder e da Administradora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

(artigo 56, §1º e §5º, da Instrução CVM nº 400/03)

GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 33.918.160/0001-73, devidamente autorizada a prestar serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários nos termos da regulamentação aplicável, na qualidade de instituição administradora do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.257.784/0001-02 ("Fundo"), e instituição líder da oferta de cotas do Fundo, declara, nos termos do artigo 56, §1º e §5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, que (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações prestadas por ocasião do registro da oferta de cotas do Fundo; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição das cotas do Fundo, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (b) o prospecto (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) contém as informações necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, das cotas ofertadas, do Fundo, suas atividades e sua situação econômico-financeira, e dos riscos inerentes e quaisquer outras informações relevantes para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.

São Paulo, 19 de dezembro de 2011.

Gizele Vicente Moraes

Gizele Vicente Moraes
Procuradora

Alberto dos Santos

Alberto dos Santos
Diretor

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

(artigo 20, §1º, inciso I, da Instrução CVM nº 356/01)

GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 33.918.160/0001-73, devidamente autorizada a prestar serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários nos termos da regulamentação aplicável, na qualidade de instituição administradora do **SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.257.784/0001-02 ("Fundo"), declara, nos termos do artigo 20, §1º, inciso I, da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, que firmou o contrato com instituição legalmente habilitada a executar o serviço de distribuição das cotas seniores da 4ª e da 5ª série e das cotas subordinadas mezanino da classe II da 1ª emissão do Fundo.

São Paulo, 19 de dezembro de 2011.

Gizele Vicente Mora

GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Gizele Vicente Mora
Procuradora

Ilberto dos Santos
Diretor



SUL INVEST FIDC



(11) 3231-3003

winnerpublicidade.com